



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

VÂNIA DO CARMO

**“ANTE O FUTURO, ANTE A
HISTÓRIA”:** O PROBLEMA DA
CIVILIZAÇÃO NA HISTORIOGRAFIA
CAPIXABA EM JOSÉ MARCELINO
PEREIRA DE VASCONCELLOS E
BRAZ DA COSTA RUBIM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA SOCIAL
LINHA DE PESQUISA EM PATRIMÔNIO, ENSINO DE HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA

“ANTE O FUTURO, ANTE A HISTÓRIA”: o problema da civilização na
historiografia capixaba em José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Braz da
Costa Rubim

Por
Vânia do Carmo

Volume para o Exame de Defesa (Capa/ folha de rosto, resumo/ abstract, sumário, agradecimentos, introdução, três capítulos da Dissertação, conclusão e bibliografia) apresentado ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas

Rio de Janeiro, setembro de 2015.

VÂNIA DO CARMO

“ANTE O FUTURO, ANTE A HISTÓRIA”: o problema da civilização na
historiografia capixaba em José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Braz da
Costa Rubim

Dissertação apresentado ao Departamento de Pós
Graduação em História Social da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro como parte dos requisitos
necessários para obtenção do grau de Mestre em História.
Orientação: Professor Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 14/09/2015

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas - Orientador

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO

Prof. Dr. Rodrigo Turin

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO

Prof. Dr. Francisco Gouvea de Souza

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Felipe Charbel Teixeira (Suplente)

Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ

Rio de Janeiro

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

CARMO, Vânia do.

“ANTE O FUTURO, ANTE A HISTÓRIA”: o problema da civilização na historiografia capixaba em José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Braz da Costa Rubim / Vânia do Carmo, - Rio de Janeiro, 2015.

Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO- Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós Graduação em História Social- PPGH, 2015.

Orientador: Professor Doutor Pedro Spinola Pereira Caldas.

I. 1. História da historiografia 2. Brasil Império 3. História do Espírito Santo 4. José Marcelino Pereira de Vasconcellos 5. Braz da Costa Rubim 6. História Social II. CALDAS, Pedro Spinola Pereira (orientador) III. Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós Graduação em História Social- IV. Título.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho resulta em um conjunto de palavras escritas, mas que são resultado de um tanto de palavras ditas e outro tanto de palavras lidas. Estímulo, encorajamento, apoio, gentileza, ensinamento, orientação – certamente sem o que foi dito por várias pessoas, esse escrito não seria realidade. Do afeto e do incentivo de várias pessoas resulta este trabalho. Um plural que resultou em um singular. Pessoas, palavras, textos e vivências imbricam-se em um texto que nem de longe é capaz de abarcar toda a complexidade experimentada nesses mais de dois anos morando e estudando no Rio. Por isso agradeço a todos que em suas devidas “singularidades” me permitiram experiências cujo resultado é esta dissertação.

Agradeço Deus cuja existência e favor não posso ignorar. A Ele minha maior gratidão.

Ao Prof. Pedro Caldas, agradeço pela atenção e paciência capaz de fazer de cada reunião uma oportunidade não só para repensar e aprender, mas também para me apaixonar pelo meu objeto. Seu exemplo de dedicação acadêmica é uma inspiração por mesclar o rigor da pesquisa com a leveza da didática, profissionalismo e sensibilidade. Muito obrigada professor!

Agradeço aos professores da UNIRIO que participaram direta e indiretamente desse trabalho, principalmente a Heloísa Gesteira e Rodrigo Turin pelas preciosas contribuições na qualificação.

Agradeço aos funcionários da sala de leitura do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e aos funcionários do Acervo de Obras Raras e da seção de Periódicos da Biblioteca Nacional: a gentileza de vocês tornou as minhas cansativas tardes mais agradáveis.

Agradeço aos professores Rodrigo Turin e Franciso Gouvea por aceitarem participar desta banca.

Muito obrigada aos amigos Luiz e Helena por prontamente lerem este trabalho. Vocês foram incríveis!

Ao meu Roberto agradeço por me mostrar que as tardes de outono são as mais lindas do ano! Sua parceria e cumplicidade tornaram possível este trabalho. Você é sempre a melhor parte do dia. Amo você.

Agradeço a minha família querida, que está em mim e carrega um pouco de mim. Não há palavras para descrever o quanto vocês são preciosos: Laudicéia, Adilson, Valéria e Filipe. Agradeço o apoio e o carinho, mas agradeço mais ainda a simples existência. Amo vocês. Obrigada por tudo!

Agradeço também a Leda, Carla, Helena, Neuza, Arsênio e Elizabeth pelo acolhimento e incentivo de sempre. A existência de vocês torna meu mundo muito melhor.

Aos meus amigos queridos de Guarapari: Virgínia, Andréa, Patrick, Marcio Flavio e Mirian. Aos amigos que fiz aqui no Rio: Sarah, Maria Elvira, Susana, Lucine e Luiz. Muito obrigada a todos pelo carinho e incentivo.

Trago em mim um pouco de muitos. E este trabalho é uma das conseqüências disso. Obrigada a todos!

Se o tempo não se preserva, se cada momento não é preservado de alguma forma, então o próprio tempo é insensato, tudo o que acontece no tempo (e tudo o que acontece está no tempo) é insensato e tudo o que já foi, o que é e o que será é completamente insensato.

(Goce Smilevski)

RESUMO

O presente trabalho se volta para a história da historiografia brasileira do século XIX, a partir da análise de duas obras: o *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo*, de José Marcelino Pereira de Vasconcellos, e as “Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo” de Braz da Costa Rubim. Através dessas duas obras pretendemos refletir sobre as estratégias usadas pelos autores para trabalharem as especificidades da província, ao mesmo tempo que a inserem como parte do Estado monárquico brasileiro. De modo a perceber como articularam as tensões entre a experiência e a expectativa (o experimentado e o esperado; passado e futuro) por meio de referências que ligam às noções de civilização.

Palavras-Chave: Historiografia; Província do Espírito Santo; Civilização; Natureza.

ABSTRACT

This study examines the history of Brazilian historiography of the nineteenth century from the analysis two works: the “*Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo*”, by José Marcelino Pereira de Vasconcellos, and “*Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo*” by Braz da Costa Rubim. Through these two works, we intend to reflect on the strategies used by the authors to work on the particularities of the province, as well as the place it as part of the Brazilian monarchical state. In order to understand how they associated the tensions between experience and expectations (what has been tried and the expected results; past and future) by means of references linking to the notions of civilization.

Key words: Historiography; Province of Espírito Santo; Civilization; Nature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: Entre a Corte a província: Braz da Costa Rubim e José Marcelino Pereira de Vasconcellos	20
1.1. Da relevância dos autores e contexto de inserção.....	21
1.2. Braz da Costa Rubim.....	24
1.3. José Marcelino Pereira de Vasconcellos.....	37
1.4. Entre aproximações e afastamentos.....	46
CAPÍTULO 2: O <i>Ensaio</i> e as “Memórias”: gêneros de um processo civilizatório	48
2.1. O <i>Ensaio</i> e as “Memórias” como gêneros historiográficos.....	48
2.1.1. O <i>Ensaio</i> de Vasconcellos.....	49
2.1.2. As “Memórias” de Costa Rubim.....	56
2.2. A escrita da história da província do Espírito Santo: metonímia de um processo civilizatório.....	65
2.2.1. O ideal civilizatório.....	65
2.2.2. Os portugueses, agentes de civilização.....	68
2.2.3. Os indígenas como problema.....	78
2.3. Narrativas de uma angústia do que ainda não foi.....	86
CAPÍTULO 3: O útil, o agradável e o desagradável: natureza e civilização no <i>Ensaio</i> e nas “Memórias”	88
3.1. Natureza e civilização na historiografia brasileira do século XIX.....	88
3.2. Natureza e civilização no <i>Ensaio</i> e nas “Memórias”.....	102
3.2.1 O agradável: percepções e apreensões sobre a natureza.....	103
3.2.2. O desagradável: o sertão como um problema e a natureza a ser superada.....	109
3.2.3. O útil: a relação homem-natureza.....	115
3.3. A natureza, a civilização, a parte e o todo.....	119
CONCLUSÃO	123
BIBLIOGRAFIA	125

INTRODUÇÃO

Não têm faltado escritores que se dessem ao trabalho de recomendar à posteridade muitos desses fatos, que são lidos em todos os tempos com justa admiração; mas, *espalhados por um vasto território como este em que agora o Brasil assenta o seu trono imperial*, eles mais escreveram histórias *particulares* das províncias do que uma história *geral*, encadeados seus acontecimentos com esclarecido critério, com dedução filosófica, e com luz pura da verdade.¹ (grifos meus)

No discurso proferido quando da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), o cônego Januário da Cunha Barbosa, primeiro-secretário perpétuo do Instituto, atenta para a necessidade de se fazer uma História Geral, alega que as histórias até então escritas correspondem a aspirações particulares das províncias, e que não atendem a perspectiva totalizante de escrita da história nacional. O particular não é colocado por Barbosa como antagônico ao geral, mas também não é seu correspondente. A história do Brasil é diferente das histórias das províncias. Naquela haveria uma força de agregação que inevitavelmente conduziria as províncias a se identificarem com a nação. Na expressão “espalhados pelo vasto território como este em que agora se assenta seu trono imperial”, o verbo que inicia a frase dá ideia de dispersão e desagregação o que resulta em histórias particulares das províncias – como se o movimento contínuo da dispersão produzisse tais histórias particulares, e estas reafirmassem a dispersão que continuaria a produzir mais particularidades. Mas o território é vasto (fator que provavelmente desde então passou a ser um dos vieses do orgulho nacional), e sobre todo ele se assenta o trono imperial – todo ele é submetido a uma estrutura de Estado monárquico centralizado, cujo centro político era exatamente a cidade de onde o cônego discursava, onde também se estabelecera o IHGB. A proporção territorial e a desagregação de sua população constituíam assim um dos elementos de propulsão aos trabalhos do Instituto para a afirmação da nacionalidade brasileira por meio da escrita da história, a fim de promover a efetiva integração cultural ao território.

Considerando que o IHGB, na primeira metade do século XIX, já se firmaria como instância autorizada não só a produzir trabalhos voltados para a história do Brasil, mas também a estabelecer critérios para a sua validação², a fala do cônego não se isenta de

¹ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *RIHGB*, t. 1, p. 9-17, 1839, p. 13.

² OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 26.

importância na reflexão sobre a história das províncias, e por isso a historiografia provincial do século XIX foi escolhida como nosso objeto através da contribuição de José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Braz da Costa Rubim. Sobretudo por que a proposta dessa dissertação é desenvolver uma reflexão sobre a maneira como a escrita da história provincial pode revelar os mecanismos de integração que asseguravam a unidade nacional ao mesmo tempo que podem oferecer subsídios para uma reflexão que associa as experiências no tempo com as experiências no espaço. De modo que nessa dinâmica espaço-tempo o Brasil imaginado cede a vez para o Brasil realizado, o ideal perde espaço para o real, pois o olhar aproximado de uma história provincial deixar ver claramente os dilemas encontrados para a conformação e exploração do território, onde o passado justifica o presente e desafia à superação de dificuldades.

O trabalho aqui desenvolvido se deu a partir das obras históricas de Vasconcellos e Costa Rubim, os dois espírito-santenses que primeiro se dispuseram a escrever a história do Espírito Santo após a criação do IHGB e no contexto de preocupação com a escrita da história da nação. A pertinência dessa reflexão está no fato de se tratar de um período em que a história constitui fator tanto de unidade quanto de identidade nacional, e as narrativas provinciais não ofereciam a liga necessária à nação naquele momento em que discursava Barbosa. Poderia por isso, figurarem-se ou como uma ameaça ao projeto de uma História Geral capaz dar a nação a consistência necessária ou como elemento de reafirmação deste ensejo. Mas, de toda forma, as histórias provinciais não forneceriam, por si só, os elementos que fariam os brasileiros dispersos na imensidão do território se verem como tal, se verem como nações separadas do Rio de Janeiro. O efeito parece ser inverso. As escritas das histórias das províncias concorriam para a identificação das regiões com a nação brasileira na medida em que ofereciam informações sobre acontecimentos do passado, sobre o território e suas riquezas naturais. Tais informações permitiriam um controle maior dessas áreas por parte da administração do Estado monárquico.

No contexto de criação do Instituto, a unidade nacional assegurava-se graças ao estabelecimento institucional do Segundo Reinado e o fim das Regências³, por isso era natural que Barbosa inserisse no seu discurso a apologia à unidade nacional. Desde a

³ WHELING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 32.

origem do IHGB, existia a vinculação entre seu trabalho e a afirmação de uma identidade nacional, posto que o culto à nação defendido pelo instituto rejeitava as ideias republicanas e a monarquia era entendida como caminho para garantir tanto a integração nacional quanto a civilização do país.⁴ O Estado garantia a existência da instituição que estava sob a tutela do Imperador, e a história do Brasil escrita então carregou fortes marcas dessa relação entre intelectuais e o Estado, essa relação foi herdada da tradição portuguesa e se expressava no serviço público como um dos limitados acesso à atividade intelectual.⁵

A pesquisa histórica surgiria no Brasil do século XIX associada à esfera imperial. As condições que possibilitaram a elaboração da história da nação recém-emancipada definiam-se pelos sentidos político e moral concebidos pelos seus fundadores. A escrita da história estaria direcionada pelos interesses do Estado monárquico, como as academias do século anterior, das quais os fundadores do IHGB se diziam herdeiros. Para esses fundadores a história e a geografia eram auxiliares à administração pública. Os exemplos e ensinamentos do passado serviriam para direcionar a sociedade no presente.⁶ Quando falamos aqui em escrita da história, nos referimos não a uma história singular, a um padrão que dava limites precisos para as interpretações sobre o passado, mas pensamos na escrita da história envolvendo um conjunto de possibilidades em formas e interpretações. A referência a história escrita no século ou à historiografia, se pretende neste trabalho abarcar a diversidade nas possibilidades interpretativas do passado.

A construção da ideia de nação brasileira foi um processo desenvolvido como um projeto de Estado, no qual elite letrada e agentes estatais (tantas vezes confundidos) articularam meios políticos, econômicos, culturais e simbólicos para sua formulação. O IHGB se insere nesse contexto ao ordenar os vestígios do passado nacional, e articular “um conjunto de estratégias discursivas cuja característica é a dispersão de seus elementos constituintes, utilizadas para persuadir os brasileiros de que despeito da

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 68.

⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília. *O Estado como vocação*. Ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 25-27.

⁶ OLIVEIRA, Op. Cit, p. 37.

natureza heterogênea e composta de sua formação social, compartilhavam de um passado comum e, conseqüentemente, a mesma origem e identidade”.⁷

Na “Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”(1839) constam os fundamentos do Instituto, e dentre suas funções estão “coligir e metodizar documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil”⁸. Para tanto seus sócios efetivos residiriam na Corte, mas contaria com sócios honorários e correspondentes residentes em outras províncias; em seguida, no mesmo documento, há a pretensão de se ramificar nas províncias do Império “para melhor coligir os documentos necessários à história e geografia do Brasil”⁹. A necessidade de comunicar a Corte com as províncias para o levantamento dos documentos direcionados a uma história nacional é uma demonstração de que tal história, pretendida “Geral”, emerge também das particularidades das províncias. Geral e particular, nacional e regional, o todo e as partes estariam, pois, associados na empreitada da escrita da História Geral.

Antes disso, o cônego Barbosa no seu discurso destacara a importância de trazer do esquecimento os fatos notáveis da história do Brasil “acontecidos em diversos pontos do Império”¹⁰. Mais uma vez o plural que fundamenta o singular. As províncias existem e são as partes do Império do Brasil, nelas encontram-se documentos fundamentais para a afirmação simbólica de um centro político que atua administrativa e culturalmente para legitimar a sua própria configuração de poder, isto é, a configuração do Império. Por isso, cabe perguntar: concebendo o projeto político de assegurar a unidade nacional e de por meio da história oferecer a nação subsídios simbólicos para sua integração, de que forma as particularidades regionais (expressa em discursos narrativos ou descritivos) podem, na historiografia brasileira do século XIX, figurar-se como ameaça ao propósito nacionalista ou como recurso para a sua afirmação? Pretendemos aqui um esforço reflexivo em torno dessa questão, um início de resposta.

Como resultado das aspirações dos fundadores do Instituto de construir um monumento que perpetuasse uma época e uma geração, foi relegada a Francisco Adolfo Varnhagen a

⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Op. cit, p. 13.

⁸ RIHGB, 1839, p. 8.

⁹ (RIHGB, 1839, p. 8 e 9)

¹⁰ (BARBOSA, 1839, p. 11)

tarefa de escrever a História Geral do Brasil¹¹. Sua interpretação da história a associava a história da nação, e a nação era idêntica ao Império. O conceito de civilização desempenhou papel significativo na historiografia de Varnhagen. Ela seria o patrimônio herdado pela colonização portuguesa, já que a civilização era identificada com a Europa e só dela poderia ser absorvida.¹²

Manoel Luís Salgado Guimarães destacou que o desejo de conhecer efetivamente o país impulsionou os letrados a se voltarem para os acontecimentos históricos nas várias províncias, entendidas “como parte do Império, como um todo”. Não obstante, as peculiaridades e idiosincrasias das regiões não eram salientadas, mas sim o que tinham em comum. “Expressão do conceito de Estado centralizado, era fato que o IHGB, sediado no Rio de Janeiro, se ocupava dessa tarefa. Por assim dizer, o centro chamava a si o conhecimento oriundo a respeito e a respeito das províncias”.¹³ Segundo Maria da Glória de Oliveira, os literatos brasileiros eram chamados a trabalhar em proveito do verdadeiro caráter nacional, já que faltava nos escritos sobre a história do Brasil um princípio narrativo de orientação à apreensão de uma unidade racional nos processos e eventos históricos.¹⁴ Desta forma, a atenção dada às províncias inseria-se num projeto político e cultural de afirmação da nacionalidade, que no plano de uma história nacional tinha o IHGB como mentor. As partes interessam quando justificam o todo.

Valdei Lopes Araujo, ao escrever sobre o debate a cerca da periodização de uma História Geral do Brasil no Instituto, observa que a proposição de divisões gerais ou grandes épocas partia do “pressuposto da preexistência da totalidade histórica”. Mas antes, afirmavam o cônego Barbosa e o Visconde de São Leopoldo (então presidente do IHGB), que era necessário investigar a história das províncias, para a partir daí escrever a História Geral. Assim, seguido do registro do ano em que houve a divisão em capitanias, subdivide-se a cronologia na lógica da organização política. Mas isso poderia constituir uma ameaça à História Geral, por destacar a autonomia regional. Visto que,

¹¹ ARAUJO, Valdei Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 181.

¹² GUIMARÃES, Op. Cit, p. 205.

¹³ Ibid, p. 164.

¹⁴ OLIVEIRA, 2011, p. 46)

[...] uma das principais funções da História Geral era legitimar a própria opção pela centralização do Império enquanto sobreposto aos poderes locais. Transformadas em províncias [...] essas organizações regionais não poderiam adquirir estatuto de uma história autônoma.¹⁵

Araujo prossegue dizendo que a História Geral poderia constituir-se do ajuntamento de memórias históricas e fatos, mas sem a orientação da História Geral esses múltiplos esforços formariam um amontoado caótico de relatos que reunidos não comporiam o todo. Até 1839, o que se via era um empenho em escrever mais histórias particulares das províncias do que uma história geral. No entanto, para o cônego Barboza era fundamental assegurar que o Império possuísse sua própria história, e esta não poderia “ser a simples soma das histórias das províncias [...] precisaria estar desde o início, orientada por um princípio totalizador dado pela própria realidade”¹⁶. Faltava, de acordo com Barbosa, um fio que integrasse a multiplicidades dos fatos, ou seja, faltava um princípio narrativo cujo fio racional “com empiricidade e diversidade dos fatos” direcionasse a um todo unido pela experiência histórica.¹⁷

Se até então (1839) as histórias ou memórias das províncias não possuíam, dentro das diversidades de localidade a que se referem, um nexos de integração capaz de vislumbrar o “nacional”, ou, em outras palavras, que fizessem as partes serem colocadas como um todo, fica claro que a tarefa a que se dispôs o Instituto – de uma história regida por um princípio totalizador com vistas a legitimar a unidade nacional da antiga América portuguesa – por um lado encontraria sólidas dificuldades, por outro implicaria num processo de imposição da centralidade sobre as regiões.

Arno Whelng, centrado em sua análise sobre a obra de Varnhagen e sua articulação com o ensejo nacionalista da primeira metade do Oitocentos, deixa claro que em toda a obra de Varnhagen a consolidação da nação é o intento. Para ele o Estado é forte, criador da nação e o que aperfeiçoa o povo, tudo o que foge do padrão unitário e centralizador do Estado, ou que o ameaça, é condenado. Suas posições podem ser associadas ao conservadorismo de apologia centralizadora do período posterior ao período regencial. Realização maior da sociedade, o Estado assume não só o papel

¹⁵ ARAUJO, Op. Cit., p 173 e 174.

¹⁶ Ibid, p. 176.

¹⁷ Ibid, p. 178.

político, mas o de organizador social. “A preocupação de Varnhagen com o enfraquecimento da unidade nacional foi uma constante em sua obra”¹⁸

Varnhagen mostrava-se preocupado com a unidade política, e suas sugestões direcionavam-se para o enfraquecimento da identidade nacional. Assim como para a elite do IHGB, para ele entre 1840 e 1850 era evidente que a consciência nacional não era algo plenamente estabelecido. O nacionalismo de Varnhagen via o “provincialismo” como inimigo. Os interesses locais não deveriam predominar sobre os interesses nacionais. Ao mencionar a Revolução Pernambucana de 1817, assinala que o evento não foi em nada patriota, mas provincial. Ou seja, não foi movido pelo sentimento de patriotismo capaz de conduzir o homem a abandonar o egoísmo, e expor a vida pela pátria ou pelo soberano.¹⁹

O “provincialismo”, seria então combatido por seu potencial desagregador da nação, principalmente, à luz das forças de rompimento das Regências. Em Varnhagen, o nacionalismo se opõe ao regionalismo. A experiência recente da história do país conduzia estes homens (Varnhagen e letrados do IHGB) a usufruírem de todo o tipo de subterfúgios possíveis através da narrativa histórica para a superação efetiva da ameaça que intentara contra a unidade nacional.

Cabe pois, estabelecer quais eram esses subterfúgios para a escrita da história no século XIX. Ao longo deste século, “o regime de historicidade iria se transformar, evoluindo de formas mais complexas e mais rigorosas de tratar o passado”, e a História reivindicava para si o status de ciência²⁰. Desta forma, a história enquanto ciência pertencente ao ramo da crítica deveria ser dotada de procedimentos rigorosos e juízos equilibrados. Por isso, “a interpretação filosófica baseada em método científico e análise das fontes documentais” que passava a vigorar se distanciava “das grandes deduções filosóficas sem compromisso com a realidade fática” e da vinculação estética da história como gênero literário²¹. Segundo Araujo, o documento seria única fonte da verdade, e a história passa a ter unicidade e continuidade, diferente da galeria de exemplos isolados.

¹⁸ WHELING, Op. Cit, p. 88)

¹⁹ Ibid, p. 116.

²⁰ LOPES, Marco Antônio. Prefácio. In: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. *A constituição da História como ciência*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 7

²¹ WHELING, Op. Cit, p. 128)

O passado e os feitos virtuosos perdem o caráter de imitação para assumir a dimensão da experiência. Trata-se de acumular e acrescentar experiências produzidas no passado para garantir a superioridade do presente e do futuro²².

Além disso, a imparcialidade constituía-se como elemento fundamental ao historiador²³, o que para os fundadores do IHGB consistia em um duplo afastamento: tanto das questões político-partidárias de sua época, quanto temporal de maneira suficiente para se esquivar das paixões que movimentaram os acontecimentos – exemplo claro disso era o receio em escrever a história da Independência, pois diante da proximidade temporal a imparcialidade na análise das fontes e fatos poderia ficar comprometida.

Ao refletir sobre a biografia na produção historiográfica do IHGB do Oitocentos, Maria da Glória Oliveira afirma que a narrativa histórica oitocentista abandonou a ênfase no caráter modelar dos grandes feitos individuais para valorizar a “maior capacidade de representação do curso dos acontecimentos como totalidade dotada de sentido”²⁴. E assim, o *topos* da *história magistra vitae*, (isto é, uma história voltada para a produção de exemplos para o presente, e por isso mestra da vida) diante da disseminação de uma nova consciência histórica, perde muito do seu sentido. A história se assentaria cada vez mais na capacidade de compreender e explicar processos históricos em sua unicidade, e o futuro passou a ser preponderante para a leitura do presente. No entanto, a certeza de que o exemplo dos grandes homens funcionaria como elo entre passado, presente e futuro continuou vigorando no IHGB por décadas desde de sua fundação. Os exemplos vindos das histórias do passado serviriam como ensinamentos perenes, sua apropriação educativa os atualizaria no presente. Essa perspectiva pragmática condicionou as diretrizes teórico-metodológicas para os estudos históricos no Brasil durante o século XIX.²⁵

Nos últimos 30 anos a história da historiografia brasileira vem sofrendo um incremento considerável, desde então vem sendo regularmente estudada, principalmente nos contextos dos séculos XIX. Segundo Lucia Maria Pachol Guimarães, atualmente a

²² ARAUJO, Op. Cit, p. 154)

²³ CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*. São Paulo. Vol. 24, n. 2, p. 207-240, 2005, p. 208.

²⁴ OLIVEIRA, Op. Cit, p. 16.

²⁵ OLIVEIRA, Op. Cit, p. 35.

história da historiografia “adquiriu contornos particulares e cada vez mais complexos”, resultante da própria expansão da investigação histórica a partir dos cursos de pós-graduação estrito senso na área de história em boa parte do país²⁶. Este trabalho é resultante desse processo, mas contribui de maneira particular por analisar as narrativas históricas de dois autores pouco conhecidos, Braz da Costa Rubim e José Marcelino Pereira de Vasconcellos, ainda não analisadas enquanto discursos sobre o passado.

No Capítulo 1, vamos analisar a trajetória e inserção social de Braz da Costa Rubim e José Marcelino Pereira de Vasconcellos, para entender os autores em sua condição de atores sociais, situando o contexto de onde falam – o último como homem da província, e o primeiro como um homem da Corte. No Capítulo 2, vamos analisar o *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo*, de José Marcelino P. de Vasconcellos e as “Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo”, de Braz da Costa Rubim. Atentaremos para os gêneros historiográficos usados pelos autores, e também vamos pensar como esses autores articularam suas narrativas históricas com o ideal civilizatório. No Capítulo 3, o objetivo é compreender como o meio natural foi apreendido nessas duas obras, busca-se entender o que o discurso historiográfico de/sobre uma determinada região a respeito dos meios físicos e naturais revela sobre as noções de mudanças e continuidades.

Dizia Costa Rubim, “ante o futuro, ante a história, cada cidadão é responsável pelo emprego que fez da autoridade que lhe foi confiada”²⁷, ao se referir à instabilidade da administração da Junta Provisória estabelecida em 1822 na Província do Espírito Santo. A história como registro do que aconteceu, tem seu olhar voltado para o passado, impõe responsabilidades. O futuro, como o que ainda vai acontecer, também o impõe. O emprego desses dois termos, apesar de localizados num trecho específico do texto de Costa Rubim, se dissolvem em suas “Memórias históricas e documentadas” e no *Ensaio sobre a história* de José Marcelino P. de Vasconcellos. Mais do que se relacionarem, esses termos se articulam de maneira profunda, dando-se mútuo sentido. A própria ordem dos termos, primeiro “futuro” e depois “história”, postula uma hierarquia na qual

²⁶ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves [et al.]. (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 9.

²⁷ RUBIM, Braz da Costa. Memórias históricas e documentadas da história da província do Espírito Santo. *RIHGB*, Tomo XXIV, 1861, p. 307.

o futuro é que dá sentido à história. Se cada autoridade tem responsabilidades perante o futuro, o que vai acontecer é que determinará o julgamento do que aconteceu, e por isso há também a responsabilidade perante a história. Os pés no presente trazem a tona a realidade e os problemas da nação, estes são explicados a partir do indicador apontado para o passado, mas o olhar e a atenção estão voltados para o futuro. A escrita da história da província do Espírito Santo em Vasconcellos e Costa Rubim evidenciam um olhar para o passado marcado pelas angústias do presente e por isso preocupado com o futuro.

Não pretendemos com este trabalho esvaziar as possibilidades de analíticas e interpretativas das obras analisadas, mas nos orientamos pela seguinte questão: como na escrita da história de uma província se articularam os meios para dar-lhe ao mesmo tempo especificidade e integração ao território? Dito de outra forma, como a escrita da história de uma parte Império brasileiro foi desenvolvida a ponto de entendê-la ao mesmo tempo como parte e todo? Ou ainda: quais as referências conceituais que permitiram aos historiadores analisados aqui pensarem o tempo histórico da província a partir do contraste entre o que foi experimentado enquanto passado e as possibilidades do que pode acontecer no futuro (as expectativas)?²⁸ Sabendo que pensar esse tempo histórico implica numa conformação espacial, se refere a lugares cujas distancias se operam a partir dessa interpretação sobre o tempo.

²⁸ De acordo com Koselleck, experiência e expectativa são duas categorias que podem pretender estabelecer as condições das histórias possíveis. Todas as histórias carregam em si experiências vividas e expectativas dos que atuam sobre determinados acontecimentos, ou os sofrem. Não há expectativa sem experiência, e o inverso também procede. É pertinente falar em “espaço de experiência”, pois reúne lembranças e recordações da própria vida e da vida dos outros formando um todo no qual diversos “estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois”. Do mesmo modo pode se falar em “horizonte de expectativa”, pois horizonte se refere a “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”, a expectativa não pode ser experimentada, é um vislumbrar, um devir tal qual o horizonte. A experiência é o passado atual, onde o que aconteceu foi incorporado e pode ser lembrado. A expectativa é o futuro presente, se volta para o que ainda não foi experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Passado e futuro nunca coincidem, tal qual uma expectativa nunca pode se deduzida absolutamente da experiência. A presença do passado é diferente da presença do futuro. Mas, a expectativa não pode ser adquirida sem a experiência, e o rompimento do horizonte de expectativa cria uma experiência nova. As experiências orientam as expectativas, sendo tais experiências cientificamente organizadas ou não. No entanto, o espaço de experiência nunca determina o horizonte de expectativa. Por isso não há relação estática entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, eles entrelaçam passado e futuro, no hoje, de maneira desigual. Cf: KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 308 e 309)

CAPÍTULO 1

Entre a Corte a Província: Braz da Costa Rubim e José Marcelino Pereira de Vasconcellos.

Nem todas as distâncias podem ser mensuradas, nem todas as proximidades podem ser descritas. Mesmo em sentido espacial a distância numérica, objetiva, não é capaz de trazer em si toda a dimensão de subjetividade que carrega. Laços se dissolvem e se refazem. Proximidades podem adquirir múltiplos sentidos. Pensemos aqui numa dimensão na qual o estar próximo não configura necessariamente o oposto de estar distante. Ideias, noções, percepções e convicções podem repercutir num sujeito ecos de uma visão de mundo cujas distancias concretas se dissolvem em modos de ser, fazer e atuar socialmente, e assim fazer vingar proximidades.

Não por menos, era 1812 quando nascia na então Capitania do Espírito Santo Braz da Costa Rubim, nove anos antes de nascer José Marcelino Pereira de Vasconcellos. Uma distância tangível no tempo, pouco considerável, é certo, mas existente. O primeiro passa boa parte de sua vida em Portugal, retorna para o Brasil em 1840 e se estabelece no Rio de Janeiro, o segundo viveu no Espírito Santo e chegou a passar alguns anos também no Rio de Janeiro. Surgem mais distancias tangíveis. Mas, essas informações não trazem em si a subjetividade que aproxima e distancia esses autores, tão pouco vislumbram os processos que os envolviam enquanto atores sociais com condições específicas de produção. Para entender esses processos pensaremos na jornada biográfica de cada um dos dois em separado, para depois pensarmos nos distanciamentos e proximidades entre eles.

Neste capítulo vamos analisar a trajetória e inserção social de Braz da Costa Rubim e José Marcelino Pereira de Vasconcellos. A partir de biografias, dos poucos estudos recentes e de periódicos, principalmente o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio da Victória*, para assim situarmos esses autores em seus devidos contextos e lugares sociais.

1.1. Da relevância dos autores e contexto de inserção

As biografias sobre a vida de Braz da Costa Rubim e José Marcelino Pereira de Vasconcellos são, em parte, encontradas nos mesmos autores, como Innocência da Silva, Sacramento Blake e Afonso Claudio. São obras voltadas para o levantamento mais bibliográfico do que biográfico. O primeiro reuniu os autores portugueses e brasileiros até meados do dezenove, o segundo se voltou para os escritores brasileiros até o fim do mesmo século, e o último escreveu a primeira obra sobre a história da literatura do Espírito Santo. O grau de especificação crescente desses autores abre espaço também para mais detalhes sobre os nomes e obras elencados em seus textos, por isso foi em Afonso Claudio que as maiores informações tanto sobre Costa Rubim quanto Vasconcellos são encontradas.

Outro empenho mais posterior foi o feito por Levy Rocha, num livro um tanto distante dos padrões acadêmicos, dotado de informações biográficas sobre “grandes personalidades” da história capixaba, mas sem referências que dão sustentação para os dados nela contidos. Aliás, esse é um aspecto que marca a continuidade nas informações biográficas produzidas a respeito de muitos espírito-santenses. Certamente a obra mais consistente sobre o assunto é a de Afonso Claudio, mesmo que as informações sobre as vidas dos autores tenham lacunas, suas análises sobre as obras de Costa Rubim e de Vasconcellos são as mais consistentes.

Desde então nenhum estudo deu a atenção devida a Braz da Costa Rubim e José Marcelino Pereira de Vasconcellos, pensando em suas trajetórias e seus escritos. Esforços iniciais podem ser vistos recentemente, mas nada que dê a ênfase a estes autores num trabalho detalhado. Sobre Costa Rubim, podemos pontuar dois trabalhos recentes: a dissertação de Sandro A. Gomes em seu breve esforço para pensar as condições sociais de produção das *Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo*, e o artigo de Getúlio Pereira das Neves sobre o papel de Braz da Costa Rubim na historiografia espírito-santense. Já sobre Vasconcellos a dissertação de Karulliny Siqueira estudando a conjuntura política da década de 1860 na província do Espírito Santo, aborda Vasconcellos, mas sob a perspectiva de jornalista e homem público, não em sua condição enquanto historiógrafo.

A relevância de Costa Rubim e Vasconcellos para a história da historiografia brasileira se assenta em alguns fatos, a listar: primeiro, foram os autores das primeiras histórias impressas da província do Espírito Santo; em segundo lugar, por terem publicado suas obras entre os anos de 1857 e 1861, podemos questioná-las a luz dos possíveis padrões estabelecidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) e das questões nacionais que dizem respeito ao projeto político (ou projetos) estabelecido a partir da defesa da monarquia e da unidade territorial; e por último, por ambos terem tido, se comparados a outros historiógrafos do período, pouca ou relativa projeção política e intelectual, suas obras ainda não foram objeto de uma análise esmiuçada que questione seus discursos sobre o passado sob a ótica das experiências e expectativas que os circundam, e assim podem ser um vislumbre tanto da forma de fazer história de meados dos Oitocentos, como talvez de um questionamento desta forma.

De todo modo, interessa-nos pensar nesse capítulo na trajetória desses autores e suas relações de inserção na sociedade do século XIX, especificamente em suas possibilidades de aproximação e afastamento tanto da realidade da província do Espírito Santo quanto da Corte estabelecida no Rio de Janeiro. Essa dinâmica de aproximação e afastamento oferece estratégias de leitura em seus discursos sobre o passado da província, pois infere em suas concepções de nação, civilização e o lugar da província do Espírito Santo nessa perspectiva. De modo que falar sobre o passado do Espírito Santo assume lugar privilegiado para falar do Brasil e suas reais probabilidades interpretativas e pragmáticas.

Antes de pensarmos nas histórias e atuações de cada um desses autores, convém situá-los na conjuntura nacional. Para tanto, vamos aqui nos embasar na *Construção da ordem*, de José Murilo de Carvalho dado seu estudo dedicado a elite imperial. Sua análise sobre a formação e constituição da elite política brasileira²⁹ nos dá bons contornos dos dilemas políticos e sociais em que viveram Costa Rubim e Vasconcellos – por mais que seja questionável conceber os dois como parte dessa elite a que se refere

²⁹ Ao refletir sobre a conjuntura política do Brasil na primeira metade do século XIX, José Murilo de Carvalho pensa na elite política do período como construtora da ordem e garantia para a unidade territorial. Seus argumentos giram em torno da idéia de que foi possível assegurar a unidade das províncias em torno de uma monarquia com sede no Rio de Janeiro graças a existência de uma elite política homogênea devido a sua formação em Coimbra e ao seu treinamento no serviço público. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Carvalho, trata-se de uma realidade que em devidas proporções repercutem em suas vidas e ideias. Carvalho se atém a elite política em nível nacional, os responsáveis pelo ordenamento do Estado, os responsáveis diretos pelo destino político do Brasil, e por certo, Costa Rubim e Vasconcellos não pertenciam a essa esfera. Mas, os estudos de formação dessa elite, sua atuação no funcionalismo público e a homogeneidade ideológica que a performa delineiam o contexto histórico da primeira metade do século XIX e ajudam a entender os percursos seguidos por nossos autores.

Para Carvalho, a unidade nacional, assegurada pela solução monárquica foi “em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da independência, gerado pela elite política colonial portuguesa”, uma elite marcada “sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento”³⁰, de modo que essa homogeneidade se constituiria como a via para garantir a implementação de um certo modelo de dominação política. A conformidade da elite brasileira da primeira metade do século XIX foi gerada a partir de seu treinamento em Coimbra e da sua integração junto ao funcionalismo público³¹, o que levou também ao seu isolamento em relação a doutrinas revolucionárias. A conformidade da elite reduziu tanto conflitos internos quanto os riscos de conflitos políticos que levassem a mudanças violentas de poder. Nesse sentido, houve a manutenção de uma realidade social escravista atendendo aos interesses de uma elite comprometida com a propriedade da terra, o que reforçou sobremaneira a redução da mobilidade social tornando a burocracia “o canal de mobilidade mais importante que restou para os marginais do sistema econômico agrário-escravista”³². Assim,

Valores e linguagens comuns também tornaram possível um acordo básico sobre a forma de organização do poder. Houve tendências mais ou menos descentralizantes, mais ou menos democráticas, mais ou menos monárquicas, mas as divergências não iam além dos limites estabelecidos pela manutenção da unidade nacional, pelo controle civil do poder, pela democracia limitada dos homens livres. [...] ³³

Boa parte desses limites se enraizava na recente experiência das Regências, quando a unidade nacional fora colocada em cheque e o *status quo* ameaçado, o que sedimentou

³⁰ Ibid, p. 21.

³¹ Ibid, p. 37.

³² Ibid, p. 40.

³³ Ibid, p. 42.

na elite da primeira metade do século XIX um receio de que movimentos de resistência abrissem espaço novamente para a atuação popular. É interessante pensar que a repercussão de tal apreensão teve como resultado, dentre outros fatores, a própria criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. O instituto se ligava à veneração da nação, no momento em que os “princípios republicanos anárquicos” eram rejeitados e combatidos, a monarquia era afirmada como caminho que garantiria a integração nacional.³⁴ Sob a tutela do Imperador, o Estado teve importância fundamental na existência da instituição. Essa relação entre os intelectuais e o Estado deixou marcas na elaboração de uma história do Brasil. Prolongava-se assim, a tradição cultivada em Portugal de proximidade entre os intelectuais e o Estado, efetivada principalmente pelo serviço público como um dos restritos acessos à atividade intelectual.³⁵

Assim, podemos inferir que, em meados do século XIX: o serviço público (a burocracia) era o caminho para a mobilidade social dos excluídos do sistema agrário-escravista, e figurava-se como lugar privilegiado para a atividade intelectual; a unidade ideológica solidificou valores e linguagens que asseguravam a manutenção da centralização e da unidade nacional, bem como do modelo político vigente de restrita participação. É dentro dessas possibilidades que devemos pensar Costa Rubim e Vasconcellos.

1.2. Braz da Costa Rubim

As informações a respeito da vida de Braz da Costa Rubim encontradas em suas biografias são bem limitadas. Já em 1858, Innocêncio Francisco da Silva no seu *Diccionario Bibliographico Portuguez* escrevia “naturalidade e mais circunstâncias me falta ainda informação”.³⁶ O nome de Costa Rubim era digno de ser mencionado por conta de suas publicações na revista do Instituto Histórico, mas não mais que isso. As prováveis dificuldades, ou mesmo desinteresse, para encontrar informações sobre sua vida persistem após seu falecimento em 1871. Nas sessões aniversárias do IHGB era

³⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil. 1838-1857*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011, p. 68.

³⁵ NEVES, Gabriel Marcos Pereira. *RIHGB*, t. 457, p. 99-107, 2012.

³⁶ SILVA, Innocêncio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 394.

comum o orador fazer um necrológico dos sócios falecidos no ano social corrido. Na ocasião Joaquim Manoel Macedo disse que “não foi possível em tempo oportuno, colher notícias sobre a vida e os serviços de nosso sempre lembrado consócio o finado Braz da Costa Rubim”³⁷. Portanto, as duas primeiras possíveis investidas na escrita da trajetória do nosso autor não dão conta de seus vínculos familiares, atuação profissional e formação.

Foi Sacramento Blake no seu *Diccionario bibliographico brasileiro* que trouxe mais informações. Nesse dicionário vemos que Costa Rubim era filho do capitão de Mar e Guerra, Francisco Alberto Rubim, ex-governador da Capitania do Espírito Santo, nasceu na Vitória de 1817, sendo aos cinco anos levado para Portugal com sua família, onde teve aulas de humanidades em Lisboa. Após retornar em 1840 para o Brasil, entra para o funcionalismo público, servindo muitos anos como funcionário do tesouro e chegou a ser por último primeiro escriturário da diretoria geral de contabilidade, faleceu no Rio de Janeiro em 1870.³⁸ Lançadas estas informações, Sacramento Blake destaca que Costa Rubim era associado do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), e prossegue listando suas publicações, a maioria delas em diversos periódicos da Corte.

Afonso Cláudio repete boa parte das informações encontradas em Sacramento Blake, de modo a atrelar a história de Costa Rubim à do seu pai. Pois o nascimento da Capitania do Espírito Santo se deu na ocasião em que Francisco Alberto Rubim era governador da região, depois quando este é nomeado governador do Ceará o filho segue com o pai e de lá para Lisboa.³⁹ É em Lisboa que Costa Rubim recebe sua formação, e é lá que se estabelece por quase vinte anos.

Afonso Cláudio escreveu sobre Costa Rubim em sua *História da literatura espírito-santense*, numa obra confessadamente influenciada por Silvio Romero⁴⁰. Trata-se, portanto, da reunião de nomes de nascidos no Espírito Santo que se destacaram na produção escrita (poesias, romances, história, jurisdição, etc.). Assim, como em

³⁷ *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, 1872, t. 35, p. 525.

³⁸ BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 1º volume. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883, p. 425.

³⁹ CLÁUDIO, Afonso. *História da literatura espírito-santense*. Edição *fac-similar*. Rio de Janeiro: Xérox, 1981, p. 156-158.

⁴⁰ *Ibid*, Introdução.

Innocêncio da Silva e em Sacramento Blake, a referência a Braz da Costa Rubim acontece por conta de sua produção intelectual. As poucas informações lançadas sobre sua vida evidenciam que sua trajetória social, centrada no funcionalismo público, foi modesta, e que sua (restrita) projeção se dá especificamente por conta de sua produção intelectual e inserção em agremiações. Para além dos escritos que deixados por ele, os três primeiros biógrafos pouco – ou nada, no primeiro caso – encontraram sobre Costa Rubim que se fizesse digno de menção.

Seu legado intelectual para o Espírito Santo foi grande, segundo Afonso Cláudio⁴¹, sobretudo para a história e geografia, mas destaca que “sua narração em geral é fastidiosa; falta-lhe brilho na expressão e polimento na frase; mas é ato de justiça reconhecer-lhe o mérito de haver sido um cronista consciencioso e veraz, um esmiuçador sem falhas flagrantes”⁴². Mesmo sendo seu texto tedioso e sem encanto, era, segundo Afonso Claudio, consciente e dedicado na pesquisa, já que dava prova do que escrevia, e por isso sua obra apresentava poucas falhas.⁴³

Quando Levy Rocha publica em 1977 o livro *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*, algumas poucas novidades dispersas a respeito de Costa Rubim aparecem, como a dificuldade encontrada por Francisco Alberto Rubim em encontrar uma ama de leite para cuidar do menino na ocasião em que fora deposto do governo do Ceará por uma Junta Provisória em 1821⁴⁴, e a doação de quatrocentos livros para a criação de uma biblioteca pública na província do Espírito Santo⁴⁵. Além de mencionar a formação em Portugal, a chegada na década de 1840 ao Rio de Janeiro, o cargo ocupado no Tesouro Nacional, a associação ao IHGB e a dedicação à escrita da história de sua terra natal, bem como a dedicação aos estudos de vocábulos específicos brasileiros.⁴⁶

⁴¹ Ibid, p. 158.

⁴² Ibid.

⁴³ De fato, boa parte da produção do filho do governador Rubim se referia ao Espírito Santo, a saber: a “Notícia chronologica dos factos mais notáveis da história da província do Espírito Santo, desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório”, publicada em 1856; “Memória sobre os limites da província do Espírito Santo”, de 1860; o “Diccionario topographico da Província do Espírito Santo” publicado em 1860; “Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo”, de 1861. Todos esses textos foram publicados da *Revista Trimensal do IHGB*.

⁴⁴ ROCHA, Levy. *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*. Vitória: Terra Capixaba, 1977, p. 69.

⁴⁵ Ibid, p. 71.

⁴⁶ Ibid, p. 70.

Faz sentido o protesto feito por Levy Rocha, chamando a atenção para a produção intelectual de Braz da Costa Rubim e sua importância para o estudo da história capixaba, ao dizer:

Procuro e não encontro o motivo que teria induzido os fundadores da Academia Espírito-Santense de Letras a deixarem de escolher Braz da Costa Rubim como patrono de uma de suas cadeiras.

O ilustre capixaba faleceu no Rio de Janeiro a 11 de agosto de 1871. Sua obra, dispersa e fragmentada, fonte indispensável aos estudiosos da História Capixaba, virou uma raridade bibliográfica. Ela esta merecendo por parte do Conselho de Cultura e dos poderes econômicos uma urgente divulgação.⁴⁷

A vida e os escritos de Costa Rubim nunca foram objeto de uma análise mais apurada. Não podemos dizer que fora esquecido e que sua obra foi ignorada, mas podemos afirmar sem receio que recebeu pouca atenção, e que não fora percebida de uma maneira crítica e analítica. Um esforço um pouco mais consistente, porém breve, nesse sentido foi o de Getúlio Pereira das Neves, quando da conferência de posse enquanto associado do IHGB em 2012, fala sobre “Bras da Costa Rubim e a historiografia do Espírito Santo”, além de retomar as informações da trajetória de vida já colocadas pelos outros biógrafos já citados, há uma ênfase na sua pertinência para a historiografia capixaba do século XIX. Segundo Neves, as “Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo” possuem poucas ressalvas pois

[...] abstraído o fato de que Brás da Costa Rubim, por residir na Corte, não estava envolvido no cotidiano de disputas políticas, muitas vezes mesquinhas, da província, o que preservou seu trabalho das críticas destrutivas foi o fato de estar afinado com a forma contemporânea de produzir nos domínios da História - o que era, digamos assim, ditado de dentro dos salões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.⁴⁸

Neves acaba destacando, portanto, a distância de Costa Rubim das contendas políticas provinciais como algo fundamental para a formulação de sua obra, ainda mais somado aí o fator de sua inserção no IHGB, viabilizando a produção de um texto dentro dos parâmetros metodológicos estabelecidos por esta instituição. Assim, para Neves a distância em relação às questões provinciais foi fundamental para que as “Memórias

⁴⁷ Ibid, p. 71. A Academia Espírito-Santense de letras foi fundada em 1921 por iniciativa de Alarico de Freitas, Sezefredo Garcia de Rezende e Elpídio Pimentel, e entre os seus patronos ou membros não consta o nome de Braz da Costa Rubim. Esse preterimento do autor Capixaba pode ser resultado da falta de conhecimento, até então, dos seus escritos. (ACADEMIA ESPIRITO-SANTENSE DE LETRAS. Patronos & Acadêmicos. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória,/Lei Rubem Braga, 2006, p. 7)

⁴⁸ NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Bras da Costa Rubim e a historiografia do Espírito Santo. *RIHGB*, tomo 457, 2012, p. 105.

históricas e documentadas” se tornassem uma obra consistente e “afinada com a forma contemporânea de produzir” história.

Outro estudo recente foi o de Sandro Aramis Gomes, no qual desenvolveu um trabalho voltado para a investigação das memórias históricas sobre Morretes e Paranaguá de Antônio Vieira dos Santos, com o objetivo de pensar sobre as condições sociais de produção, de modo a saber como “uma discussão sobre os lugares e interesses sociais que caracterizaram a escrita histórica desenvolvida para além de instituições no Brasil da primeira metade do século XIX”⁴⁹. Nesse contexto, Gomes desenvolve uma reflexão sobre Braz da Costa Rubim e o contexto de produção de suas “Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo”⁵⁰, por receber o apoio de Manuel Antônio da Silveira para obter informações e documentos, e daí circular entre o Rio de Janeiro e Vitória para obter fontes, mobilizou, desta forma, interlocuções de modo eficaz. Essa situação, segundo Gomes, se deu pelo fato de ser Costa Rubim um membro da elite provincial enraizado na capital do Império e inserido na esfera do funcionalismo público, mesmo que na condição de inferioridade hierárquica por exercer o cargo de escrivão⁵¹. Para Gomes a mobilização de materiais e interlocutores evidenciam a inserção de Costa Rubim no âmbito provincial e, portanto, foram as relações de proximidade com a terra natal que possibilitaram a concretização da sua obra.

Neves e Gomes inscrevem suas análises sobre a obra de Costa Rubim no contexto de sua produção, isto é, procuram pensar nos agentes e facilitadores que permitiram a constituição da obra (para Gomes) e que determinaram a sua forma (para Neves). No entanto, as perspectivas dos dois autores são contraditórias na medida em que Neves enfatiza a distância das questões provinciais, e Gomes traz a tona a proximidade que permitiu articular interlocutores. Vamos, então, tentar pensar nessas relações de proximidade e distanciamento de Costa Rubim em relação à realidade provincial, e sua rede de relações na Corte e no Espírito Santo. Para tanto, pensaremos a partir daqui, de maneira sucinta, nas informações encontradas nos periódicos de seu contexto.

⁴⁹ GOMES, Sandro Aramis Richter. *Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das memórias históricas de Antônio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, 1840-1850)*. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2012, p. 8.

⁵⁰ *Ibid*, p. 96-99.

⁵¹ *Ibid*, p. 97.

Pensemos primeiramente em sua inserção no profissionalismo público. Era o ano de 1846 quando Costa Rubim aportou na cidade do Rio de Janeiro⁵², dois anos após o falecimento de seu pai⁵³. Em agosto do mesmo ano, é nomeado amanuense da Recebedoria de Rendas Internas da Província do Rio Grande do Sul⁵⁴. Chegando a se tornar quarto escriturário amanuense de alfândega do Rio Grande do Sul em 1851⁵⁵, segundo escriturário da Diretoria Geral de Contabilidade em 1854⁵⁶, em 1861 ocupava um dos cargos de primeiro escriturário da mesma Diretoria⁵⁷. E aí permaneceu até o fim de seus dias.

A trajetória profissional modesta, ratificada no fato de o cargo máximo ocupado por Costa Rubim ter sido o de primeiro escriturário no Tesouro, acentua a inferioridade hierárquica de sua carreira estatal enquanto funcionário do segundo escalão. O que, ainda assim, significava uma posição de destaque frente à realidade social. No Brasil do século XIX, ser funcionário público era estar perto das esferas de poder. Os cargos públicos em geral eram disputados intensamente pelas oligarquias locais. Ser funcionário público situava o indivíduo num quadro definido na hierarquia social. Ser funcionário público era ter uma renda, a partir de um lugar que garantia prestígio, posição e ascensão social. Mas, ser funcionário dependia de muita coisa: favores,

⁵² O seu registro de entrada está no dia 22 de abril de 1846 no porto do Rio de Janeiro, vindo de Lisboa *Diário do Rio de Janeiro*, ano XXV, n. 7190, 23 de abril de 1846, p. 1.

⁵³ Esta informação foi passada no *Correio da Victória*, do dia 13 de setembro de 1856, ocasião em que chegava à capital da Província do Espírito Santo um retrato do antigo governador para ser exposto na Santa Casa de Misericórdia fundada por ele.

⁵⁴ A nomeação foi feita por Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Ministro e Secretário de estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional. Consulta ao documento disponível da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional: “Aviso a Braz da Costa Rubim”, de José Pedro Dias de Carvalho, Ministro dos Negócios da Fazenda, Rio de Janeiro, 10 de janeiro 1846.

⁵⁵ “Relação das pessoas nomeadas para diversos logares do Tesouro Nacional por decreto de 10 de maio de 1851”. *Correio Mercantil e Instructivo*, Ano VIII, n. 116, 1851, p.1.

⁵⁶ ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, para o ano de 1854. 11º ano. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1854, p. 128.

⁵⁷ ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, para o ano de 1861. 18º ano. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1861, p. 191.

protetores, parentesco e habilitação⁵⁸. É provável que suas relações de parentesco com o Conde de Baependy tenham lhe favorecido nesse processo⁵⁹.

A trajetória de Costa Rubim, o insere, numa lógica distante da província natal. Outra via de estabelecimento de relações sociais era a participação em agremiações, e as que ele integrou foram a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) e a Sociedade Estatística do Brasil (SEB). Pensemos brevemente sobre cada uma delas para assim atentarmos para as relações que estabelecera e as questões que de alguma forma o preocupavam.

⁵⁸ Numa obra em que Antônio Cândido traz a biografia de Antônio Nicolau Tolentino (1810-1888) as relações em uma sociedade de favor são pensadas numa perspectiva em que a competência profissional podia trazer a estima dos líderes, mas também levar a conflitos com a estrutura de poder essencial para a atuação desses líderes. Assim, Cândido desvela as articulações que ensejam o funcionalismo público e o perfil dos funcionários do primeiro e do segundo escalão do Tesouro Nacional. Ver: CANDIDO, Antônio. *Um funcionário da Monarquia*. Ensaio sobre o segundo escalão. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2002, p. 11-13.

⁵⁹ Nos números do *Almanak Administrativo e Mercantil* dos anos de 1851 a 1871 vemos que Costa Rubim fixara residência na rua das Mangueiras (atual rua Visconde de Mangarape), mesmo endereço do Conde de Baependy. As informações sobre a história das ruas da cidade do Rio de Janeiro estão contidas no livro: GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio* e sua liderança na história política do Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

Após o falecimento de Braz da Costa Rubim vê-se estampado no *Diário do Rio de Janeiro* de 15 de agosto de 1871, o convite para a missa de sétimo dia é feito pelo “Conde de Baependy, seus filhos e genros, José Manoel Rodrigues Torres e Francisco Azevedo Silva”. (Ano 54, n. 224, 1871, p. 4). Braz Carneiro da Costa e Gama, o Conde Baependy, foi um proprietário de terras e político de prestígio do Segundo Reinado. Chegando a ser Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, senador, e presidente da Câmara do Senado. Dados encontrados nas publicações do *Diário do Rio de Janeiro* dos anos de 1845 a 1872.

Não foram encontrados registros de vínculo matrimonial. Os dados da 2ª Vara de Órfãos registram que teve um filho ilegítimo, José Manoel Rodrigues Torres, cuja paternidade só foi legal e abertamente reconhecida após a morte do letrado capixaba, de acordo com *Diário do Rio de Janeiro*, Ano 58, n. 222, de 11 de agosto de 1875. O sobrenome Rodrigues Torres remete ao Visconde de Itaboraá, Joaquim José Rodrigues Torres, mas não foram encontrados dados que estabeleçam a filiação materna de José Manoel, e por ser um filho natural, com reconhecimento após a morte do pai, dificilmente seria vinculado a essa família de prestígio. Considerando o histórico de seus parentes, pode-se conjecturar que se trate do fruto de uma relação com uma negra. Pesa o fato de seu nível de influência não ter também lhe garantido um casamento.

O irmão do Conde de Baependy, o Barão de Juparanã faleceu solteiro e deixou vinte e quatro protegidos, que depois viriam a ser reconhecidos como seus filhos naturais com suas escravas. O próprio Baependy teve, pelo menos, dois filhos naturais com negras. Os dois irmãos tinham uma inimizade mútua e permanente, que durou até os últimos momentos de vida. Isso porque Baepeny teria sido o responsável pelo celibato do irmão, já que quando foi pedir a mão da filha de Carapebus para seu irmão acabou fazendo em nome do próprio filho, dizendo que seu irmão tinha na fazenda um “serralho”, em outras palavras uma espécie de prostíbulo. MORAES, Roberto Menezes de. Outras visões para a observação de algumas das famílias que atuaram no Vale do Paraíba Fluminenses durante o ciclo cafeeiro. Consulta em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/27_roberto-menezes.pdf. Dia 27 de novembro de 2015, às 19h.

Foi sob o engajamento de Ignácio Álvares Pinto de Almeida, “para o fim de animar, e fazer prosperar a indústria nacional”⁶⁰, e proteção de D. Pedro I que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) foi oficialmente fundada em 19 de outubro de 1827. Trata-se de uma agremiação privada mantida pelas contribuições de seus associados e provisão anual autorizada pelo Imperador⁶¹. Tinha como objetivo primordial o progresso da nação, para tanto deveria avaliar, viabilizar e estimular o uso de máquinas na produção nacional. A Sociedade se propunha a racionalizar a agricultura, pois a produção agrícola era entendida entre os associados da SAIN, e no Brasil oitocentista, como “o fundamento do comércio e da indústria nacional, fonte de prosperidade das nações”⁶². Era uma comunidade que se propunha ser científica, mas agregava no mesmo espaço cientistas, letrados, políticos, funcionários públicos e homens ligados ao mundo dos negócios – todos empenhados em explorar a natureza e dispô-la a serviço do progresso e da transformação da nação⁶³.

As atas da SAIN registram que desde 1851 Costa Rubim já era sócio efetivo. No *Post-scriptum* do AIN de 1850 referenciavam-no pois “accuradamente se entrega ao estudo das necessidades de nossa agricultura”⁶⁴, não por menos foi tesoureiro da instituição durante o ano social de 1852, onde demonstrou “zelo, actividade e economia”⁶⁵. De 1857 a 1865, foi conselheiro da agremiação, atuando na Seção de Artes Liberais e Mecânica. Efetiva foi sua presença na SAIN, por pelo menos quatorze anos, sendo até

⁶⁰ CORREIA, Manoel Francisco. Fundação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: documento oficial oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por interessar à primeira sociedade civil fundada no Brasil – a Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: *RIHGB*, Tomo LXIII, 1900, p. 408.

⁶¹ D. PEDRO I. *Provisão de Estabelecimento da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1825.

⁶² BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Atena*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2009, p. 186.

⁶³ Foi a *Société D'Encouragement à L'Industrie Nationale* fundada em 1801 na França que serviu de inspiração para a criação da SAIN. A sociedade francesa tem sua origem relacionada diretamente ao surgimento dos ramos industriais da Química, voltados para a agricultura e para os têxteis. Tratava-se de uma associação “que se propunha ser científica e cujo objetivo era incentivar e contribuir para o crescimento da indústria através de concursos, exposições, publicações e ensino técnico” (BARRETO, 2009, p. 165)

⁶⁴ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1850, n. 7.

⁶⁵ Parecer da Comissão de Contas, aprovado em Assembléia Geral de 23 de julho de 1852. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1852, n 1, p. 118 e 119.

indicado a para ser secretário honorário. Depois disso, aparentemente, nenhuma outra menção.

Foi de dentro da SAIN que ocorreu a mobilização para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1838 (IHGB). Nascia com sócios movidos pelo patriotismo e gosto das letras, mobilizado em organizar os documentos úteis à história e geografia nacionais, reunidos numa instituição transformada em um centro autorizado para a construção de discursos sobre o Brasil, sob a proteção do Estado imperial, e por isso se articulava a um amplo projeto de centralização política⁶⁶. Entre os objetivos dos IHGB estava a reunião de documentos pertinentes à história do Brasil, já que a recolha de dados daria condições para uma História Geral do Brasil, e a história até então obscura do país seria trazida a luz promovendo esclarecimento e ordem. E ordem também era o que desejavam os estadistas e políticos que se ocupavam de fortalecer o Estado monarquista e constitucional, distanciando o Brasil do caos das nações vizinhas republicanas. O país carecia de esclarecimento, ordem e identificação. Era necessário revelar nosso verdadeiro caráter nacional. O IHGB contribuiria nesse sentido privilegiando a história e a geografia, mas contando com o recurso da arqueologia, etnografia e literatura. Para o Instituto, a fundação do Estado nacional, em 1822, já viabilizava uma História Geral do Brasil, portanto a história a ser formulada enfatizaria o Estado brasileiro⁶⁷.

Para ingressar enquanto sócio do IHGB, Costa Rubim ofereceu à Comissão de Admissão de Sócios seu “Vocabulário brasileiro” em 22 de maio de 1857⁶⁸, já que era critério da instituição a apresentação de um trabalho científico para a aceitação de um sócio⁶⁹. Somente em junho de 1859 foi aceito enquanto sócio. Na ocasião de submissão do seu trabalho não houve quem o indicasse, diferente dos outros sócios juntamente

⁶⁶ WHELING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.32; OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.37 e 38.

⁶⁷ GUIMARÃES, Op. cit., p. 115-117.

⁶⁸ Esse mesmo *Vocabulário* já havia sido publicado em 1853 no Rio de Janeiro, pela Oficina Paula Brito. A submissão deste texto para a admissão no Instituto consta em: *RIHGB*, tomo XX, 1857, p. 503.

⁶⁹ GUIMARÃES, Op. cit, p. 79.

admitidos com Rubim⁷⁰. Foi certamente no IHGB que Costa Rubim mais dedicou seu tempo e esforços. Foi admitido como sócio na sessão de 3 de junho de 1859, e desde então faltou muito raras sessões, sendo sócio assíduo⁷¹.

Assim como o IHGB, a Sociedade Brasileira de Estatística saiu do seio da SAIN. Era 1854 quando alguns “homens públicos notáveis” começaram a se mobilizar pela criação de uma agremiação voltada para a estatística do Império, e já em 1855 seus estatutos foram aprovados e começaria a funcionar “sob imediata proteção de Sua Majestade, o Imperador”. Até então as estatísticas eram resultado de ações pessoais, feitas sem critério e com muitas dificuldades, e sem esse saber as ações do Estado ficavam incertas e inseguras⁷². Em sessão do dia 16 de junho de 1854, na sede da SAIN, foi estabelecida a proposta de criação da Sociedade Estatística do Brasil, tendo como presidente Miguel Calmon Du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes. Surgia a SEB atenta em “aumentar, colher e metodizar os fatos que devem constituir a estatística geral do Império”⁷³. Não se tem notícia de terem sido formados os círculos filiais e nem de ter havido correspondentes. Havia também a pretensão de se publicar trimensalmente uma revista, a qual não tem notícia de ter saído algum número⁷⁴.

⁷⁰ Mesmo havendo a necessidade de entregar à Comissão de Admissão de Sócios um trabalho científico, era comum que os sócios indicassem nomes para a entrada na agremiação. Como vemos nas Atas das sessões disponíveis nos números da Revista do Instituto. A indicação não significava uma facilitação para a admissão, como vemos nas Atas, a exemplo das indicações feitas por Araújo Porto-Alegre na sessão do dia 11 de junho de 1858 (*RIHGB*, tomo XXI, 1858, p. 430), e que não foram acatadas pela Comissão de Admissão no parecer do dia 20 de maio de 1859 (*RIHGB*, tomo XXII, 1859, p. 640)

⁷¹ De 1860 a 1871 integrou algumas comissões do IHGB, sendo a que mais atuou a de Fundos e orçamentos, tendo feito parte das comissões de Trabalhos geográficos, Trabalhos históricos, Pesquisa de manuscritos, Revisão de manuscritos, e Arqueologia e etnografia. Os doze anos de atuação intensa no Instituto também são evidenciados nas publicações da *Revista Trimensal*: “Notícias Chronologicas dos factos mais notáveis da província do Espírito Santo” (1856), “Memória sobre os limites da província do Espírito Santo” (1860), “Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo” (1861), “Dicionário topográfico da província do Espírito Santo” (1862), “Memória sobre a revolução do Ceará” (1866), “Vocabulários indígenas e outros introduzidos no uso vulgar” (1882), este primeiramente publicado no periódico *Luz* em 1872.

⁷² SENRA, Nelson de Castro. *Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2009, p. 49-50.

⁷³ SENRA, 2009, p. 49.

⁷⁴ SENRA, 2009, p. 52.

A atuação de Costa Rubim na Sociedade Estatística, segundo o *Almanak*, se limitou aos anos de 1862 e 1863⁷⁵, e, aparentemente, sua dedicação não foi tão intensa quanto no IHGB e a na SAIN. Por dois anos foi conselheiro, e não há registros de que tenha publicado a respeito de algum tema vinculado à SEB ou tenha atuado no mesmo nível das outras agremiações. Até porque a atuação da própria sociedade foi mais limitada e com menor repercussão.

A atuação na SAIN, IHGB e SEB mostram um indivíduo que transitava com desenvoltura entre a elite intelectual da corte. As vivências sociais da Corte transpostas nos periódicos inserem Costa Rubim no círculo de relações sociais na corte. Proprietário, funcionário público, parente do Conde de Baependy⁷⁶. Não era identificado como um membro da elite provincial, e não possuiu vínculos fortes o suficiente para galgar ou o primeiro escalão do funcionalismo ou a inserção na política. No meio de estrelas de primeira grandeza como renomes da literatura, ministros, conselheiros, presidentes de província, enfim, dos grandes do Império – a exemplo: o Visconde de Sapucaí, Visconde do Bom-Retiro, Dr. Joaquim Manoel de Macedo, Dr Alfredo d'Escagnolle Taunay, Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Dr José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco⁷⁷ – o escriturário do tesouro passaria facilmente despercebido. Sua trajetória modesta contrasta com seus espaços de sociabilidade, e com as relações que poderia estabelecer, já que possuía claramente, mesmo que relativo, contato com a nata da elite imperial.

Não obstante, os vínculos com a província natal eram notórios em seus esforços de aproximação cujas implicações envolvem desde doações de livros para a fundação da biblioteca da província⁷⁸, a referências e divulgação das riquezas naturais na SAIN⁷⁹, os

⁷⁵ É o que vemos na análise dos volumes do *Almanak Administrativo e Mercantil*, publicado pelos irmãos Laemmert, nos quais os números 19 do ano 1862, e 20 do ano 1863, são os únicos volumes que mencionam sua participação na SEB.

⁷⁶ Em manuscrito disponível no Arquivo Público Nacional, Braz da Costa Rubim aparece como outorgado em uma escritura de aforamento datada de 21 de agosto de 1861, de uma chácara na rua da Glória. No *Almanak Administrativo*, de 1863, n. 3, Costa Rubim está presente para a inauguração do Túnel Grande da Estrada de Ferro D. Pedro II em Valença, sendo citado como proprietário na região.

⁷⁷ Estes faziam parte do IHGB no contexto do falecimento de Braz da Costa Rubim. RIHGB, t.XXXV, 1872, p. 562.

⁷⁸ *Correio da Victória*, Ano XI, n. 81, de 12 de dezembro de 1859, p. 2.

estudos da história e geografia do Espírito Santo, e tentativas mal logradas de representar a província na Assembléia Geral.

Uma carta anônima publicada no *Correio da Victória* aprecia a indicação de seu nome para representar sua terra natal na Assembléia Geral⁸⁰. Ao que parece Costa Rubim se candidatara, e a carta anônima fazia indicações de seu nome, pois “tendo passado por tantas decepções, bem pode fazer mais esta experiência, que estou certo lhe sortirá bom efeito”⁸¹. Alguns dias depois outra correspondência⁸², mais extensa e também anônima é estampada fazendo recomendações do seu nome ao alegar que a ele se deve a existência da biblioteca pública da capital, aos seus esforços também se deve a fundação de uma filial da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional fundada pelo Coronel Monjardim. A carta diz ainda da remessa de sementes que fez para a província cujos custos arcou sozinho, e de sua ajuda no estabelecimento de uma tipografia no Espírito Santo. Além de receber “com a maior urbanidade e prazer todos os seus comprovincianos que o procuram na corte, e a alguns já tem prestado favores de alguma monta”. Por tudo isso demonstra “amor ao logar onde se nasceo”. Por ser ligado por “parentesco e íntima amisade à família mais importante do Rio de Janeiro, a dos Baependys”, Costa Rubim é colocado como um caminho para tirar a província da condição de “abatimento”. Ao final da carta, o autor o coloca como melhor opção por ter nascido no Espírito Santo, diferente dos “Coitos, os Pedreiras, Os Leaes”, por serem fluminenses devem atender mais aos interesses do Rio de Janeiro.

Através dessas correspondências, podemos perceber que os laços com a terra natal existiam, pois Costa Rubim mostrava apreço às coisas da província e no seu desenvolvimento. Não sabemos se as duas correspondências anônimas foram feitas pela mesma pessoa, e diante dos vários argumentos usados pelo autor (ou autores?) o desfecho do texto assinala seu vínculo com o a família do Conde de Baependy como sinal de capacidade para reverter um quadro de abatimento instaurado na província.

⁷⁹ A exemplo da ocasião em que apresenta o bicho da seda indígena da província do Espírito Santo (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1854, n. 1, p. 235), e quando remete várias amostras de minerais das terras capixabas (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1858, n. 1, p. 8)

⁸⁰ *Correio da Victória*, Ano VIII, n. 59, de 02 de agosto de 1856, p. 3.

⁸¹ *Ibid.*

⁸² *Correio da Victória*, Ano VIII, n. 60, de 06 de agosto de 1856, p. 3.

Qualificá-lo não seria suficiente para instigar sua eleição, por isso os sobrenomes Coito, Pedreira e Leal são citados como impróprios por serem fluminenses. A indicação que se faz ao nome de Costa Rubim para um cargo público de representação da província a partir das suas maiores credenciais: os vínculos familiares (seja ao falecido pai, o governador Rubim, ou ao Conde de Baependy); e por serem as terras espírito-santenses seu lugar de nascimento. Mesmo morando no Rio de Janeiro, podemos aqui inserí-lo num cenário de disputas políticas contextualizadas em solo capixaba. O apoio a sua candidatura expressa o desgosto com a condição vigente e a rejeição a candidatos nascidos em outra província. Expressa também um discurso retórico que não deixa claro se a defesa sumária a Costa Rubim seria muito mais um esforço de desqualificação de outros candidatos, num impasse de controvérsias políticas.

Costa Rubim não foi eleito, nunca assumiu nenhum cargo eletivo. Mas as cartas publicadas no *Correio da Victória* lhe renderam alguns desgastes por insinuações de que a dita publicação havia sido feita a seu mando ou pedido. No início do ano seguinte, 1857, envia uma carta ao redator do jornal, na época José Marcelino Pereira de Vasconcellos:

Constando-me que algumas pessoas me attribuem um artigo publicado no seu jornal, o *Correio da Victória*, recommedando-me para deputado pela província do Espírito Santo: rogo a V.S, que sob sua palavra de honra declare, se tive directa parte nessa publicação ou se lhe consta que indirectamente para isso concorresse.

Sou com a devida consideração, de V.S. attento venerador e criado.⁸³

A resposta do redator vem em seguida na mesma edição, é curta e certa: “Declaro que o Sr. Braz da Costa Rubim não teve parte em semelhante artigo nem directa e nem indirectamente”. Para além dos padrões de etiqueta textual vigentes, a carta de Costa Rubim projeta um desconforto não somente com a situação. Desconforto evidenciado em palavras que dão contorno de submissão e insegurança. Não parecia que escrevia para os seus, aqueles com quem se identificasse. Sua relação com os conterrâneos denotava em um complexo de ambigüidades marcadas por esforços de aproximação e forças de afastamento.

⁸³ *Correio da Victória*, Ano IX, n. 7, de 28 de janeiro de 1857, p. 3.

Assim, tanto a proximidade em relação a província do Espírito Santo destacada por Gomes quanto a distância evidenciada por Neves devem ser relativizadas no que se refere às relações sociais estabelecidas em torno de Braz da Costa Rubim. No entanto, percebe-se que há uma predominância do afastamento em relação a Província. É nessa dinâmica de aproximação e afastamento que seus discursos sobre o passado de sua província natal devem ser inseridos. O nascimento em Vitória, os mais de vinte anos passados em Portugal, onde teve sua formação e chegou à vida adulta, e o estabelecimento da Corte quando de sua volta para o Brasil, dão a Costa Rubim contornos peculiares em sua inserção social e intelectual.

1.3. José Marcelino Pereira de Vasconcellos

As informações sobre a vida de José Marcelino Pereira de Vasconcellos são mais facilmente encontradas em seus biógrafos, e não apresentam tantas lacunas como as biografias feitas sobre Costa Rubim. Diferente deste, Vasconcellos viveu toda a sua vida na província do Espírito Santo, passando poucos e curtos períodos na Corte sediada no Rio de Janeiro, o que lhe permitiu estabelecer uma rede de relações sociais e políticas mais sólidas restritas ao solo capixaba.

“Advogado provisionado pelo Tribunal das Relações do Rio de Janeiro, deputado em várias legislaturas à Assembléia da província do Espírito Santo, sua pátria; sócio do Instituto Historico-Geográfico do Brazil, e do Instituto Historico da Bahia”⁸⁴, dizia Innocêncio F. da Silva já em 1860 a respeito do capixaba nascido em 1821 na capital da província. Após lançar essas informações, diz que desde os dezoito anos Vasconcellos atua no serviço público em cargos administrativos ou de magistraturas, e em seguida lista suas nove publicações de jurisprudência, e suas outras publicações de história, literatura e a redação de periódicos.

Essas informações um pouco mais amplas sobre a vida de Vasconcellos contrastam com as emitidas sobre Costa Rubim: os dados sobre seu nascimento e ocupações eram de conhecimento acessível, diferente dos referentes do outro espírito-santense, que aliás

⁸⁴ SILVA, Innocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo Quinto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, p. 15.

Innocêncio da Silva nem sabia onde nascera, como vimos acima. Essa comparação evidencia a posição prestigiada já ocupada por Vasconcellos em 1860, enquanto homem de carreira pública e das letras. Por outro lado, as informações a seu respeito podem ser relacionadas as redes de relacionamento mais consistentes que estabeleceu em sua terra natal. A condição de homem público⁸⁵ o fazia conhecido, e a condição de escritor o tornava digno de nota.

Na ocasião de seu falecimento em 1874, Bazílio Carvalho Daemon registra a perda do “mais trabalhador e investigador filho desta província, o antigo advogado, inteligente e illustrado author[...] escriptor fluente e fundo escavador das cousas pátrias, jornalista e membro correspondente de muitas sociedades científicas”⁸⁶, a ênfase à produção escrita de Vasconcellos mostram que era nessa esfera das “letras” o seu destaque maior. A própria história da imprensa no Espírito Santo se liga a Vasconcellos: foi diretor de *O Estafeta*, primeiro jornal a circular na província, mas que só teve um número publicado, provavelmente pelo falecimento do seu proprietário Aires Tovar⁸⁷; fundou *O Semanário* (folhetim dedicado à divulgação da literatura e história) em 1857 e *O Espírito-santense* em 1870⁸⁸, este último teve como redator Daemon.

Além da atuação como jornalista, Daemon destaca ter sido Vasconcellos membro de diversas sociedades científicas, informação também lançada por Innocêncio da Silva. Sinal de *status* e prestígio, era essa uma informação que o próprio Vasconcellos gostava de destacar. Na contra capa do seu livro *Selecta Braziliense*, logo abaixo do seu nome, onde geralmente apareciam as credenciais dos autores, está escrito “membro de diversas sociedades científicas e litterarias da Corte e das províncias da Bahia, São Paulo, São Pedro do Sul e Espírito Santo”⁸⁹. De fato, Vasconcellos foi sócio correspondente de várias agremiações, e fazer parte delas implicava numa interação com a elite letrada nacional, preocupada em propagar os ideais da civilização, desenvolver a nação em

⁸⁵ Já em 1855 foi eleito deputado provincial e nomeado oficial maior da secretaria do governo. Ver: *Correio da Victória*, 7 de outubro de 1855, p. 2.

⁸⁶ Daemon, Basílio de Carvalho. *Província do Espírito-Santo: sua descoberta, história crhonológica, synopsis e estatística*. Vitoria: Typ. do Espírito Santense, 1879, p. 421.

⁸⁷ MATTEDI, José Carlos. *História da imprensa Oficial do Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], 2005, p. 12 e 13.

⁸⁸ *Ibid*, p. 16.

⁸⁹ VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira de. *Selecta braziliense*. Primeira série. Rio de Janeiro: Laemmert, 1868.

termos culturais e econômicos. Atenhamo-nos a sua atuação em duas dessas agremiações, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB).

Já sabemos que a SAIN surgiu a partir da organização de um grupo de proprietários, funcionários públicos e letrados preocupados com o desenvolvimento da agricultura nacional diante da iminência do fim da escravidão, e por isso se empenharam em modernizar o trabalho agrícola tanto através da expansão dos conhecimentos a cerca da terra e dos vários gêneros, como também por meio do uso de máquinas. Nesse processo tudo que se referia ao potencial econômico do país deveria se explicitado. Engajado nessas intenções, Vasconcellos passou a ser sócio da SAIN em 1º de maio de 1859, ocasião em que remete também duas cópias do seu *Ensaio*⁹⁰. Envia também amostras das riquezas do Espírito Santo, como os indicativos de uma mina de ferro para se acrescentar às demais notícias que evidenciam a “fortuna natural” da província⁹¹. As atas das sessões publicadas no *Auxiliador da Indústria Nacional* (AIN) registram os materiais e cartas enviados por Vasconcellos, bem como o envio também de sua *Selecta Braziliense* em 1868. Participou de poucas sessões, como em meados de 1864⁹², e não constam publicações suas no AIN. Sua atuação na agremiação era mobilizada pelo interesse em difundir as riquezas da província do Espírito Santo.

Surgido do interesse de salvaguardar a memória nacional para direcionar as ações do Estado, ao passo que os contornos da nacionalidade são delimitados, o IHGB surgiu em 1838 reunindo intelectuais na Corte, e agregando correspondentes de outras províncias. Nesse ensejo, a atuação de Vasconcellos no IHGB foi singela, até por conta da distância em relação a Vitória. Sua entrada como sócio se deu quando apresentou exemplares do seu *Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo*. Nas atas das sessões do ano 1858 constam que a partir do seu *Ensaio* Vasconcellos foi proposto como membro do Instituto. Assim como Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello por seus *Estudos Históricos*, trata-se de “um incentivo próprio para animar este

⁹⁰ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1859, nº 1, p. 88.

⁹¹ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1867, nº 12, p. 539.

⁹² As atas das sessões da SAIN encontradas no *Auxiliador da Indústria Nacional* registram sua presença entre junho e agosto de 1864.

jovem laborioso e amigo das cousas pátrias”⁹³, na mesma ocasião o *Ensaio* foi colocado como “um excelente auxiliar para os estudos gerais desta espécie”. Nas atas do Instituto há poucas evidências de uma atuação significativa no IHGB, com participação em sessões ou envios de materiais⁹⁴.

A atuação, e até mesmo a própria filiação, de Vasconcellos a estas agremiações mostram uma preocupação com os assuntos relacionados ao desenvolvimento da nação: agricultura, história, letras, teatro, ciências. Pelo que se percebe na sua rasa atuação na SAIN e no IHGB, Vasconcellos parecia portar-se como um representante dos interesses capixabas – queria fazer a sua terra natal ser lembrada, ser conhecida, ser valorizada. Mas, o fato é que sua produção intelectual não se articulou, e tão pouco dependeu de sua vinculação às instituições científicas. Vasconcellos publicou mais de duas dezenas de livros, a maioria direcionada para a prática jurídica. E suas qualidades enquanto escritor são engrandecidas pelos seus contemporâneos⁹⁵ e, no mínimo, questionada por outros⁹⁶.

No prefácio à segunda edição de *Arte de requerer em juízo*, diz assim Vasconcellos

Si attingi o alvo que eu tinha em mira, diga-o o esgotamento acelerado de suas edições. [...] o público aquilate os meus esforços; é elle o tribunal supremo que tem julgado meus labores, sendo que essa sentença tem-me sido sempre favorável [...] tenho fé em que esta nova edição não me proporcionará acolhimento menos benévolo do que merecem as anteriores.⁹⁷

A vaidade de Vasconcellos evidencia algo proeminente em uma restrita ilha de letrados, a de ter seus livros esgotados e publicar nova edição. Das quase duas dezenas de livros seus dedicados ao direito, praxe jurídica, divulgação e cunho prático, quase metade tiveram uma segunda edição. Se tivesse vivido mais, o auto-elogio do parágrafo acima

⁹³ RIHGB, 1858, p. 472.

⁹⁴ No *Diccionario* de Sacramento Blake vemos a menção às “Correcções e acrescimos ao *Diccionario Geographico do Império do Brazil*, publicado em França, na parte que respeita á provincia do Espirito Santo”, trata-se de um estudo feito sobre o trabalho de Milliet de Saint Adolphe e que foi entregue ao Instituto Histórico em 1851. BLAKE, op. Cit., p. 32.

⁹⁵ Estas obras que reúnem compilações de leis, regulamentos e normas do período imperial no Brasil tiveram boa recepção do público do tempo de Vasconcellos, evidência deixada pelas muitas edições. De fato foram obras de utilidade. Num tempo de restrito acesso à informação, as compilações atenderam bem às necessidades de um público letrado, e principalmente ocupantes de algum cargo público.

⁹⁶ Afonso Cláudio, por exemplo, deixou claro que o maior mérito de José de Vasconcellos foi o de compilar leis, decretos, normas. Sem análises, sem comparações e elucidações. Por isso, não entende por que Daemon o enaltecia tanto. (CLAUDIO, op. Cit, p. 178)

⁹⁷ VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira de. *Arte de requerer em juízo*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897, prefácio.

teria se repetido algumas vezes, por conta do *Guia prático do povo no foro civil* e o *Código criminal do Império do Brasil*, que em 1887 atingiam a terceira edição, mesmo ano em que o *Livro dos jurados* e o *Manual dos promotores* eram reeditados. Ao final do século XIX, pelo menos nove de suas obras tiveram duas edições⁹⁸.

Daemon diz que Vasconcellos foi “político activo, embora algumas vezes tivesse se excedido em certos actos, gozava de popularidade em toda a província”⁹⁹, fazendo parte da liderança que fundou o partido liberal na província e mais tarde se liga ao partido conservador. Atuando como funcionário público desde a década de 1840, Vasconcellos foi procurador da Câmara Municipal de Vitória, amanuense de polícia, professor, ocupou cargos judiciais e policiais, por meio de eleições chegou a ser Juiz de Paz, vereador, deputado provincial por diversas legislaturas, e até deputado geral¹⁰⁰. Ele era, portanto, plenamente inserido no arranjo político e social da província do Espírito Santo.

No *Diccionario bibliográfico brasileiro*, de Sacramento Blake, após falar que era filho de José Marcelino de Andrade Vasconcellos e Joaquina Maria do Rosário, é acentuada mais uma vez a sua vinculação às diversas agremiações; a sua trajetória profissional na vida pública desde a função de procurador da comarca municipal na cidade de Vitória, à nomeação como oficial de secretaria do governo e inspetor do tesouro provincial, além de ter sido por diversas vezes deputado da assembleia provincial e deputado geral por um mandato.¹⁰¹ Toda essa trajetória dedicada aos serviços públicos e o interesse no desenvolvimento cultural do país, relatados por Sacramento Blake, parecem conduzir a um conjunto de credenciais a alguém que já possuía então o prestígio por sua produção escrita, cujo resultado foram as mais de vinte obras de jurisprudência, boa parte delas, como já dissemos, com mais de uma edição.

⁹⁸ ROCHA, Op. cit, p. 82.

⁹⁹ DAEMON, Op. cit, p. 422.

¹⁰⁰ ROCHA, Op. cit, p. 80.

Essas informações são encontradas também no *Correio da Victória*, na sessão de comunicados oficiais: *Correio da Victória*, 15 de agosto de 1849, p. 1 a 3; *Correio da Victória*, 16 de janeiro de 1850, p.1 e 2.

¹⁰¹ SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Quinto volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 29.

Afonso Cláudio questiona esse prestígio adquirido por Vasconcellos, por muitos considerado “investigador, inteligente, ilustrado e fluente escritor, caráter distinto, talento robusto e fecundo escritor”¹⁰². Para Claudio sua obra não tem nada de original, suas obras de direito são simples compilações, assim como suas obras em história e literatura. Cláudio considera-o mais um “infatigável compilador” e não “investigador consciencioso e fecundo”¹⁰³, já que não trouxe novidade alguma com seus escritos. O autor da *História da literatura espírito-santense* questiona a justiça dos muitos elogios destinados a Vasconcellos, o que procede na medida em que, a exemplo de Daemon, foram proferidos por contemporâneos seus os quais dificilmente desatrelariam sua projeção social e política do seu desempenho enquanto escritor. Por outro lado, é certo que em seu tempo as obras de Vasconcellos tiveram excelente recepção – numa realidade de grande restrição de leitores, e por extensão de restritos consumidores de livros, ter um livro esgotado, ou mais ainda, com uma segunda edição era uma proeza –, o que nos leva a pensar que Vasconcellos era suficientemente consciente do que escrevia e para quem escrevia, sobretudo se pensarmos nos tantos envolvidos no funcionalismo público, ou aspirantes a ele, no contexto brasileiro da segunda metade do século XIX.

A narrativa de Levy Rocha sobre Vasconcellos é muito mais para evidenciar as dificuldades e superações encontradas em sua trajetória e sua importância para o Espírito Santo. Desde “o acidente de raça” de sua mãe, ao “desamparo” pela ausência do pai, o esforço autodidata que o fez aprender as primeiras letras, o latim e o francês, de modo que antes da maioridade (1840) já estava no funcionalismo público¹⁰⁴. Levy Rocha destaca as dezenas de obras deixadas por Vasconcellos e suas edições, e fala também da sua atuação na imprensa capixaba. Por tudo isso entende como justas as menções e homenagens feitas a Vasconcellos, cujo nome foi dado a uma rua e a um

¹⁰² CLAUDIO, op. Cit., p. 178.

¹⁰³ Ibid, p. 187.

¹⁰⁴ ROCHA, op. Cit., p. 80.

grupo escolar¹⁰⁵, e recebeu também o título de patrono de uma cadeira na Academia Espírito-santense de Letras¹⁰⁶.

Para pensar no contexto social e político no qual se inseria Vasconcellos o estudo feito por Karulliny Siqueira sobre a criação dos partidos liberal e conservador na província do Espírito Santo no início da segunda metade dos Oitocentos é bastante válido por delinear todo um conjunto de tramas, relações e questões que envolvem as vinculações (e desvinculações) políticas que dizem respeito a Vasconcellos.

Segundo Siqueira, no início da década de 1860 surgem periódicos políticos na província, levando a uma animosidade nas disputas políticas. Até então o contexto político da província era marcado pelo relativo sossego e a ausência de partidos políticos claramente definidos como na Corte, o que existiam eram grupos políticos opostos formados muito mais por afinidades e questões pessoais. O surgimento de periódicos políticos – como *A liga*, *O Amigo do Povo*, *O Monarchista*, *O Tempo* e o *Jornal da Victória* – evidenciam um cenário de disputas partidárias que acentuam a distinção entre o partido liberal e o conservador¹⁰⁷. Nesse sentido, para o que nos interessa, o jornal *O Tempo* era redigido por Vasconcellos e se alinhava com o chamado Partido Capichaba, que dará origem ao Partido Liberal na província¹⁰⁸. Dentre os redatores dos jornais acima, somente Vasconcellos era nascido na província, mas tinham em comum o fato de não terem acompanhado os momentos políticos da independência e das regências, faziam parte do funcionalismo público, e se identificavam com a elite intelectual e política da província¹⁰⁹.

O jornal *O Tempo* se propunha a ser uma oposição ao partido dionisiano (mais tarde identificado com o Partido Conservador no Espírito Santo) e as idéias propostas nesse

¹⁰⁵ Ibid, p. 84.

¹⁰⁶ ACADEMIA ESPIRITO-SANTENSE DE LETRAS. Patronos & Acadêmicos. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, Lei Rubem Braga, 2006, p. 92.

¹⁰⁷ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. “*Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia*”: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880. Dissertação de Mestrado. PPGHIS-UFRRJ, 2011, p. 68.

¹⁰⁸ Vale destacar que ao falar de José Marcelino P. de Vasconcellos, redator de *O Tempo*, Siqueira diz que ele era formado em Direito, provavelmente em São Paulo. No entanto, essa informação pode ser questionada na medida em que não encontramos essa informação em nenhuma das biografias feitas no século XIX, e isso não aparece na contra capa de nenhum dos livros de Vasconcellos como credencial ou descrição do autor. Ibid, p. 71.

¹⁰⁹ Ibid, p. 74.

periódico acompanhavam as discussões do Partido Liberal no Rio de Janeiro, como a crítica a lei de 3 de dezembro de 1841 e sua força centralizadora usada como estratégia de repressão do executivo¹¹⁰. Por sentir-se preterido por seu partido na eleição para deputado geral em 1864, logo após o falecimento do desembargador Souto e havendo a necessidade de novas eleições, Vasconcellos vê a indicação de Leão Velloso e não a sua como uma afronta, principalmente da parte de Monjardim¹¹¹, e assim se alia ao Partido Conservador, pelo qual é lançado candidato e vence a eleição para deputado geral¹¹².

O estudo de Siqueira insere, portanto, Vasconcellos no seio das disputas políticas na província do Espírito Santo na segunda metade do século XIX, seja na condição de jornalista, seja na condição de deputado provincial ou geral. Sua trajetória se associa à formação dos partidos políticos, e traz evidência da rede de relações sociais que o circundava. Seu percurso no funcionalismo público e no cenário político espírito-santense foi marcado por associações e desavenças, muito mais caracterizadas por questões pessoais do que concordâncias/discordâncias de idéias.

Inserido nas disputas políticas, e jogo de troca de benefícios cujo capital do indivíduo é muito mais sua capacidade de oferecer e devolver favores¹¹³, as questões políticas tantas vezes se confundiam com questões pessoais, como vemos numa carta dirigida a Antônio Pereira Pinto¹¹⁴, onde alega não poder apoiá-lo na eleição para deputado geral¹¹⁵.

¹¹⁰ Ibid, p. 89.

¹¹¹O Barão de Monjardim foi uma importante figura política no cenário capixaba. Foi presidente da província em diversas ocasiões, foi presidente da assembléia provincial, e junto com Vasconcellos foi um dos fundadores do Partido Liberal no Espírito Santo. Ver: SIQUEIRA, op. Cit., p. 81.

¹¹² De 1861 a 1864 Vasconcellos atuou intensamente em prol do partido Liberal, sobretudo com a redação do jornal *O Tempo*, mas diante do falecimento de desembargador José Ferreira Souto, um dos representantes da província na Câmara dos Deputados, as disputas em torno da candidatura do Partido Liberal fazem Vasconcellos sair do partido e passar a fazer parte do Partido Conservador. Vasconcellos esperava que seu nome fosse o indicado pelo seu partido para a candidatura, o que não ocorreu. Decepcionado se alia aos conservadores e é eleito deputado geral para a décima segunda legislatura (1864-1866). Mudando de partido, passa redigir o jornal de influência do partido conservador, *O Correio da Victória*. Funda também *O Espírito-Santense* em 8 de setembro de 1872, que passou a ter como redator o também ligado ao partido conservador Basílio Carvalho Daemon. (SIQUEIRA, op. Cit., p. 141-144)

¹¹³ MARTINS, Maria Fernanda. O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007, p. 93-122.

¹¹⁴ Antônio Pereira Pinto foi presidente da província do Espírito Santo em 1848, chegou a ser presidente das províncias do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina. Na conjuntura política espírito-santense, em 1856 se alinhou ao grupo político (não se pode falar necessariamente em partidos nessa época na província) dos *Dionisianos*, e foi eleito deputado geral pela província para os anos 1857 a 1860. A partir de 1861, quando surgem os periódicos de teor político no Espírito Santo e ocorre o delineamento dos

Vasconcellos explica que não poderia apoiar sua candidatura por conta de uma mudança de cenário político dada pela derrocada do B. Monjardim¹¹⁶. Sua argumentação sai do plano das alianças políticas para o plano pessoal em poucas linhas quando deixa claro que a falta de retribuição e ingratidão de Pinto é que não o faz apoiá-lo:

[...] Se V. Ex^a finalmente se tivesse interessado pela minha admissão de sócio do Instituto. Mas V. Ex^a acreditou sempre, ou por informações, ou por consciência que [...] era indigno de suas atenções, e que tendo a desgraça uma vez me alcançado o seu manto, [...] exposto ao seu desprezo, agora não pensará assim mais. [...] o único refrigério que encontro para minha justa dor, por ver que V. Ex^a também, como a maior parte dos homens da corte, não conhece a gratidão. [...]¹¹⁷

Aparentemente ele escreveu cartas a Antônio Pereira durante um momento de dificuldade, mas não obteve resposta. Mesmo tendo apoiado sua candidatura em 1849, quando gastara “não pouco” – esse gasto pode ser em termos materiais, ou mesmo na dinâmica das trocas de favores tão comuns ao contexto como falamos acima. A mágoa de Vasconcellos também se exprime no fato de Antônio Pereira não o ter apoiado em sua admissão como sócio do Instituto, o que revela o quanto fazer parte da agremiação era importante, e poderia depender de capital social. A mágoa também se expressa em seu aparente desconforto com a vivência na corte, onde a maioria “não conhece a gratidão”¹¹⁸, e mesmo a colocação de que os desgostos o arrastaram para a corte deixa claro que esse não seria o seu movimento espontâneo, ele só foi a corte por falta de opção. Havia, portanto, um desconforto em sua estadia na sede do Império, não era seu lugar de articulação política, onde se sentia a vontade.

Enfim, podemos pensar em José Marcelino P. de Vasconcellos como um homem integrante da elite intelectual e política da província do Espírito Santo, e por isso inserido nesse contexto de disputas políticas que envolviam a produção escrita (nos

partidos Conservador e Liberal, durante uma acirrada disputa política que se deu muito no plano dos periódicos, foi eleito deputado geral para a legislatura de 1861 a 1864. SIQUEIRA, op. Cit., p. 75.

¹¹⁵ *Carta a Antônio Pereira Pinto*, de 8 de dezembro de 1856.

¹¹⁶ A queda do B. Monjardim provavelmente se refere a sua substituição na presidência da província do Espírito Santo SIQUEIRA, op. Cit., p. 75.

¹¹⁷ *Carta a Antônio Pereira Pinto*, de 8 de dezembro de 1856.

¹¹⁸ Não somente em sua trajetória política Vasconcellos nutriu desafetos, na carreira pública pouco mais de uma década antes se envolver intensamente em questões partidárias, algumas situações de contendas são evidenciadas, como quando foi acusado de se valer de cargos ocupados para perseguir inimigos. Informações encontradas no *Correio da Victória* de 15 de agosto de 1849, p. 3; 20 de agosto de 1849, p. 1; 16 de janeiro de 1850, p. 2; 20 de maio de 1850, p. 1.

periódicos) e a busca por apoio. Podemos ver em Vasconcellos um movimento relativamente contrário ao visto em Costa Rubim. Identificado com a realidade provincial, Vasconcellos não via na corte seu lugar se inserção. O esforço de aproximação e as forças de afastamento imbricavam-se num sentido oposto de Costa Rubim: Vasconcellos buscava uma aproximação com a corte, mas as forças de afastamento pareciam ser maiores. Até aqui só pareciam. O fato é que ao longo de sua vida diversas experiências o levaram à vivência na corte, seja na condição de deputado geral como já dito acima, seja na condição de homem de negócios¹¹⁹, seja na condição de intelectual – se não foi em sua trajetória política que Vasconcellos adquiriu projeção no cenário nacional, foi por meio de sua produção escrita que o conseguiu, sobretudo por seus livros de jurisprudência.

1.4. Entre aproximações e afastamentos

Podemos situar Costa Rubim num contexto de afastamento das disputas políticas e realidade social da província do Espírito Santo, enquanto Vasconcellos estava plenamente inserido em tais disputas e realidade. Mesmo os dois sendo filhos de autoridades da administração na capitania do Espírito Santo no Período Joanino, suas trajetórias se distinguiram quando Costa Rubim tem sua formação em Lisboa enquanto Vasconcellos permanece em sua terra natal e ali estabelece vínculos desde a sua formação até a atuação no funcionalismo público. A atuação de Costa Rubim na esfera pública se dá na Corte, e mesmo seus esforços de aproximação não lhe rendem a projeção que aspirava, como a investida infrutífera na candidatura a deputado geral pela província. Diferente de Vasconcellos, que desfrutando de uma sólida rede de relações sociais e políticas era parte da elite política e intelectual da província, por sua carreira enquanto deputado provincial, jornalista e escritor encontrou projeção local. Enquanto Costa Rubim, apesar de atuante nos mais prestigiados círculos intelectuais da Corte, teve uma carreira discreta no funcionalismo público se restringindo ao segundo escalão do Tesouro Nacional.

¹¹⁹ ROCHA, op. Cit, p. 81.

Pensando na lógica de aproximação e afastamento, podemos perceber Costa Rubim mais distante da realidade política e social da Província do Espírito Santo, enquanto Vasconcellos era parte atuante desta realidade. Em relação à Corte, Costa Rubim está mais próximo da realidade social da sede do Império apesar da distância da esfera política, já Vasconcellos parecia não se enquadrar na lógica social e política da Corte. As vivências e trajetória fazem de Costa Rubim um homem da Corte, da sede do Império. No caso de Vasconcellos, as vivências e trajetória fazem dele um componente da elite política e intelectual espírito-santense. É nessa lógica que podemos pensar seus discursos sobre o passado do Espírito Santo, uma voz que vem da Corte e outra que vem da província. Das falas entre “lá” e “cá” surge um entrecruzamento de noções similares cujas diferenças que se assentam em distintos espaços de experiências apontam para expectativas semelhantes articuladas em diferentes formas. Disso trataremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

O *Ensaio* e as “Memórias”: gêneros de um processo civilizatório

Neste capítulo vamos analisar o *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo*, de José Marcelino P. de Vasconcellos e as “Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo”, de Braz da Costa Rubim. Dois textos com um objeto em comum, o passado da província natal de ambos os autores e que foram produzidos num mesmo contexto. Trata-se de obras que assumem feições distintas quanto a suas formas de apresentação, mas construíram seus discursos a partir das mesmas referências. Por isso vamos pensar aqui nos gêneros historiográficos usados pelos autores, e em seguida vamos pensar como esses autores articularam suas narrativas históricas com o ideal civilizatório, se valendo do conceito de civilização para interpretar o passado da província.

2.1. O *Ensaio* e as “Memórias” enquanto gêneros historiográficos

O “ensaio” e as “memórias”, duas das formas de apresentação (e representação) possíveis para uma narrativa sobre o passado no século XIX, apesar das distinções que o título pode lhes incorrer, assemelham-se por terem pretensões mais modestas enquanto discursos sobre o tempo do que uma “história geral” e, além disso são de formas textuais flexíveis, adaptáveis às diversas áreas de conhecimento. Mas, no que concerne o saber histórico, não assumem necessariamente formas concorrentes de produção de significado, possuem, sim, feições distintas que dizem muito mais a respeito da intenção de seus autores e de sua relação com os leitores.

O *Ensaio* de Vasconcellos foi publicado inicialmente em dois periódicos, no *Correio da Victória* e no *Semanário*, de circulação na província do Espírito Santo, ambos tiveram como redator o próprio autor do texto. Já as *Memórias* de Costa Rubim foram publicadas na Revista do IHGB, periódico da agremiação que chamara para si a incumbência de estabelecer os certos parâmetros para a escrita da história no Brasil

oitocentista¹²⁰. Vasconcellos escrevera sobre o Espírito Santo para os espírito-santenses, Costa Rubim escrevera sobre o Espírito Santo para os letrados da Corte, a elite intelectual nacional que se confundia com a elite política e burocrática. Aliás, uma observação sobre os conteúdos publicados na Revista Trimensal do IHGB revelam que as “memórias” ocupavam espaço privilegiado nesse periódico – memórias pessoais, memórias científicas, memórias históricas, enfim, foi rara uma edição que não tivesse uma “memória” sendo publicada até o fim da década de 1860. O mesmo não pode se dizer do “ensaio”.

É certo que pensar nas obras de Vasconcellos e Costa Rubim na condição de gêneros textuais não esgota a reflexão de seus aspectos estéticos e retóricos, mas abrem possibilidades para os inserirem numa perspectiva contextual que os atrela uma certa tradição na forma de apresentar o saber histórico e, por extensão, na sua relação com seus pares letrados. Os textos serão analisados em sua forma, intenção e organização.

2.1.1. O Ensaio de Vasconcellos

Desde sua origem o gênero textual denominado ensaio é marcado por uma flexibilidade que o possibilita transitar por entre saberes e conhecimentos distintos como a literatura, a filosofia, as ciências naturais e a história. Logo, a escolha do título *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo* aparentemente situa a obra de José Marcelino P. de Vasconcellos numa forma de apresentação textual marcada pela aproximação de saberes e maleabilidade em seu discurso, vale, portanto, questionar se essa aproximação e maleabilidade de fato se concretizam, e em que termos a obra de Vasconcellos se pressupõe um esforço ensaístico. Para o que nos interessa cabe indagar quais as características de um ensaio que se pretende discurso sobre o passado, isto é, um ensaio histórico, especificamente no contexto brasileiro de meados do século XIX. Para pensar a inserção do ensaio enquanto gênero historiográfico, analisaremos brevemente a trajetória histórica desse tipo de texto, desde sua origem até chegar aos oitocentos e se figurar como ensaio histórico.

¹²⁰ Como já vimos na Introdução.

A memória do gênero situa o ensaio como um discurso tipicamente moderno, cuja paternidade é direcionada a Michel Montaigne a partir de quem se tem o maior momento do gênero desde a publicação dos *Essais*¹²¹. Nestes seus *Ensaio*s, publicados em 1580, Montaigne diz que escreve pra si e para alguns íntimos, sem muita pretensão afirma ser ele mesmo a matéria deste livro, mas nem por isso se exime se uma análise apurada, porém inconclusa, na medida em que seus textos não se pretendem solução final para uma questão.¹²² Nas palavras de Jayme Paviani, “o ensaio como gênero textual nasce em Montaigne sob o signo da humildade, sem pretensão de ser gênero superior”, porém “não descuida do rigor e da agudeza de análise”, por isso mesmo, o mais importante a ser considerado em sua leitura é a forma como a matéria é tratada, e não a matéria em si. No entanto, a despreensão da verdade é acompanhada de exposições lúcidas, citações, omissões propositais, e seus pontos de vistas são articulados com argumentos.¹²³ Doravante, afirma Nicolazzi, o ensaio aparece como “signo por excelência do trabalho fragmentário e inconcluso, justamente por ser sua intenção primordial não concluir nem oferecer um sistema fechado de pensamento, a obra de Montaigne aparece como um livro em constante escrita” a obra e o autor estão, portanto, em “movimento” ao passo que se confundem nas páginas transcorridas.¹²⁴

Mas foi no século XVIII que o ensaio se consolida como gênero estabelecido de forma privilegiada na mediação entre as aspirações de uma sociedade civil em mutação com suas correspondentes formas de sociabilidade. Em David Hume, com a publicação em 1741 dos seus *Essays moral and political*, o gênero emerge como um articulador entre os estudos eruditos e as práticas de sociabilidade, de maneira a unir “os homens de letras aos homens e mulheres do mundo”, e assim contribui “para a diluição ou

¹²¹ Baseando-se no trabalho de Marielle Macé, *Le temps de l'essai. Histoire d'un genre em France au XX siècle*, Fernando Nicolazzi discorre sobre a história do ensaio na condição de gênero textual, em sua tese de doutoramento publicada em 2011. O objetivo de Nicolazzi é analisar a obra máxima de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*, evidenciando as formas de representação do passado por meio dos usos de esferas de saber, espaços disciplinares e gêneros distintos. NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

¹²² MONTAIGNE, M. de. *Ensaio*s. 3ª edição. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1984, “Do autor ao leitor”.

¹²³ PAVIANE, Jayme. O ensaio como gênero textual. In: *Anais do V Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais*, Agosto de 2009, Caxias do Sul- RS. Consulta ao site: https://www.escrevendofuturo.org.br/EscrevendoFuturo/arquivos/65/o_ensaio_como_genero_textual.pdf. Dia 12 de janeiro de 2015, as 10 horas.

¹²⁴ NICOLAZZI, Op. Cit., p. 376.

deslocamento das fronteiras entre língua culta e uso coloquial”¹²⁵. Na *Encyclopédie* de Diderot, o ensaio é caracterizado por ser uma obra em que o autor trata de um assunto em particular sem visar seu aprofundamento, sem abarcar todos os detalhes e discussões que o assunto pode ir a exigir. Ao correr do século XIX, a imprecisão do gênero persiste, mas em Michelet o ensaio se coloca como argumento do real, no qual o autor se coloca em sua escrita sobre uma sombra cerrada, ao mesmo tempo que impõe seu ponto de vista.¹²⁶

Se ensaio prima pela “maneira” e pela “matéria” em sua reflexão, ele imbrica em si o conteúdo e a sua forma de representação. Depende, portanto, do quadro referencial teórico que o cerca e fundamenta enquanto ensaio, ou enquanto saber legítimo – isso justifica seu conteúdo. Já sua forma de representação se liga aos recursos estéticos e retóricos usados para atingir o público alvo. O ensaio é produto cultural, e como tal sofre em sua constituição as circunstâncias que o ambiente social lhe impõe. Apesar de características gerais, este gênero sofreu alterações desde sua origem, sobretudo, por se referir a um conceito atrelado às condições de sociabilidade, que associam o que se pode escrever com a forma de fazê-lo.

Uma definição tão evasiva pode ser aplicada a qualquer gênero textual (e, por conseguinte, historiográfico), já que toda a forma de escrita se associa ao aparato teórico disponível e às condições de sociabilidade. Mas, pensando nas proposições de Paviani sobre o ensaio, consideremos este gênero: uma reflexão marcada pela provisoriedade, e por isso não se pretende acabada; possui formalidade em seu desenvolvimento, apesar de razoável flexibilidade; é o gênero textual que melhor transita entre os vários saberes (filosofia, literatura, história, crítica, ciências diversas); a exposição é feita de maneira lógica e racional, mas sem a exaustão do assunto, com estilo livre; há um rigor na argumentação, mas não necessariamente uma exatidão nas informações; traz fortes traços de subjetividade translúcidos no estilo de interpretação e julgamento pessoal; há maior liberdade de expressão que outros gêneros.¹²⁷ Tratam-se de noções gerais que marcam em maior ou menor grau o ensaio desde o século XVI ao XX, mas que não permitem um enquadramento do gênero num conceito arrojado.

¹²⁵ Ibid, p. 379.

¹²⁶ NICOLAZZI, Op. Cit, p. 381.

¹²⁷ PAVIANI, Op. Cit.

No final do século XIX no Brasil, o ensaio incorpora um instrumento de escrita de reafirmação do campo literário sobre outros espaços de saber – num contexto em que as fronteiras desses espaços ainda estão mal definidas – voltados, sobretudo, como caminho para a delimitação dos valores da nacionalidade. O fato é que a indefinição peculiar ao termo “Ihe permite vestir, de acordo com o contexto, roupagens as mais variadas possíveis”.¹²⁸

Para o que nos cabe, vale pensar na “roupagem” do ensaio em meados do século XIX, e nesse percurso vejamos na definição de ensaio encontrada no *Diccionario* de D. Rafael Bluteau, de 1785, reformado por Antonio de Moraes:

ENSAIO, f. m., prova que o Ourives, ou Quimico faz dos metaes para examinar os seus quilates. § Tentativa, com que alguém prova a sua habilidade, detreza para depois executar com segurança coisa maior do mesmo genero, ou seja em forças do corpo, ou do entendimento [...].§ Falar de um martir á primeira vez, que foi martirizado. §Escrito, em que se faz esta tentativa das facultades mentaes. § Escrito, em que se examina alguma coisa, bem como o ensaiador os metaes. [...]¹²⁹

Já na definição dada por José Maria Lacerda no *Diccionario da língua portugueza*, de 1859:

Ensaio [...] os etymologista derivam do termo *exagum* [...]; de exigo, is, examinar; experimentar; lançar fora; cobrar; virar; passar; inquirir; fazer; definir; determinar e tirar por força [...] que se executa em particular para depois se fazer publicamente com perfeições [...]. Fazer, provar, experimentar, tentar; tentativa; primeira produção ou escrito sobre alguma matéria nova para o auctor escripto em que indaga, examina alguma matéria ou questão difficil. [...]¹³⁰

As duas definições trazem em si noções aproximadas que situam o ensaio como escrito que examina algo pela primeira vez, e ao mesmo tempo como um esforço particular que prepara para a execução em público. As duas noções não são excludentes e se aproximam da trajetória histórica do gênero, posto que marcam o ensaio como um esforço reflexivo que não se pretende acabado, mas uma preparação para algo maior.

Enquanto gênero historiográfico, a expressão “ensaio histórico” aparece no Brasil em 1850 com o texto introdutório ao *Florilégio da poesia brasileira* de Varnhagen

¹²⁸ NICOLAZZI, op. Cit., p. 401.

¹²⁹ BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da língua portugueza*. Reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeu Ferreira, 1785, Tomo I, p. 506.

¹³⁰ LACERDA, jo'se Maria D'Almeida e Araújo Correa. *Diccionario da língua portugueza*. Para uso dos portuguezes e brasileiros. Lisboa: Escripório de Francisco Arthur da Silva, 1859, Tomo I, p. 428-429.

,intitulado “Ensaio historico sobre as Lettras no Brazil”, e teria seu uso mantido durante o Oitocentos, tanto que em 1897 o Barão de Loreto publica *A independência do Brazil. Ensaio histórico*. Nos dois casos os textos denotam uma idéia de aproximação com o tema, “um estudo incompleto sem pretensões de generalização, ou seja, algo distinto de uma ‘História filosófica’”¹³¹. Além do caráter inconcluso, o ensaio histórico de meados do dezenove traz em si a “preocupação do autor em criar o lastro documental”.¹³²

No prólogo do *Florilégio*, Varnhagen fala do “Ensaio histórico” e das biografias que contem seu livro:

[...] contém um pequeno ensaio da história literária do Brasil, foram escritas com alguma repugnância ao ver que devíamos em muitos assuntos ser os primeiros a votar, quando o público é em poesia tão competente juiz. Mas era preciso dar ao livro a necessária unidade; e por outro lado, essencial é que nos vamos aproveitando destas pequenas tentativas, a fim de formarmos de uma vez estilo para empresa maior, a que devemos dedicar a idade madura, se Deus antes não nos chamar da vida.¹³³

O “Ensaio histórico” tem como função dar unidade ao livro, e traz em si a evidência de ser o primeiro esforço sobre essa matéria, ao passo que constitui também uma preparação para algo maior pretendido pelo próprio Varnhagen. O ensaio histórico figura-se enquanto conhecimento transitório e inconcluso, que pretende contribuir para “empresa maior”.

Algo similar a proposta do *Ensaio corográfico do Império do Brasil*, de Alexandre Moraes e Ignácio Silva, de 1854. A introdução é substituída por uma “Advertência” alerta que “foi extraído que mais digno de atenção foi escripto sobre o Brazil, para a mocidade estudiosa, para tornar mais conhecido o vastissimo e importante império do Brazil”¹³⁴. No correr das páginas a chegada de Colombo e depois Cabral é relatada de maneira breve, e antecede a também curta narrativa sobre as expedições, implantação das Capitâneas Hereditárias e do Governo Geral, em seguida começam a tratar de cada província, pensando em um pouco de suas histórias, condições de desenvolvimento, riquezas naturais e população. A obra apresenta a reunião de informações para difundir

¹³¹ NICOLAZZI, op. Cit, p. 401.

¹³² Ibid, p. 411.

¹³³ VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *Florilégio da poesia brasileira*. Tomo I. Lisboa: Imprensa nacional, 1850, p. 14.

¹³⁴ MORAES, Alexandre José de Mello; SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira. *Ensaio corográfico do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Dous de Dezembro, 1854, “Advertência”.

o conhecimento sobre o território, não se pretende profunda e acabada, mas lança mão do “mais digno de atenção” e das características gerais de cada província. Não há aprofundamento nas informações, apesar da preocupação com a exatidão.

No *Ensaio sobre a história e estatística*, Vasconcellos pretende “formar mais uma pedra para o edifício da história e da estatística” de sua terra¹³⁵. A história do Espírito Santo é um dos elementos que pretende ensaiar, no correr de menos de trinta páginas a história da província é narrada com considerável transcrição de documentos, enquanto por mais de cem páginas a breve história de cada um dos municípios existentes até então é esboçada, com dados sobre suas características naturais. A narrativa é, pois, breve. E não se pretende conclusa, mas ser “mais uma” contribuição à história e estatística capixabas. Não há a pretensão de inovação, até pelas citações que faz de autores como Brito Freire, Silva Lisboa, Francisco Alberto Rubim, Varnhagen, Machado de Oliveira. De forma que não evidencia a particularidade de seu texto, e alerta desde o início que se livro possui defeitos – e numa defesa instantânea questiona: “mas qual não tem?”¹³⁶. A forma, ou maneira, como o *Ensaio* é escrito se põe aberta, inconclusa, sem grandes pretensões inovadoras, senão ser mais uma contribuição às informações históricas e estatísticas do Espírito Santo.

Vasconcellos admite que com sua obra pretende “formar mais uma pedra para o edifício da história e estatística de minha terra”¹³⁷, entende, portanto, ser seu texto mais uma contribuição para o conhecimento de sua província. Não destaca nada de específico, e nem ambiciona encerrar o assunto, trata-se de mais um esforço, que somado a outros possibilita a escrita da história de sua terra. Vale destacar o “minha terra”, Vasconcellos se insere em seu texto quando diz que visa contribuir para o conhecimento a respeito do passado do lugar que é seu, de modo que a história de sua terra é também a sua história. Como já foi dito, ele narra a história da província como um todo e traça suas características naturais, econômicas e administrativas, para depois se ater aos municípios em específico – a história e os aspectos naturais de cada qual é narrada de maneira breve, mas é narrada. Cada espírito-santense pode se identificar em seu texto:

¹³⁵ VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira de. *Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo*, 1859, p. 5.

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ VASCONCELLOS. *Ensaio...*, 1856, p. 5.

na descrição dos lugares e narrativa sobre esses lugares, é possível aos seus contemporâneos se verem. Vasconcellos claramente escreveu para os seus.

Como exemplar de ensaio histórico de meados do século XIX, o livro de Vasconcellos, assim como o “Ensaio histórico” de Varnhagen e o *Ensaio Corográfico*, se fundamenta em argumentos lógicos e racionais pautados em documentos e referências, e não aborda o conteúdo de maneira exaustiva. Como em Montaigne o texto é aparentemente desprezencioso, mas se atém ao rigor nas informações lançadas como em Michelet. A forma e o conteúdo se atrelam na medida em que se pretende uma contribuição para algo maior. O texto de Vasconcellos não apresenta traços de aproximação com a literatura, e uso da imaginação e arte, assim como os outros dois exemplares de ensaio do período, nesse sentido se afasta bastante da concepção de ensaio do final dos Oitocentos.

A obra percebida em movimento como o *Ensaio* de Montaigne, que entrelaça autor e texto, ambos se reatualizando, é muito distinta do *Ensaio* de Vasconcellos – não há flexibilidade, tão pouca abertura para se reinventar. A rigidez do lastro documental trilhado pelos ensaios históricos da metade do século XIX os afastam da característica flexibilidade que marca a trajetória do gênero. Mais do que ensaios, estes textos se pretendem históricos, e para isso requerem um rigor em seu conteúdo. Mesmo assim, não se pretendem acabados, não aspiram profundidade, mas se tomam como trabalhos fragmentários, elementos necessários à constituição de um constructo maior formado, enfim, por informações mais aprofundadas. No “Ensaio histórico” de Varnhagen a aspiração maior seria uma história da literatura nacional; em Vasconcellos a intenção de contribuir com algo maior parece se referir à própria reescrita da história provincial, visto que já existia uma História Geral na ocasião em que publicou seu texto (1859). Provisório e fragmentário, o *Ensaio* de Vasconcellos se pretende uma contribuição para a história de sua província, não ambiciona ser “a história” da província.

O *Ensaio* foi escrito com uso de datações precisas, sem o uso exaustivo de documentação, e por vezes trata de cem anos em uma página. Ocorre a citação de diversas obras, mas não contestação, análise e discussão. Em todo o seu texto há a transcrição de cinco documentos oficiais que atestam as informações de sua narrativa. Não há uma divisão clara dos períodos da história da província, e ao mesmo tempo há

uma lacuna entre o governo de Manoel Fernandes da Silva e o estabelecimento da junta provisória. As omissões são compensadas quando lista os nomes dos governadores da capitania. A ausência de um fio condutor para a sua narrativa fica evidente mesmo com sua ênfase, não assumida, aos acontecimentos políticos e às lutas dos colonos contra os indígenas ou contra os invasores estrangeiros.

O *Ensaio* é dividido em cinco partes: no “Título 1º” Vasconcellos fala da fundação e povoação da capitania, seus donatários, guerras, limites e extensão; no “Título 2º” dos rios, lagoas, minas, pesca, madeiras e outras produções da província; no “Título 3º” traça um panorama da administração civil, eclesiástica, judiciária e de fazenda, com as listagens dos nomes dos governadores, presidentes e magistrados; no “Título 4º” a história de cada um dos municípios que fazem parte da província é escrita de maneira breve, juntamente com suas características naturais; e por fim traz algumas tabelas e dados estatísticos que mostram as condições populacionais, econômicas e a receita pública da província. A história da província como um todo é narrada em poucas páginas, a maior parte do livro é dedicada à história dos municípios. Não há um texto introdutório que apresente a obra, apenas um breve prólogo alertando que não se trata de uma obra perfeita, mas que consiste em mais uma contribuição para a história e estatística de sua terra.

2.1.2. As “Memórias” de Costa Rubim

Diferente do ensaio, a memória como gênero textual, não traz em seu percurso a flexibilidade do seu discurso, aproximando o conhecimento da arte, de modo a se pretender inconclusa, aberta a se reinventar. Mas nem por isso possui uma condição rígida e limitada a um tipo de conhecimento. No contexto luso-brasileiro do final do século XVIII e início do XIX a produção de memórias atendia a um projeto político que visava o conhecimento do território. As memórias poderiam ter um conteúdo voltado para as ciências naturais, ou para o conhecimento do passado, neste último caso se figuravam como memórias históricas. Nesse sentido, vamos pensar na memória histórica como forma de representação sobre o passado, considerando suas características e peculiaridades, de maneira breve, mas procurando entender o que

pretendia Braz da Costa Rubim quando intitulou sua obra como *Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo*.

O tipo de texto intitulado como “memória” teve larga produção no Império Português desde o século XVIII, isso por que havia uma necessidade de mapear as potencialidades econômicas das colônias no contexto de crise do Antigo Regime, e a ciência era vista como aliada no redirecionamento da colonização lusa para a superação dessa crise. A diversidade do território do império deveria ser conhecida, difundida, para assim ser convertida em prosperidade. As memórias produzidas até o início do século XIX davam conta das riquezas e condição das terras que eram dominadas pelos portugueses, a agricultura e a história natural passaram a ser largamente estudadas. Desta forma, num primeiro momento as memórias se referiam muito mais às potencialidades do território com vistas a prosperidade do império luso.¹³⁸ Mas a memória não era gênero exclusivo da história natural, ela atendia também a história geral. A versatilidade desse tipo de texto permitia-lhe circular entre temáticas distintas.

Pretendendo analisar os “significados das formas de representação dos eventos históricos no Brasil das primeiras décadas do oitocentos”, especificamente a história geral e a memória, Valdei Araújo ao traçar o contexto de produção dessas formas de representação, situa a importância da produção das memórias históricas.¹³⁹ Segundo Araújo, no Brasil da primeira metade dos Oitocentos surgiram muitos escritores e escritos sobre o passado, e isso foi resultado de um conjunto de transformações que envolvem ampliação do espaço público, sua transformação, surgimento da imprensa e o aparecimento de novos sujeitos políticos e sociais, sobretudo a partir da transferência da corte e da família real portuguesas em 1808. Para além das transformações políticas e sociais daí decorrentes, esse acontecimento provocou uma resignificação na leitura no tempo, pois

A chegada da família real serviu como um poderoso catalisador para as narrativas ilustradas que já freqüentavam o discurso letrado luso-brasileiro há algumas décadas. [...] A transferência da Corte foi imediatamente

¹³⁸ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Política e natureza no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: PRADO, Maria Emília (Org). O Estado como vocação. p 81-109.

¹³⁹ ARAÚJO, Valdei Lopes. Formas de ler e aprender com a História no Brasil joanino. *Acervo*, v. 22, nº 1, jan/jun de 2009, p. 85-98. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/67>. Consulta no dia 10 de dezembro de 2015, as 19 horas.

interpretada como a ruptura com um tempo velho e a abertura de uma nova época. Podemos dizer que o ano de 1808 já nasce como um evento de reconhecida importância histórica. A transformação de um acontecimento em fato histórico no interior de uma narrativa serve, entre outras coisas, para administrar seu caráter ameaçador. [...]

Assim, o discurso histórico que simultaneamente acompanha os eventos a partir de 1808 é uma tentativa de determinar o desenvolvimento futuro de um fato que todos sabiam único, e, por isso, não redutível ao passado entendido como exemplo. [...]¹⁴⁰

Desta forma, vários discursos voltados para o conhecimento histórico foram produzidos, podendo se apresentar como “memórias, corografias, anais, efemérides, crônicas, biografias, elogios acadêmicos, panegíricos, deduções cronológicas, notícias, resenhas, ensaios compêndios”, até mesmo história, entre outras variações, por vezes estes subgêneros se reuniam dentro de uma mesma obra¹⁴¹. Nesse sentido, a história geral trataria dos grandes eventos da história política, “com certa qualidade literária e retórica, capaz de ensinar e orientar”, que revele os fatores “que movem o processo histórico”. Os subgêneros reuniam os fatos, informações e documentos que a história geral seleciona e organiza numa narrativa voltada para “as grandes causas das transformações históricas”.¹⁴²

Nesse sentido,

Dentre os principais subgêneros para a escrita da história geral, talvez as memórias [...] fosse o mais flexível. Há certamente paralelismos entre as memórias científicas e as memórias históricas, embora dificilmente um leitor da época as confundisse. Como subgênero da história geral, as memórias estavam livres de várias limitações devidas ao decoro, principalmente aquelas ligadas aos assuntos que poderiam ou não entrar em uma história geral. As memórias podiam então compensar sua incompletude e provisoriade com um imenso e variado repertório de assuntos, o que lhes conferia alguma vantagem do ponto de vista do uso político imediato. Como na época elas eram consideradas as fontes seguras da história, escrevê-las era o primeiro passo para determinar o sentido dos fatos.¹⁴³

¹⁴⁰ Ibid, p. 86.

¹⁴¹ Ibid, p. 87.

¹⁴² Ibid, p. 89.

¹⁴³ Ibid, p. 91.

As memórias históricas das primeiras décadas do século XIX continham descrições geográficas e narrativas do passado. Apresentavam um conhecimento incompleto e provisório, mas reuniam uma grande quantidade de assuntos por vezes úteis à administração pública. A escrita da memória histórica era a iniciativa primeira para a constituição de uma história geral, esta última é que seleciona e dá sentido aos fatos. Logo, a memória histórica enquanto gênero (ou sub-gênero, como colocou Araújo) consistia num texto produzido com intenções tão práticas quanto provisórias, e coligindo fatos e assuntos diversos servia como referência para a escrita de história geral.

Na intenção de encontrar uma chave de leitura para as memórias históricas produzidas no Brasil da primeira metade do século XIX, especificamente entre 1816 e 1863, Sandro Gomes se baseia nas considerações feitas por Varnhagen, Silvio Romero e dicionaristas do século XIX, a partir dos quais levanta características desse gênero historiográfico. Dessa forma, as memórias históricas são entendidas como subsídios para a escrita de histórias gerais, e são caracterizadas como sem consistência estilística, metódica e política; de modo geral, foram sustentadas por instituições, mas não são necessariamente derivados de instituições de cultura e por isso possuem plasticidade metódica e pragmática.¹⁴⁴

As memórias históricas assumiam-se na condição de depositárias de documentos e informações históricas úteis para a escrita de uma história geral, constituindo-se como etapa inicial da construção da obra histórica cuja função era compilar e apurar a veracidade dos fatos. De modo que não se distingue muito da crônica, já que o cronista reúne informações e dá ordenamento cronológico, enquanto o historiador seleciona as informações dessa cronologia e organiza uma história. A importância da memória histórica está na sua coleção documental e factual, em geral possui procedimentos metódicos frágeis, mas é operacional.¹⁴⁵

Os documentos são compilados, mas as relações sociais não são analisadas, pois as considerações sobre os documentos são pobres e deficientes, isso ocorre até pelo seu

¹⁴⁴ Sandro Aramis Richter. *Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das memórias históricas de Antônio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, 1840-1850)*. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2012, p. 23.

¹⁴⁵ Ibid, p. 25.

direcionamento prático, tendo em vista que as memórias publicadas até o início do século XIX são direcionadas para fins administrativos¹⁴⁶ – cujos interesses perpassavam a necessidade de divulgar as informações dos mais distintos lugares do império português, e depois do império brasileiro – tanto que os autores dessas memórias, em sua maioria, ocupavam cargos no funcionalismo público. Os autores das memórias históricas se ativeram a apresentar em suas narrativas o início da organização política e institucional das províncias e municípios, fizeram a história do arranjo administrativo, econômico e político dos citados espaços, além de sua descrição natural.¹⁴⁷

As memórias históricas assumiam, assim, o caráter de subsidiárias da história geral. Ofereciam fatos, informações e documentos, que seriam selecionados e organizados de modo a articularem-se num texto voltado para o processo histórico, já que a história geral buscava entender os fatores que provocam transformações históricas. Isso desobriga a memória histórica de um rigor em seu formato, por isso eram flexíveis ou plásticas, não possuíam o rigor estilístico, metódico e político de uma história geral, e por isso assumiam formas variadas. Compensavam sua incompletude e provisoriedade, ao tratar de um assunto ou lugar, com uma grande quantidade de informações.

No *Diccionario da lingua portugueza* (1789) de Rafael Bluteau e Antônio de Moraes Silva, o verbete “memória” tem a seguinte descrição:

MEMÓRIA, [...] a faculdade, que a alma tem de lembrar-se das coisas, que vierão ao seu conhecimento com advertência dessa circunstância [...] lembrança [...] Falando da lembrança que se conservava [...] escritos de narração políticas, [...] escrito que os Ministros de legação apresentam aos da Corte onde residem. Memórias de factos litterarios, ou scientificos [...].¹⁴⁸

Depois de atrelar a definição de memória a lembrança, o *Diccionario* de Bluteau e Silva define a memória enquanto texto como narração política, e como escrito feito por um ministro e que é apresentado na Corte – mas não há a relação entre essa narração e a lembrança nessa definição. Um texto apresentado à sede de um reino (a Corte) e que tem caráter político se refere ou a um assunto de interesse da gestão ou a lugar desse reino. Logo a memória em Bluteau e Silva assume-se como texto com teor político, mas

¹⁴⁶ Ibid, p. 26-30.

¹⁴⁷ Ibid, p. 56.

¹⁴⁸ BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*, composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antônio de Moraes silva. Volume 2. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 72.

também pode se referir a literatura ou a ciência, o que denota o aspecto versátil da memória enquanto gênero textual.

Já no *Diccionario* (1859) de José Maria D’Almeida A. C. Lacerda surge a seguinte definição:

Memória, s. f. Lembrado, que se recorda [...] a facilidade que tem a mente de se lembrar das ideas e sensações recebidas em tempo passado; tudo que faz lembrar sucesso ou pessoa [...] escriptos históricos sobre factos contemporâneos, e observados pelo escriptor; – dissertação sobre matérias científicas ou litterarias. [...]¹⁴⁹

Aqui a memória assume a definição de “escritos históricos sobre fatos contemporâneos, e observado pelo escritor”, logo a história a que se refere a memória é a vivenciada pelo que a escreve, o texto escrito é então associado a lembrança e a recordação de seu autor. Na definição de Lacerda a memória enquanto texto que se atem ao passado tem o caráter pessoal do autor. Assim como Bluteau e Silva a versatilidade do tipo de texto denominado memória é acentuada, já que pode tratar também de assuntos científicos e literários. Mas a diferença se assenta no deslocamento do aspecto coletivo da memória (em Bluteau e Silva com teor político) para o aspecto pessoal (a lembrança do autor). Do final do século XVIII a meados do XIX a variação no significado da memória como texto evidencia sua associação com as experiências vividas pelo autor, mas que assume também um caráter científico.

Enquanto forma de representação do passado, a memória histórica, no contexto da metade do oitocentos, traz em si as vivências do autor, possui caráter político e pragmático, ao mesmo tempo que é tem caráter científico.

Na “Memória chronologica, histórica e corographica da província do Piauhy” (1857), publicada na Revista do IHGB, de José Martins Pereira de Alencastre reúne uma grande quantidade de informações sobre a província do Piauí: primeiramente organiza a cronologia dos fatos de 1674 a 1843, em seguida narra o início do povoamento e das dificuldades impostas pelos indígenas e pelos jesuítas, traz uma tabela com os dados estatísticos referentes a população e aos aspectos econômicos da província, fala das

¹⁴⁹ LACERDA, José Maria D’Almeida e Araujo Correa. *Diccionario da lingua portugueza*. Tomo II. Lisboa: Escriptório de Francisco Arthur da Silva, 1859, p. 113.

enfermidades mais comuns, da agricultura, pecuárias, minerais, comércio, literatura, vegetação, animais, clima, extensão da província, montanhas, rios, lagos, vilas, povoações, transcreve documentos.

Numa obra densa, que reúne tudo o quanto foi possível sobre o Piauí, os aspectos que dizem respeito a personalidade, as vivências do autor se revelam em algumas passagens, como quando contesta os autores que delegam aos paulistas a descoberta do Piauí ou quando fala de um certo governo segundo Alencastre que durou vinte anos, dotado de “maus instintos”, “sem educação”, “sem justiça”, “sem lei”, e só trouxe sofrimento àquela terra¹⁵⁰ – ele não cita o nome, apenas diz que “este homem ainda existe”. Quando exerceu a função de promotor público em Oeiras no Piauí, Alencastre vivenciou de perto as disputas políticas e pessoais da região e tomou parte delas, isso se exprime em seu texto. Mas a menção à documentos para embasar seus argumentos dão a seu texto o caráter científico e confiável, ao mesmo tempo que ao chamar a atenção para a questão dos indígenas na província alerta para a necessidade de uma solução para esse problema. Seu texto reúne a intenção pragmática de solucionar um problema, e por isso tem fins políticos, mas também traz em si a personalidade do autor ao mesmo tempo a referência a documentação confere a seu texto o caráter científico.

O que também é perceptível na “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da Província do Rio de Janeiro” (1854), de Joaquim Norberto de Souza Silva, publicada também na Revista do IHGB, – esse texto venceu o prêmio imperial em 1852. O autor destaca a importância da história dos aldeamentos de índios da província do Rio de Janeiro numa época que falava tanto em colonização e catequese, por isso ele busca entender o que contribuiu para a decadência ou aniquilamento das aldeias que antes prosperaram. Deixa claro que em seu texto há muitos documentos, e que tudo o que disse tem base documental. Primeiro trata da parte histórica, e depois da parte documentada. Ao concluir o texto propõe a criação de um grande aldeamento reunindo duas ou mais aldeias, para que os indígenas sejam instruídos, civilizados, catequizados e para que trabalhem, essa seria a solução para a total extinção para a qual caminha as

¹⁵⁰ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória chonologica, histórica e corográfica da Província do Piauhy. *RIHGB*, Tomo XX, 1857, p. 48.

aldeias.¹⁵¹ As informações são, portanto, tratadas com pragmatismo, isto é, para propor uma certa ação política, ao mesmo tempo que são resultado das vivências e preocupações do tempo do autor. Informações estas cuja base documental infere veracidade e, por conseguinte, cientificidade.

Se as memórias históricas assumiam na primeira metade do século XIX feições de auxiliares à história geral, oferecendo informações, fatos e documentos, sem um rigor estilístico, metódico e político, no início da segunda metade do mesmo século, o rigor persiste e dá flexibilidade para as formas e usos do gênero, de modo que as experiências do autor passam a constituir subsídios para a narração, e esta deve se reportar a documentos como forma de validação. As memórias históricas assumem uma densidade de informações acompanhada proporcionalmente pela densidade documental. Apresentam-se como resultado de uma concepção de fazer histórico atrelado a sua comprovação, visando dar veracidade aos fatos.

As “Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo” (1861) de Braz da Costa Rubim, assim como as outras memórias citadas também foram publicadas na Revista do IHGB. A narrativa articulada por Costa Rubim é alternada com a transcrição de documentos que embasam as informações nela contidas, apesar de se referir a um lugar que não foi de sua vivência, as lembranças e experiências absorvidas a partir de seu pai, governador da capitania do Espírito Santo entre os anos 1812 e 1818¹⁵² dão o teor de pessoalidade em suas memórias, sobretudo expressa nos insistentes elogios ao governo de Francisco Alberto Rubim. O caráter político é evidenciado quando o problema das incursões indígenas é colocado como entrave ao desenvolvimento da província. Conteúdo e forma se atrelam na constituição das memórias históricas.

Costa Rubim fala que seu empenho se deu pelo “desejo de ser útil”¹⁵³. Num contexto em que a escrita da história é recurso para o aperfeiçoamento da máquina estatal e para a solução de problemas de ordem pública, a utilidade em se escrever uma obra histórica se assenta em seu teor pragmático. Para isso se esforçou para “descobrir a verdade no

¹⁵¹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória histórica e documentada das aldeãs de índios da Província do Rio de Janeiro. *RIHGB*, Tomo XVII, 1854, p. 263.

¹⁵² RUBIM. “Memórias históricas e documentadas...”. *RIHGB*, 1861, p. 275-301)

¹⁵³ *Ibid*, p. 171.

meio de um tecido de fábulas, contradições, e absurdos que tem passado de geração em geração”¹⁵⁴, assim a busca pela verdade apresenta-se como uma de suas intenções. No entanto, podemos somar às intenções de sua obra a homenagem ao pai, sobretudo nas muitas páginas dedicadas aos feitos do referido governador. A isso se acrescenta a tradição passada de pai para filho de escrever sobre a história da capitania e, então, província – a relevância disso está no acesso a documentos, informações e interlocutores possibilitados pelos vínculos familiares. A homenagem fica evidente quando em sua narrativa Costa Rubim parece falar dos outros e não de si, em meio a um distanciamento marcado pelo pessimismo em relação ao desenvolvimento do Espírito Santo, sendo que a proximidade só se estabelece quando fala da gestão do governador Rubim.

Nas “Memórias” a narração é interrompida pela transcrição exaustiva de documentos, por isso não é continuada, como Costa Rubim já alerta no início do seu texto. Quando também deixa claro que por tratar da história particular de uma província, entende ser necessário esmiuçar os fatos isolados. O reconhecido privilégio à história política pelo autor, lhe permite uma divisão mais precisa da história da província e dá uma direção para a sua narração. Diferente de Vasconcellos, Costa Rubim mostra-se mais consciente do que faz, sobretudo quando confronta as informações bibliográficas com os documentos. Reconhece que os documentos oficiais nem sempre atendem ao historiador, mas são um caminho para a imparcialidade.¹⁵⁵

As “Memórias” são organizadas em seis partes: as cinco primeiras tratam de recortes cronológicos marcados pelas mudanças políticas, na última parte Costa Rubim aborda a condição econômica e populacional da província. A primeira parte trata dos anos entre 1534 e 1717, se refere ao governo dos donatários; a segunda dos anos 1718 a 1798, fala do período em que a capitania foi governada por capitães-mores sujeitos ao governo da Bahia; a terceira envolve os anos 1799 a 1812, trata do período de governadores sujeitos ao governo da Bahia; a quarta parte é sobre os anos 1812 a 1824, e se refere ao período dos governadores independentes do governo da Bahia; e por último, a quinta parte aborda os anos 1822 a 1824, período do governo provisório. Esta divisão é apresentada

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ Ibid, p. 171; p. 275.

numa introdução, onde admite que confrontou textos e documentos, e o que apresenta em sua obra é resultado dessa análise.

2.2. A escrita da história do Espírito Santo: metonímia de um processo civilizatório

No *Ensaio* e nas “Memórias” a história do Espírito Santo é narrada sob dois aspectos: primeiramente, trata-se de uma história lusófona, que privilegia (e se confunde) a trajetória dos portugueses na delimitação territorial que compete à província; o outro, decorrente do primeiro, concebe e opera as categorias temporais – isto é, que marcam os processos, as referências em relação a “avanço”, “atraso”, “progresso”, “desenvolvimento” – a partir do conceito de civilização. Nesse sentido, dois agentes foram determinantes para marcar a trajetória do processo civilizatório na província, os portugueses e os indígenas. Os primeiros seriam os promotores da civilização, e os últimos a maior dificuldade para a sua propagação. Por isso, nesse sub-tópico vamos desenvolver uma breve reflexão inicial sobre o ideal civilizatório difundido na primeira metade do século XIX no Brasil e sobre o conceito de civilização, em seguida vamos analisar como Vasconcellos e Costa Rubim trataram dos portugueses e dos indígenas em seus textos.

2.2.1. A civilização como ideal

Desde a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, o ideal civilizatório, de acordo com Sérgio Campos Gonçalves¹⁵⁶, passa por um processo de enraizamento e intensificação no solo brasileiro. Esse ideal civilizatório prossegue com todo vigor ao longo do primeiro reinado, regências e segundo reinado, tendo como base a urbanização da cidade e a europeização da sua população, pois isso para os pensadores oitocentistas significava se aproximar dos estágios mais avançados de civilização¹⁵⁷. Diante dessa

¹⁵⁶ Sobre o assunto, o autor desenvolveu em sua dissertação de mestrado um trabalho voltado para analisar o ideal civilizatório no nas primeiras décadas do IHGB. GONÇALVES, Sérgio Campos. *Pensamento civilizador e escrita da História: origens da historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Dissertação de mestrado, UNESP, 2009.

¹⁵⁷ GONÇALVES, Sérgio Campos. Poder e civilização no Brasil Imperial. A monarquia na perspectiva da história das ideias Diálogos Latinoamericanos, núm. 20, junho, 2013, pp. 48-71. Consulta ao site:

difícil empreitada, os agentes da civilização seriam os homens ilustrados, das ciências e das letras, os mesmo que se empenhavam no “processo de construção e consolidação do Estado monárquico participando ativamente de suas instituições políticas e culturais”¹⁵⁸. A esses letrados caberia a missão de difundir a civilização no Brasil, de modo que ao processo iniciado na colonização era necessário dar continuidade, sobretudo diante das dimensões continentais do país e das enormes diferenças quanto ao estágio de desenvolvimento das várias regiões.

Aos mentores da formação e consolidação do Estado imperial, então, restava iniciar o processo de auto-civilização – como que em uma colonização interna dirigida pelo próprio Império, e, também, conquistar a legitimidade externa através da auto-representação da civilidade do Estado. [...] ¹⁵⁹

Para os homens envolvidos com a organização do Estado e com as estruturas da monarquia, o medo da fragmentação era acompanhado pelo repúdio à idéia de “tirar o Brasil dos trilhos da civilização”, ao que também se associava a manutenção do Estado monárquico centralizado¹⁶⁰. Entre os intelectuais e estadistas havia a noção generalizada da incapacidade de autogoverno do povo brasileiro, por isso

[...] Competia aos estadistas brasileiros incorporar tal população à obra da construção do Estado e, por isso, os ilustrados articulados ao governo do Rio de Janeiro acreditavam carregar o fardo de pensar os meios de garantir a unidade territorial e a “nacionalização” da população. Ao fim e ao cabo, o Estado monárquico foi pensado como um meio de garantir que o Brasil não saísse dos trilhos da civilização, e isso teve considerável importância para que o país independente prosseguisse no mesmo sistema de governo de seu colonizador.¹⁶¹

A mesma rede de crenças e valores que antes justificavam o colonialismo europeu era usada durante o século XIX para legitimar o poder no Estado monárquico, isso por meio de diversas formas e instituições, e para o que nos interessa aqui, inclusive na escrita da história. A historiografia surgia então como um recurso de apologia a noção de civilização ao articular o passado, presente e futuro brasileiros¹⁶². A idéia de

file:///C:/Users/Rocha/Downloads/2013_Poderecivilizacaonobrimperial_REDALYC.pdf, dia 4 de abril de 2015, as 9 horas, p. 49.

¹⁵⁸ Ibid, p. 50.

¹⁵⁹ Ibid, p. 54.

¹⁶⁰ Ibid, p. 60.

¹⁶¹ Ibid, p. 68.

¹⁶² GONÇALVES, Sérgio Campos. O pensamento civilizador e a cultura historiográfica brasileira no século XIX. Revista Fazendo História, Natal, CCLHA-UFRN, v. 1, nº 2, p. 128-147. Consulta ao site:

superioridade européia, difundida desde a época da colonização persistiu após a independência e durante o período imperial. Segundo Jurandir Malerba, no caso brasileiro, o projeto civilizador se deu a partir de um processo civilizador português.¹⁶³

A história da palavra *civilização* tomada em Êmile Benveniste remonta sua origem na França do século XVIII, cujas primeiras menções são encontradas nos textos de Mirabeau nos quais vê-se civilização como um processo de policiamento, “el esfuerzo por hacer que los individuos observen espontáneamente las reglas de la conveniencia y transformar en el sentido de una mayor urbanidad los hábitos de la sociedad”¹⁶⁴, no mesmo contexto, em Linguet a civilização designa o processo coletivo e original que visa tirar a humanidade da barbárie¹⁶⁵. A inovação se dá pela consciência das mudanças que ocorreram na humanidade, concebendo que os homens saíram do estágio original de barbárie para a condição de vivência em sociedade marcada por um lento, gradual e universal processo de educação e afinação. A noção de civilização já encontrada nos escritos do século XVIII traz em si a idéia de um progresso constante e contínuo. Mais do que uma visão histórica, o que se tem é a afirmação de uma visão otimista e não teológica da evolução da sociedade, ainda que alguns, como Mirabeau, seguissem contando a religião como o primeiro fator da civilização.¹⁶⁶ No mesmo século a palavra

[file:///C:/Users/Rocha/Downloads/2008_pensamentocivilizadoreculturahistoriograficanoXIX%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rocha/Downloads/2008_pensamentocivilizadoreculturahistoriograficanoXIX%20(1).pdf), dia 4 de abril de 2015, as 9 horas.

Dedicado a pensar como Norbert Elias trata do “processo de colonização enquanto uma difusão do processo civilizador para além dos limites da Europa”, Sérgio Gonçalves Campos diz que os processos de colonização empreendidos pelos países da Europa Ocidental acabaram por transmitir para outras realidades espaciais, como o continente americano, o ideal de civilização. Isso ocorreu por meio da absorção de padrões comportamentais e códigos dos considerados grupos superiores (isto é, os colonizadores), havendo um processo de assimilação que altera os modos e hábitos dos colonizados de acordo com os parâmetros civilizados – os colonizados precisam não somente ser dominados pela força, mas terem sua dinâmica comportamental e imaginária aproximada, senão igualada, do padrão europeu ocidental, em outras palavras os colonizados precisam ser civilizados. Esse processo de civilização implicara num processo inicial de assimilação e em seguida da repulsa dos colonizadores em relação aos hábitos dos colonizados. (GONÇALVES, Sérgio Campos. O processo civilizador e colonização em Norbert Elias: uma teoria interpretativa através da sociologia, da história e da psicologia. *OPSIS*, Catalão, v. 13, nº 1, p. 200-221, jan/jun. 2013. Consulta ao site: file:///C:/Users/Rocha/Downloads/2013_ProcessocivilizadorecolonizacaoemNorbertElias.pdf, dia 4 de abril de 2015, as 8 horas.)

¹⁶³ MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p. 40.

¹⁶⁴ BENVENISTE, Êmile. *Problema de lingüística general I*. 19ª edição. Mexico: Siglo Veintiuno, 1997, p. 212.

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ Ibid, p. 214.

civilização surgiu entre os textos ingleses, mas foram os franceses, segundo Benveniste, que a introduziram na Europa moderna.¹⁶⁷

Norbert Elias trata da *civilização* como a auto-imagem que a sociedade europeia tem de si, se associa a refinamento e aprimoramento de conduta, e implica uma transformação gradual do comportamento e das emoções, e por isso é um processo contínuo e inacabado¹⁶⁸. O termo civilização traz em si os valores e a trajetória da Europa Ocidental. Tudo é fator de orgulho: como os hábitos, a ciência, a urbanização, a organização política, a constituição social e econômica, a religião, as construções, as indústrias. Todos esses elementos marcariam, para os letrados do século XIX, o estágio de desenvolvimento superior dos europeus em relação ao restante do mundo. Desde sua origem, o conceito carrega um etnocentrismo europeu e ocidental.

2.2.2. Os portugueses, agentes da civilização

A chegada dos portugueses marca o início da história do Brasil e do Espírito Santo, momento de um novo “*fiat lux*”, de lançar luz sobre as riquezas que existiam nessas terras, segundo Vasconcellos¹⁶⁹, apesar do pouco número (em torno de sessenta) dentre os quais alguns fidalgos mandados a degredo e outros que cometeram delitos em Portugal¹⁷⁰. Desde sua chegada, vemos na narrativa de Vasconcellos, que os portugueses tiveram que lutar contra um número muito maior de indígenas ferozes, o que se estende por toda a história da capitania. Durante toda a história, desde a chegada dos portugueses até o início do século XIX, a narrativa trata do processo de afirmação dos portugueses sobre o território do Espírito Santo. E nesse processo não só as guerras contra os indígenas foram corriqueiras¹⁷¹, mas também contra invasores estrangeiros como franceses e holandeses¹⁷². Mesmo diante de tantas cobiças e ataques, e também sendo em menor número, os colonos conseguiram se impor. Ao tratar de uma tentativa

¹⁶⁷ BENVENISTES, p. 218.

¹⁶⁸ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Volume 1, 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 67; p. 110; p. 94; p. 73.

¹⁶⁹ VASCONCELLOS, 1856, p. 7 e 8.

¹⁷⁰ Ibid, p. 11.

¹⁷¹ Ibid, p. 11; 20; 29.

¹⁷² Ibid, p. 18; 22; 24; 26.

de invasão em 1640 liderada pelo almirante João Delch, Vasconcellos fala da luta contra os “bem armados holandeses”, trezentos deles morreram e somente 3 colonos portugueses foram perdidos, foi uma “grande e milagrosa vitória”¹⁷³. Mesmo em reduzido número, os colonos conseguiram se afirmar no território, rechaçar invasores e conter os nativos.

A proeminência dada ao descobrimento mostra esse fato como o maior evento de ruptura da história capixaba, por ser o início de sua civilização, início do uso racional das riquezas naturais, de transformação do caos em ordem, de imposição do homem sobre a natureza. Os portugueses são os agentes de civilização, os que receberam da providência essa incumbência. Como a saga do povo judeu de afirmação na Canaã sobre os filisteus, os portugueses deveriam se afirmar sobre os nativos e estrangeiros, nesse ensejo de afirmação os milagres da vitória de um povo pequeno em números sobre inimigos tão numerosos, e por vezes melhor armados, não foram poucos. Na narrativa de Vasconcellos, a ocupação dos portugueses e seu domínio sobre o território é resultado da própria vontade do Criador. O que se expressa em toda a sua narrativa, mas fica evidente em três situações:

Chegada era a epocha, em que o providente Autor da natureza tinha disposto, que fossem e manifestas a homens racionaes as riquezas que se achavão ocultas na terra do Brasil: - chegada era a epocha, em que um novo – *Fiat lux* – ia descortinar aos olhos de Portugal, e mesmo do mundo inteiro[...]¹⁷⁴

E em quanto tratava destas e de outras importantes materias, não se deslumbrava, também das riquezas de além mar, com que o Eterno havia favorecido o seu reino [...] ¹⁷⁵

A Providência porem, que vela sobre os destinos dos povos, e dos impérios, permittio que o governo de 1849 tivesse a feliz idéia de remover para esta província o juiz de direito da Serra, e de Minas Novas, o desembargador Antônio Thomaz Godoy [...] ¹⁷⁶

Pela primeira citação, vemos que o descobrimento foi manifestação da vontade do “Autor da natureza”. A alusão ao “faça-se luz” remete à criação, dando a entender que com a descoberta do Brasil algo novo estava sendo criado, um prosseguimento da obra da Criação relatada no Gênesis. Na segunda citação, enfatiza que as terras recém

¹⁷³ Ibid, p. 25.

¹⁷⁴ VASCONCELLOS, 1856, p. 7.

¹⁷⁵ Ibid, p. 8.

¹⁷⁶ Ibid, p. 78.

descobertas foram um favor dado pelo “Eterno” ao seu reino, isso diminui a importância dos esforços portugueses e transfere a importância da ação para uma força divina. Essa mesma força vemos na terceira citação, “vela sobre os destinos dos povos”, isto é protege, assegura. O sucesso de um povo é determinado pela Providência, o que explica as constantes e milagrosas vitórias dos colonos sobre inimigos tão mais poderosos.

A crença em uma força divina regendo a história da humanidade, determinando seus sucessos e fracassos, esteve muito presente até meados do século XVIII, mas no correr do Século das Luzes houve um processo de modernização que deu novas bases para a experiência histórica, segundo Giorgio de Lacerda Rosa¹⁷⁷. Nesse contexto, “a concepção de Providência sofreu transformações, incorporando novos elementos, e assim, ganhando outros significados no contexto do racionalismo ilustrado”.¹⁷⁸ Antes dessa época havia a noção de que Deus determinava o universo em toda a sua evolução, cuja preservação e continuidade se dariam conforme as Suas leis, de modo que a normalidade da sucessão dos acontecimentos poderia ser alterada diante das ações dos homens levando a punições ou recompensas – esse controle de Deus sobre a história humana denomina-se providencialismo. Sob a influência das Luzes o providencialismo passou a ser questionado, e cedeu “espaço para uma concepção de história que valorizava a razão e a ação dos indivíduos”¹⁷⁹, o providencialismo não deixou de existir, mas foi resignificado.

Na historiografia luso-brasileira do início do século XIX vê-se uma concepção providencialista da história, onde o divino foi constantemente requisitado como forma de interpretar e ordenar os fatos passados, mas também como “fio condutor capaz de explicar o presente”¹⁸⁰. No caso do contexto em questão, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, enquanto grande marco de ruptura precisava ser inserido numa

¹⁷⁷ Em sua dissertação de mestrado Giorgio Lacerda Rosa reflete sobre o papel da linguagem do providencialismo na historiografia do início do século XIX, pensando sobre o seu papel como elemento organizador dos fatos e eventos associados à passagem de dom João VI pelo Brasil a partir de duas principais obras: “memórias dos benefícios políticos de El Rey D. João VI” (1818), de José da Silva Lisboa, e “memória para servir a História do Reino do Brasil (1825), do Pe. Luís Gonçalves dos Santos. ROSA, Giorgio de Lacerda. *A Suprema Causa Motora: O providencialismo e a escrita da história no Brasil (1808-1825)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. 2011.

¹⁷⁸ Ibid, p. 30.

¹⁷⁹ Ibid.

¹⁸⁰ Ibid, p. 45.

lógica de interpretação histórica, e assim a noção de providencia foi associada a um discurso político de favorecimento à legitimação do sistema monárquico de governo de D. João VI, o providencialismo serviu para dar sentido a uma grande quantidade de acontecimentos que se apresentavam “desordenados, caóticos, ameaçadores e negativos”¹⁸¹. Por isso, de acordo com Rosa,

Ao definirmos o providencialismo enquanto uma linguagem político-histórica passamos a observar que tal linguagem se vincula à formação do discurso sobre o passado, enfatizando a noção de que os eventos históricos daquele momento faziam parte de um plano de Deus para a reconstrução da Monarquia Portuguesa. Tal linguagem se caracteriza, no momento histórico analisado, pela constante necessidade de se justificar e articular os acontecimentos históricos ligados a vinda da Corte. Estão presentes nela elementos associados a uma nova experiência do tempo vivida a partir de 1808, projetando tais acontecimentos como sendo parte de um plano divino para o progresso do Império Português. E ainda, os aspectos ligados à moral e aos valores cristãos apresentam-se características necessárias para a realização do progresso segundo os desígnios de Deus[...] ¹⁸²

A linguagem do providencialismo foi usada na historiografia luso-brasileira do início do século XIX como estratégia para explicar e ordenar os acontecimentos, e assim adquiriu conotação política por dar sustentação ao regime monárquico português. Algumas décadas depois, quando tal noção de providência se diluía nos escritos sobre o passado e davam então proeminência ao homem, a noção de providência como recurso num discurso de legitimação da monarquia portuguesa dando ordem e sentido aos fatos está presente no *Ensaio* de Vasconcellos, não de modo a preterir as ações humanas, mas vinculando-as a um projeto divino de civilização. Como a “força” que incita os homens a promoverem as mudanças, de modo a ordenar a sociedade, ao mesmo tempo que premia e pune os homens conforme as suas ações. Essa lógica de premiação e punição explica tanto os sucessos quanto os fracassos dos portugueses: as vitórias sobre os invasores, e alternância de vitórias e derrotas para os indígenas. E se Vasconcellos lamenta a pouca prosperidade da província já no século XIX¹⁸³ e reconhece o seu limitado estado de civilização¹⁸⁴, a premiação e a vitória são efetivas pela dominação dos portugueses sobre o território capixaba, mas a punição e derrota se evidenciam na civilização que ainda não se concretizara.

¹⁸¹ ROSA, 2011, p. 26.

¹⁸² Ibid, p. 100-101.

¹⁸³ VASCONCELLOS, 1856, p. 29.

¹⁸⁴ Ibid, p. 74.

Assim como Vasconcellos, Costa Rubim entende que os portugueses são os promotores da civilização nas terras brasileiras, mas, para que isso se acontecesse, era necessário superar os obstáculos oferecidos pelo meio, pela hostilidade indígena e pelos invasores estrangeiros. Esses obstáculos se intensificam pelo reduzido número de colonos que vieram com o primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho – Jabotão escreveu que vieram por volta de sessenta colonos, mas Costa Rubim alega que não encontrou fonte segura que tratasse dessa informação, por isso não confirma Jabotão¹⁸⁵ – e pela qualidade desses homens: alguns fidalgos mandados a degredo e muitos “homisiados”, ou seja, pessoas que cometeram algum delito em Portugal. Em documento transcrito no texto das “Memórias” poderiam vir para o Espírito Santo os súditos que cometeram algum delito, desde que não fosse “heresia, traição, sodomia e moeda falsa”¹⁸⁶, Isso tem peso fundamental no percurso dado pelo povoamento da capitania, para Costa Rubim.

Segundo o autor, os primeiros colonos tinham pouco conhecimento sobre o cultivo da terra, não eram afeitos aos trabalhos rurais, permaneciam preocupados com os ataques indígenas, eram constantemente atingidos pelas moléstias do clima.¹⁸⁷ Essa população vivia desregradamente e por vezes as “paixões tornaram-se desenfreadas”¹⁸⁸ e constantemente subestimavam os indígenas, pagando com o preço de muitas derrotas. Assim, na narrativa de Costa Rubim a quantidade de pessoas que vieram para colonizar era pequena para o empreendimento, ao mesmo tempo que a qualidade dessas pessoas não era das melhores, o que se agrava quando no correr do anos mais criminosos são recebidos na capitania, aumentando o número de maus colonos, e ainda sofriam com os ataques e dificuldades com o clima. O empreendimento da colonização já começara comprometido, deixando entender que não foi a melhor parte de Portugal que veio para o Espírito Santo. Os maus colonos darão origem a uma população que não aceita se submeter às leis e às regras, se envolve na disputa pelo poder não respeitando as

¹⁸⁵ RUBIM, “Memórias históricas e documentadas...”, 1861, p. 202.

¹⁸⁶ Ibid, p. 187.

¹⁸⁷ Ibid, p. 202.

¹⁸⁸ Ibid, p. 214.

autoridades estabelecidas ¹⁸⁹, mais voltada para os interesses pessoais do que no “interesse geral do paiz”¹⁹⁰.

Mesmo destacando a má qualidade dos novos habitantes, Costa Rubim enfatiza a capacidade de superação no domínio sobre o território derrotando os nativos e expulsando os invasores estrangeiros, sendo estes em número muito maior e por vezes melhor armados. Em algumas passagens vemos que “o desespero deu aos colonos coragem”, pois “ainda que poucos para tantos inimigos, foram derrotados sem piedade”¹⁹¹ – algo que ocorre desde a chegada às terras capixabas, se manteve com a luta contra os nativos¹⁹², e foi decisivo na expulsão de invasores ingleses, franceses e holandeses¹⁹³. Esses sucessos são narrados de maneira a enfatizar o quanto a população era menor e mais fraca diante do inimigo, mas mesmo assim se superou e superou o inimigo, seja ele o nativo da terra ou o estrangeiro invasor. Como vemos na passagem a seguir:

Em 27 de outubro de 1640 tentaram os holandeses uma nova investida, e desta vez com poder formidável. Uma esquadra de onze vellas as ordens de Koin e do conselheiro político Nieuland deu fundo na barra [...]. No dia 29 penetrou na Bahia o mesmo Koin com um navio, uma barçaça, dous batelões e sete lanchas guarnecidas com 800 infantes, e atacaram a villa da Victoria [...] o capitão-mor havia disposto de suas forças, que consistiam em 30 espingardas, duas peças de artilharia, duas companhia de índios com arcos e flexas, e o povo com chuços e piques. Na primeira investida perderam os holandeses 200 homens, mas como eram superiores em numero, dividiram-se atacaram por diferentes pontos, que não podiam os moradores defender; conseguiram entrar na villa, e o combate tornou-se geral com a população inteira e corpo a corpo; tudo estava na defesa da terra [...] por espaço de quatro horas a Victoria esteve indecisa, por fim se declarou pelos moradores, e os holandeses que restavam procuraram na fuga salvar a vida recolhendo-se ás embarcações. [...] Ainda não desenganados, tentaram no dia 30 um desembarque em Villa Velha, que facilmente conseguiram pela pouca resistência que lhes foi opposta pelo pequeno número de colonos; acudiram os capitães de ordenanças [...] e carregaram sobre os inimigos causando-lhes A perda de 26 homens [...] e recebendo reforço, com mais confiança deram sobre a gente de Koin, que fugiu deixando 32 prisioneiros. Vendo os holandeses que não podiam conseguir manterem-se neste ponto, fizeram-se de vela deixando a glória aos moradores de terem defendido a terra, a honra e

¹⁸⁹ Ibid, p. 215; 218; 230; 257; 304.

¹⁹⁰ Ibid, p. 269.

¹⁹¹ Ibid, p. 217.

¹⁹² Ibid, p. 202; 214; 217; 279.

¹⁹³ Ibid, p. 220-221; 225; 227; 229.

a vida de suas mulheres com tão pouca força contra tantos, poderosos e bem armados inimigos. [...] ¹⁹⁴

Na sua “Notícia chronologica dos factos mais notáveis da história da província do Espírito Santo, desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório”, após a descrição dessa tentativa de invasão dos holandeses essa vitória é direcionada aos portugueses, nas “Memórias” aos moradores. Na “Notícia”, Costa Rubim encerra a descrição desse mesmo acontecimento da seguinte forma: “se fizeram de vela, deixando a glória aos Portugueses de os haver batido e destocado com tão diminutas forças, o que sempre foi o brasão da nação”¹⁹⁵. Mesmo estando os portugueses em menor número, a destreza e empenho individual permitem-lhes se sobreporem aos “ferozes selvagens” e aos estrangeiros usurpadores. Essa capacidade “sempre foi o brasão da nação”, a simbologia metafórica remete a um ícone de nobreza como característica de sempre dos portugueses. Essa capacidade de se fazer maior mesmo estando em menor número é característica dos lusos, e é em Costa Rubim apontada como algo que transpunha a própria história já que “sempre” existiu. Para não super dimensionar a força da expressão, é provável que este “sempre” se refira à sobreposição da própria história de Portugal à do Espírito Santo e, conseqüentemente, do Brasil. Para além da existência do Espírito Santo, a força portuguesa extrapola o tempo, unindo passado, presente e futuro. O nítido elogio reforça seus vínculos com a terra que lhe educou, a pátria de seu pai¹⁹⁶. A história capixaba é, pois, a história dos portugueses em seu território. Eles é que são

¹⁹⁴ RUBIM, 1861, p. 228-230.

¹⁹⁵ RUBIM, Braz da Costa. Notícia chronológica dos factos mais notáveis da história da província do Espírito Santo, desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório. *RIHGB*, Tomo XIX, 1856, p. 339.

Neste pequeno texto publicado na Revista do IHGB, sem introdução, sem uma narrativa ligando as informações, os fatos são lançados de 1525 a 1821, priorizando os eventos políticos de afirmação dos portugueses sobre os nativos ou estrangeiros no território, a alternância de poder desde o primeiro donatário, a vinda dos jesuítas, enfim os acontecimentos referentes aos cento e noventa anos em que o Espírito Santo esteve em poder dos donatários. Em seguida a capitania foi comprada pela Coroa Portuguesa e foi governada por capitães mores por oitenta e dois anos, até estar submetida ao governo da Bahia por doze anos, e ser então administrada por governadores independentes sujeitos somente ao governo geral por nove anos, quando foi instalada a junta provisória de governo. Construções de igrejas, abertura de estradas, criação de vilas e sucessão de governos, é disso que trata as dez páginas da “Notícia chronológica”. O recorte temporal escolhido por Costa Rubim assinala dois momentos de ruptura: o início da colonização com a chegada dos portugueses, e a instalação da junta provisória. O primeiro evidencia o momento de chegada da civilização na figura do português para assegurar um território que é seu, e que deve ser protegido do outro, sendo esse outro o indígena ou o estrangeiro (franceses, holandeses). O segundo momento de ruptura se refere ao contexto que antecede a Independência, e por isso a configuração do Brasil como nação livre do domínio português. Trata-se de dois marcos que acentuam a descontinuidade, mudanças que inauguram uma nova perspectiva temporal para o Espírito Santo.

¹⁹⁶ Vide Capítulo 1 desta dissertação.

os agentes capazes de promoveram as rupturas que conduzem à superação da condição de barbárie, suas ações é que podem apontar para mudanças.

Nas “Memórias”, apesar do termo *portugueses* ter dado lugar ao termo *moradores*, nas passagens acima citadas, a intenção ainda é de mostrar que a superioridade numérica e bélica dos holandeses cedeu diante do esforço dos colonos por protegerem a terra, “a honra e a vida de suas mulheres”. Tanto no confronto em Vitória quanto em Vila Velha a força do inimigo invasor é destacada, mas a persistência e dedicação dos colonos expulsa os holandeses. De todo modo esses “colonos” ou “moradores” tem origem bem clara, são portugueses e/ou seus descendentes, e logo trazem em si a força de superação lusa.

As poucas armas e restrita população é reforçada por duas companhias de índios, e nessa situação o *outro* que é o indígena se torna na narrativa de Costa Rubim parte do *nós* diante de uma ameaça externa. O que denota a não existência de limites muito precisos para estabelecer o lugar do indígena nessa sociedade que se pretende civilizada, cuja formação histórica é narrada por Costa Rubim, e que ainda no século XIX não tinha esta questão por resolvida – assunto que trataremos adiante.

Como expressão da promoção da civilização feita pelos portugueses, está a força e atuação do Estado, seja ele configurado na Coroa Portuguesa com suas determinações e seus braços na colônia (no caso os donatários, governadores, ouvidores), ou na própria Monarquia Brasileira tomada como extensão da portuguesa¹⁹⁷. Em Vasconcellos e Costa Rubim o desenvolvimento histórico é ditado pelo Estado, no *Ensaio* a história do Espírito Santo começa quando o rei D. João III doa a capitania a Vasco Fernandes Coutinho, e a partir daí se inicia a colonização¹⁹⁸, e nesse processo a qualidade dos governantes determina os sucessos de um povo¹⁹⁹, o Estado organiza a sociedade e

¹⁹⁷Na “Memória sobre a revolução do Ceará em 1821”, publicada em 1866 na Revista do IHGB, Costa Rubim diz que a vinda da família real portuguesa foi o fator que determinou a independência, logo não entende que houve uma ruptura, uma mudança drástica no curso da história do país. O país então saiu da “infância da civilização”, se libertou da colonização, aperfeiçoou as leis e organização política, e garantiu a ordem. RUBIM, Braz da Costa. Memória sobre a revolução no Ceará. *RIHGB*, tomo XXIX, 1866, p. 201.

¹⁹⁸ VASCONCELLOS, 1856, p. 8.

¹⁹⁹ Ibid, p. 14.

direciona o desenvolvimento da civilização²⁰⁰. Não muito diferente, para Costa Rubim o Estado determina a história²⁰¹, ordena a sociedade e os espaços²⁰², é o maior promotor da civilização²⁰³. O esforço de colonização em tudo que ele implicava – conformação e domínio do território, sobreposição aos nativos e superação das dificuldades impostas pelo meio – era confundido com o empenho pela civilização. Neste sentido, colonizar e civilizar assumem correspondências e adquirem conotações de sinônimos.

O aspecto de continuidade do domínio português para o estabelecimento da monarquia independente se mostra tanto no texto de Vasconcellos quanto no de Costa Rubim, já que os dois autores entendem o descobrimento como marco maior de ruptura para a história da província. A independência nem é mencionada por ambos. Daí pode se inferir que há uma extensão da atribuição civilizadora do Estado português para o Estado brasileiro. A independência não assume feições de rompimento, mas continuidade de um processo.

O tema do descobrimento chamou a atenção para dos letrados do IHGB, e gerou uma polêmica. Em 1852, Joaquim Norberto de Souza Silva publica na Revista do Instituto um texto em que deixa claro seu posicionamento a respeito do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral: “Não – o descobrimento do Brazil não foi devido a um mero

²⁰⁰ Ibid, p. 77; 78.

²⁰¹ RUBIM, “Memórias históricas e documentadas...”, 1861, p. 170.

²⁰² Costa Rubim publica em 1860 na Revista do IHGB a “Memória sobre os limites da província do Espírito Santo”, texto inicialmente lido na sessão de agosto de 1859. Num exercício de erudição que confronta documentos, mapas, cartas e descrições a delimitação territorial capixaba é retificada ao Norte e ao Sul, verificando os nomes dos rios, a mudança nos nomes, confrontando descrições de relatórios oficiais e de viajantes. Mas, se baseia, prioritariamente nos documentos oficiais, são eles que determinam as fronteiras, é o Estado que delimita os limites e ordena o espaço. (RUBIM, Braz da Costa. Memória sobre os limites da província do Espírito Santo. *RIHGB*, Tomo XXIII, 1860)

Como resultado do trabalho de Costa Rubim ocorre a intervenção feita pelo deputado geral Antônio Pereira Pinto, sócio correspondente do IHGB e membro do Partido Liberal, em 1860, ocasião ele cita em sessão plenária a obra de Braz da Costa Rubim sobre os limites geográficos da província do Espírito Santo, e a usa como argumento para atestar que esta teve uma parte legítima de seu território retirada: “Por ultimo mencionarei no mesmo sentido o esclarecido juízo do Sr. Braz da Costa Rubim, que nas suas excellentes *Memorias sobre os limites da província do Espirito-Santo* acompanha inteiramente aos escriptores que deixo apontados [...]. E, Sr. presidente, á vista de tão valiosos documentos, daopinião de tão abalizados escriptores, não é evidente que os limites da província do Espirito-Santo foram invadidos, pela parte do sul, pela província do Rio de Janeiro [...], onde existem hoje situados estabelecimentos agricolas da maior importância?” (PARLAMENTO BRASILEIRO. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Camara dos Srs. Deputados, Sessão de 30 de junho de 1860*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1860, p. 366.)

²⁰³ RUBIM, 1861, p. 301.

acaso”²⁰⁴. Para o autor, os espanhóis especularam, mas foram os portugueses que descobriram e não pelo acaso das tempestades. Segundo Joaquim Norberto, o relato de Caminha não mostra nenhuma surpresa com o descobrimento; Cabral já desconfiava da existência de terras a oeste e por isso não seguiu a rota de Vasco da Gama para as Índias propositalmente²⁰⁵. Discordando de Joaquim Norberto, Machado de Oliveira publica na mesma revista três anos depois, um texto dizendo que não havia planos de navegação em direção a oeste do Atlântico, e diz que foram as forças do tempo, a inexperiência de Cabral e a Providência que acabaram trazendo Cabral e sua frota em 22 de abril de 1500, para a surpresa da tripulação e dos portugueses²⁰⁶. De acordo com Machado de Oliveira antes de Cabral, o espanhol Pinzon, que havia chegado ao continente americano com Colombo, aportara em 28 de janeiro de 1500 nas terras que viriam a ser brasileiras, mas o espanhol só fez por ser discípulo de Colombo²⁰⁷. Para Norberto, Cabral merece o mesmo mérito que Colombo pelo descobrimento do Brasil, para Oliveira o feito do descobrimento por Colombo repercutiu no descobrimento do Brasil por outro espanhol, Pinzon. Mas para Oliveira foi o elemento da Providência que pesou para a determinação da esquadra de Cabral. Na verdade os autores discordam é do protagonismo dado a Cabral no descobrimento. Valem as palavras de Eduardo Morettin: o IHGB no intuito de “delimitar a História pátria, celebrando os seus mortos, recuperando as suas virtudes cívicas e construindo os referenciais documentais de valorização deste passado”, deu especial atenção ao tema do Descobrimento, pois aí residiam duas fundações, “a da nação e a da própria História”.²⁰⁸

²⁰⁴ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Sobre o descobrimento do Brazil. *RIHGB*, Tomo XV, 1852, p. 130.

²⁰⁵ *Ibid*, p. 169.

²⁰⁶ OLIVEIRA, J. J. Machado de. Memórias sobre o descobrimento do Brazil. Algumas considerações. *RIHGB*, Tomo XVIII, 1855, p. 299.

²⁰⁷ *Ibid*, p. 299-301.

²⁰⁸ MORETTIN, Eduardo Victorio. Produção e formas de circulação do tema do Descobrimento do Brasil: uma análise de seu percurso e do filme *Descobrimento do Brasil*(1937), de Humberto Mauro. *Revista Brasileira de História*, vol.20, n.39, São Paulo, 2000. Consulta ao site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100006, dia 15 de maio de 2015 às 22 horas.

Segundo Morettin, desde 1850 alguns debates a cerca do Descobrimento ocorreram dentro do IHGB: a causalidade ou não da descoberta, a definição precisa do local de desembarque de Cabral e sua comitiva, o local da primeira missa, o dia do descobrimento – antes comemorado no dia 3 de maio, dia em houve a primeira missa no Brasil.

2.2.3. Os indígenas como problema

Vasconcellos refere-se aos indígenas como irracionais, incapazes de aproveitar as riquezas existentes nas terras que viriam a ser o Brasil - até a chegada dos portugueses essas terras viviam “num tenebroso cahos”²⁰⁹. Para além da depreciação do desconhecido, tais afirmações situam os índios em uma realidade que não pode ser concebida como história na narrativa desenvolvida por Vasconcellos. O caos, entendido como o avesso da civilização, é o lugar do indígena. E na civilização, qual seria o lugar do indígena? O fato é que em toda a narrativa do *Ensaio*, Vasconcellos coloca o indígena como um entrave, um dificultador à civilização.

A história da província, então capitania, de acordo com a narrativa Vasconcellos começa no século XVI com a chegada dos portugueses, o que já coloca o índio em um *não* lugar na história. E, desde essa chegada, os portugueses são atacados com arcos e flechas, na tentativa de barrar a chegada dos “novos habitantes”, mas foram derrotados pelas armas de fogo dos portugueses²¹⁰. Os ataques aos colonos eram contínuos, e por vezes se intensificavam por conta da exploração que se fazia do trabalho dos nativos, e assim as guerras provocadas deixaram a capitania em grande estado de miséria no governo do primeiro donatário. Mesmo com a ajuda de Fernão de Sá (filho do governador geral Mém de Sá), e com algumas vitórias importantes – como a expulsão da ilha de Duarte de Lemos, na qual os colonos venceram e expulsaram os indígenas, para marcar esse momento deram a ilha o nome de Vitória²¹¹ – os indígenas dificultaram a povoação da capitania, destruindo plantações, atacando aldeias e vilas. Com a chegada dos jesuítas, os atritos entre os colonos e os indígenas foram reduzidos, pois a religião – no caso a única concebível para Vasconcellos, a Católica – tem papel civilizador não só para os nativos, mas também para os colonos²¹².

Alguns poucos períodos de paz entre colonos e nativos não eram suficientes para reparar os estragos das incursões indígenas. Se em 1823 estava a província abatida, isso ocorria principalmente por conta das “correrias do gentio”²¹³, cuja presença tão

²⁰⁹ VASCONCELLOS. *Ensaio...*p. 7.

²¹⁰ Ibid, p. 11.

²¹¹ Ibid, p. 13.

²¹² Ibid, p. 14; 21; 29; 201.

²¹³ Ibid, p. 29.

marcante no território capixaba explica a situação de atraso em comparação com outras províncias vizinhas, já que a maioria da população era de índios e mestiços, como alega o autor do *Ensaio*.²¹⁴

Mais do que um *não* lugar do indígena na história, ele é uma oposição a ela, enquanto a história é associada à idéia de civilização. O indígena inserido numa história que não é a dele, Vasconcellos conta a história dos portugueses nas terras capixabas – é claramente desenhado como o *outro* que impossibilita a inserção do *nós* no domínio do território. Ao chamar os portugueses de novos habitantes, há o reconhecimento de que haviam outros habitantes, os índios seriam então os velhos habitantes, e o velho precisa dar espaço para o novo. A não conformação dos nativos com essa nova realidade, algo explícito nos tantos ataques relatados, os colocam como um *outro* indesejável, como inimigos de uma causa que pra Vasconcellos é “providencial”, são inimigos da civilização.

Não muito diferente disso, nas “Memórias” Costa Rubim relega aos nativos o papel de maior obstáculo ao desenvolvimento e prosperidade da província. Segundo o autor quando da chegada dos portugueses, os índios eram então “senhores deste paíz” e estavam “separados de todas as nações civilizadas, nada transmitiram de sua história”²¹⁵, o que significa a afirmação da existência de uma história das terras brasileiras antes da chegada dos portugueses – nisso ele se diferencia de Vasconcellos. No entanto, mais do que ter era necessário transmiti-la, a comunicação e a linguagem ocupam um lugar de destaque em Costa Rubim, algo notável desde a publicação do “Dicionário para servir de complemento aos dicionários de língua portuguesa” em 1853, e outras obras preocupadas com o léxico.²¹⁶ De acordo com essas obras, ao

²¹⁴ Ibid, p. 74.

²¹⁵ RUBIM. “Memórias históricas e documentadas...”, p. 196.

²¹⁶ O *Vocabulário Brasileiro pra servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*, consiste na reunião de vocábulos não encontrados nos dicionários de língua portuguesa, e que foram reunidos a partir das leituras de memórias e outros escritos, como disse Costa Rubim, “que tratam de nossas cousas, assim como de muitas notícias particulares”. O objetivo é familiarizar os vocábulos com quem os estranhe e servir de auxílio para futuros estudos lexicográficos. Não houve a indicação da origem dos termos, por já haverem estudiosos versados se dedicando a fazê-lo. O estudo que garantiu a admissão do capixaba no IHGB se volta para o léxico, para o conjunto de palavras que compõem o idioma falado no Brasil. Conjunto de palavras não inseridas nas vivências portuguesas, e por isso não se encontram nos dicionários da língua portuguesa. Os vocábulos listados por Costa Rubim já estão, em seu tempo, meados do século XIX, no uso comum, não estando em nenhum dicionário de língua portuguesa evidenciam usos próprios da linguagem em solo brasileiro. Trazem em si marcas de experiências descontínuas em relação a Portugal, vivências associadas a uma trajetória própria de articulação de palavras, apropriadas dos

mesmo tempo que não transmitiam sua história, esses mesmos nativos inseriam novas palavras no uso dos brasileiros, e justamente a partir do contato dos colonos com os indígenas que surgiria uma especificidade da língua falada em território nacional. Em Costa Rubim, o indígena aparece como agente histórico. No entanto, inspirado nas mesmas noções que Vasconcellos, o autor das “Memórias” enfatiza o indígena como um problema para o engajamento da civilização mas vai além e defende uma ação em relação aos nativos.

No texto de Costa Rubim, vemos que desde o início da colonização existiam várias tribos sem território que brigavam entre si, e não por menos atacaram a comitiva de Vasco Fernandes Coutinho, mas foram “varridos por duas peças de artilharia”²¹⁷. Os colonos viviam com medo dos ataques indígenas, e sempre acautelados, por isso não prosperava a capitania²¹⁸. O fato de os colonos escravizarem os indígenas só intensificava a guerra nos primeiros anos da colonização, de maneira que os moradores foram hostilizados, culturas assoladas, muita gente desfaleceu, e a capitania estava aniquilada, situação que permaneceu presente no desenrolar dos anos²¹⁹. Afirmar que os indígenas já guerreavam entre si antes da chegada dos portugueses surge como uma forma de justificar uma luta contra eles, algo que não marca somente o início da colonização, mas os quase três séculos abarcados na narrativa de Costa Rubim sobre a história do Espírito Santo. Se os indígenas aniquilaram a capitania em meados do século XVI, no início do século XIX a situação não era das melhores: fortes eram destruídos, o sertão ainda amedrontava por causa da presença dos indígenas, aldeias e vilas eram

indígenas e dos negros escravos, diante de uma realidade natural singular, e por isso carece de símbolos intrínsecos para a representá-la. (RUBIM, Braz da Costa. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Dous de Dezembro de Paula Brito, 1853. “Duas palavras”.) Na revista *A Luz*, em 1872, o “Vocabulários indígenas e outros introduzidos no uso vulgar” foi publicado após o falecimento de Costa Rubim. Um trabalho que revela um nível de reflexão mais apurado sobre o léxico quando comparado ao *Vocabulário* de 1853. Os termos são tratados considerando sua etimologia, as mudanças e influências que perpassam a constituição dos vocábulos em termos étnicos e contextuais, algo que não ocorria no primeiro *Vocabulário*.

Os dicionários de língua brasileira, diz Olga Coelho, foram produzidos com o intento de integrar os “símbolos do país e de consolidação das nossas singularidades” (COELHO, Olga. Léxico, ideologia e a historiografia lingüística do século das identidades. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, especial, p. 153-166, 2003. Editora UFPR)

²¹⁷ RUBIM. *Memórias históricas*...p. 202.

²¹⁸ *Ibid*, p. 203.

²¹⁹ *Ibid*, p. 214 e 215; 232; 253; 259.

atacadas, as lavouras do interior não prosperavam por causa das invasões dos índios²²⁰. Costa Rubim afirma claramente que foi por causa das barbaridades cometidas pelos indígenas que a capitania do Espírito Santo não prosperou.²²¹

A chegada dos jesuítas foi fundamental no processo de civilização dos indígenas, cheios de “zelo apostólico” vieram “propagar a semente do Evangelho entre os selvagens”²²². Através do esforço dos jesuítas o pavor espalhado pelos índios deu lugar a calma:

[...] Os jesuítas, deixando passar as primeiras impressões de terror, e applicando o balsamo do evangelho, conseguiram fazer que regressassem para os aldeamentos alguns dos índios fugitivos; e assim estes missionários intrépidos emprehenderam e alcançaram, empregando a constancia e a humanidade, ganhar-lhes a confiança e dar um rumo á civilização dessa raça vagabunda.²²³

Aplicação do balsamo do evangelho deu um direcionamento à civilização dos nativos. Nesse sentido, a chegada do jesuíta José de Anchieta é tratada por Costa Rubim como um marco para a civilização dos índios do Espírito Santo²²⁴, os seus progressos na catequização despertou em diversos padres da companhia de Inácio de Loyola o interesse pela causa, e assim tantos outros missionários vieram²²⁵. Com a morte de Anchieta se encerra o período das heroicidades dos jesuítas, segundo Costa Rubim, mas considera que

[...] as suas missões tinham produzido um salutar effeito: os aldeamentos augmentaram; a industria agricola desenvolveu-se, e recebeu grande incremento; e se muitos índios vagavam ainda pelos matos, e não seguiam o exemplo dos aldeados, eram já menos ferozes, conservavam-se pacíficos, e deixavam medrar os estabelecimentos ruraes. Todas estas circumstancias, que concorriam para o progresso da Capitania, não se deram rapidamente e a um tempo; esta prosperidade era em relação aos tempos anteriores, mas considerada isoladamente não apresenta resultados que satisfizessem aos desejos de considerar-se uma importante colônia, [...] ²²⁶

O processo de civilização da capitania para Costa Rubim implicava primeiramente na transformação do meio, na imposição do homem sobre a natureza, cujas evidencias se dariam primeiramente no estabelecimento e expansão das áreas de cultivo. Os

²²⁰ Ibid, p. 265; 269; 270; 279.

²²¹ Ibid, p. 245.

²²² Ibid, p. 215.

²²³ Ibid, p. 220.

²²⁴ Ibid, p. 222.

²²⁵ Ibid, p. 224.

²²⁶ Ibid, p. 226.

aldeamentos deram certo, para esse autor, por estimularem “a indústria agrícola”, estando os índios pacíficos as plantações não eram assoladas e população de colonos poderia enfim se dedicar ao cultivo da terra. No entanto, a prosperidade que se percebia na capitania no final do século XVI e início do XVII era visível se comparada a tempos anteriores, mas não houve um desenvolvimento que fosse capaz de dar importância ao Espírito Santo.

Os indígenas e a sua natureza hostil eram os grandes problemas a serem superados para a civilização da capitania para Costa Rubim, entendia que a “causa principal de suas desconfianças e atrevimentos, por que eram guiados por um sentimento uniforme que se manifestava no violento amor, ou melhor no instinto cego da liberdade”²²⁷. Essa natureza do nativo que tendia a uma liberdade e violência precisava ser superada, seja pelo “bálsamo do evangelho”, seja pelo uso da força. Não foram poucas as vezes que os donatários e os colonos contaram com a ajuda do governo geral para conseguirem se livrar das hostilidades dos índios²²⁸. Na argumentação de Costa Rubim já existia uma tendência do indígena para a violência, pois antes mesmo da chegada dos portugueses as tribos brigavam entre si, tal característica intrínseca ao nativo serviria de justificativa para efetivação do nobre projeto da civilização do território.

Ao tratar do governo de Francisco Alberto Rubim (1812-1818), Costa Rubim relata:

[...] por longa experiência verificado a inutilidade dos meios de brandura até então tentados para sua civilização e para gozarem dos bens permanentes de uma sociedade pacífica e doce, as providências que neste sentido deu foram tão acertadas, que não somente mereçam a aprovação de El-rei, como o resultado excedeu a todas as esperanças, pois que durante a sua administração não foram mais inquietados os lavradores com incursões dos selvagens [...]²²⁹

Os meios de brandura deram lugar ao uso da força para garantir “bens permanentes de uma sociedade pacífica e doce”, o resultado foi muito melhor que o esperado, merecendo o elogio do rei, pois as incursões indígenas deixaram de acontecer. O que se vê aqui em Costa Rubim é a defesa de uma proposta para o grande problema que tanto os intelectuais (reunidos no IHGB) quanto os governantes se preocupavam naquele momento, os indígenas e as políticas a serem usadas em relação a estes para garantir o

²²⁷ Ibid, p. 217.

²²⁸ Ibid, p. 217; 225; 252.

²²⁹ Ibid, p. 294.

desenvolvimento do país. É certo que, para Costa Rubim, a questão indígena era muito mais um problema político, de modo que uma boa administração garantiria seu controle, mas o constante elogio feito aos jesuítas evidencia o quanto a obra da catequização contribuiu para acalmar o índios.

Tanto no *Ensaio* de Vasconcellos quanto nas “Memórias” de Costa Rubim o indígena – com todos os seus sinônimos: gentil, selvagem, vagabundo – surge como um entrave a civilização. Suas ações de hostilidade são as maiores justificativas para o atraso da capitania do Espírito Santo, e ainda eram para a então província. Era um problema ainda não resolvido. Se para Vasconcellos ele não tem história, e para Costa Rubim ela ainda era obscura, para ambos ainda constituía uma barreira para o descortinar do futuro, fator de desaceleração do tempo, pois não havia desenvolvimento, e a condição de atraso em relação à outras províncias persistia. As soluções para esse problema são propostas por Costa Rubim: catequização e uso da força.

Sobre a situação dos indígenas e sua inserção (ou não) no projeto civilizador engendrado pelo Estado monárquico, os letrados do IHGB promoveram um intenso debate, como vemos nos textos de Kaori Kodama e de Rodrigo Turin. Ambos procuraram pensar nos discursos produzidos pelos letrados oitocentistas a respeito das populações indígenas brasileiras, naquele tempo, foco exclusivo da etnografia. Kodama pensou no discurso etnográfico produzido pelo IHGB a partir da “sobreposição de referências geográficas e históricas”²³⁰, já que o estudo das sociedades indígenas implicava na conformação do território e às noções que se tinha (e se construía) sobre a natureza brasileira. Já Turin analisou a relação entre a formação de um discurso etnográfico e uma “reflexão mais profunda sobre a historicidade da experiência humana”²³¹, de modo que o discurso etnográfico formulava uma representação sobre o tempo do indígena, um tempo distinto do tempo dos letrados dos oitocentos, mas articulado com as mesmas categorias e conceitos, e por isso leva a uma compreensão mais ampla sobre as dimensões de historicidade no Brasil do século XIX. Logo, apesar de ambos os autores discutirem as questões em torno do espaço e do tempo a partir da

²³⁰ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil*. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, p. 33.

²³¹ TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo*. Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 11.

etnografia difundida no IHGB, Kodama enfatiza a dimensão do espaço nacional por evidenciar a estreita relação entre descrição dos indígenas e o conhecimento do território, enquanto Turin se volta para a dimensão do tempo vinculado e refletido a partir da constituição de uma historicidade dos indígenas.

De acordo com Turin, existia uma pluralidade de discursos a respeito das populações indígenas que variavam desde noções sobre sua origem, sua real condição e sua possibilidade de civilização. Autores como Januário da Cunha Barbosa e Machado de Oliveira entendiam que os povos indígenas eram recém saídos do “estado de natureza”, e por isso estavam aptos a serem civilizados. Outros autores, como Gonçalves de Magalhães, consideravam os nativos uma forma caída de civilizações anteriores, e por isso poderiam ser reabilitados.²³²

Tanto na concepção de que os indígenas eram formas primitivas quanto na concepção de que eram decaídos, havia a defesa da catequese como via para inseri-los na civilização, sendo essa a opção mais defendida dentro do IHGB. A religiosidade era entendida como referência maior da civilidade. Para Gonçalves Dias, existiam dois tipos de povos civilizados, um que reúne “formas institucionais e jurídicas, uma tradição artística, indústria e hábitos sociais desenvolvidos”, outro tipo seria o que se vincula ao cristianismo²³³. Segundo Dias, parte dos indígenas brasileiros, os tupis, estava apta para o segundo tipo de civilização, considerado o único verdadeiro. Enquanto para Varnhagen o indígena não poderia ser incluído no projeto civilizador e, por conseguinte, não poderia ser parte do “projeto político de construção do império nos trópicos”, pois o indígena não seria convertível, e não seria capaz de inserir no único caminho que conduz a civilização: o trabalho, entendido como o cultivo da terra e desenvolvimento de indústrias; nas leis para regular as noções de propriedade; e na religião que estabelece as condições morais de sociabilidade²³⁴. A associação entre os três processos é que propiciaria a civilização, e os índios não tinham condições de trilhar esse caminho.

²³² Ibid, p. 50; 55; 57; 62.

²³³ Ibid, p. 114.

²³⁴ Ibid p. 103.

Segundo Kodama, o esforço por vincular as “nações” indígenas espalhadas pelo território à ideia de nação brasileira significava privilegiar com o olhar da etnografia não toda a diversidade de grupos e etnias existentes no Brasil, mas especificamente os tupis, que em meados do dezoito estavam quase desaparecidos e assimilados ao processo de colonização²³⁵. Na escrita da história feita então, o lugar do indígena era mais atrelado à natureza do que a história – nesses textos após a descrição do território e antes do relato sobre o descobrimento estavam os indígenas.

Entre a natureza e a história estava a descrição dos índios, talvez como parte de um e outro, ou como elemento externo a ambos, ou ainda como fator de assimilação entre a natureza e a história, de diálogo e proximidade entre o espaço e o tempo. Nas narrativas de Vasconcellos e Costa Rubim, os nativos são inseridos como o obstáculo a ser superado, o problema que persiste, a causa da continuidade. São inseridos numa história que não é deles, e atuam como fatores antagônicos aos processos de mudança considerados parte do processo de civilização iniciado com a colonização portuguesa. Os índios e a civilização pareciam assumir papéis inconciliáveis.

As noções e formas de inclusão dos indígenas na história e na civilização se associavam as estratégias de inserção (ou não) deles no projeto civilizador protagonizado pelo Estado monárquico brasileiro, onde as possibilidades que se colocavam era a de assimilação ou de extermínio. O Estado fundado a algumas décadas seria o responsável por dar continuidade ao processo de civilização iniciado pela colonização, e para isso buscava nos discursos históricos e etnográficos direcionamentos para a gestão pública. As colocações de Vasconcellos e Costa Rubim colocam o indígena como um problema para o processo de colonização, e logicamente fator de limitação da civilização no Espírito Santo. O recorte espacial, delimitado às terras capixabas, deixa ver a real situação da província em relação aos indígenas: a condição de atraso e de limitada civilização se devia às “hostilidades” indígenas, por isso as áreas de cultivo não se espalhavam e a província não prosperara – e não prosperava. O problema do passado ainda era presente e precisava ser solucionado.

²³⁵ KODAMA, p. 108.

2.3. Narrativas de uma angústia do que ainda não foi

A partir das análises feitas sobre o *Ensaio* e as “Memórias” vimos que a referência conceitual para a construção das narrativas históricas de Vasconcellos e de Costa Rubim se assentam na noção de civilização. Nenhum dos dois autores investe numa definição ou uma delimitação desse conceito, mas o operam associando a uma perspectiva de sobreposição do padrão europeu em suas instituições, vivências, crenças e produções. Evidências maiores de efetivação da civilização seria a expansão das áreas de cultivo e extensão das áreas urbanas – por isso o fomento a agricultura, o surgimento de vilas e construções de igrejas são tomadas como fatos históricos, pois acentuam aspectos de mudança, de aproximação a um ideal civilizatório. Nos dois autores, o maior marco ruptura é o descobrimento, com a chegada dos portugueses. Para Vasconcellos, marca o início da história da província, para Costa Rubim, o início de sua civilização, apesar da relação de correspondência entre os dois termos. A principal característica da época colonial é a capacidade de superação dos portugueses (ou colonos) frente a inimigos em maior número e mais bem armados, como os indígenas e os invasores estrangeiros. No entanto, essas sucessivas lutas limitaram muito o desenvolvimento da província, considerada aquém de suas vizinhas em prosperidade. A terra permanecia sem ser semeada, o sertão continuava intocado, o comércio era restrito, os povoados e vilas eram limitados – o mundo da natureza se impunha ao mundo dos homens, a continuidade prevalecia sobre as mudanças. Sobre a perspectiva da natureza trataremos no capítulo seguinte.

Através do uso do conceito de civilização o passado foi justificado, enaltecido e criticado. A colonização portuguesa foi justificada, as vitórias dos colonos sobre os inimigos mais fortes são enaltecidas, e a dificuldade de promover as mudanças foi criticada. Da mesma forma, o presente foi explicado sob uma ótica pragmática do que ainda estava por ser feito. E o futuro civilizado se afastava a cada horizonte atingido, e a meta de chegar à civilização permanecia sendo uma possibilidade para o futuro. O conceito de civilização situava o Espírito Santo no espaço e no tempo: o território ainda

por ser civilizado marcava o tempo fugido no qual as frustrações com o presente alargavam as esperanças de um futuro melhor.

CAPÍTULO 3

O útil, o agradável e o desagradável: natureza e civilização no *Ensaio* e nas “Memórias”

Este capítulo aborda a natureza na historiografia oitocentista brasileira, e tem por objetivo compreender como o meio natural foi apreendido no *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo* (1858) de José Marcelino Pereira de Vasconcellos e nas *Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo* de Braz da Costa Rubim (1861). Tomadas como esforço metonímico para a compreensão do Brasil do século XIX, busca-se entender o que o discurso historiográfico de/sobre uma determinada região a respeito dos meios físicos e naturais revela sobre as noções de tempo, progresso e civilização. Nas obras de Vasconcellos e de Costa Rubim, a menção ou descrição dos aspectos naturais da província do Espírito Santo sobressaem-se e são parte fundamental de um conjunto de argumentos voltados para explicar as mudanças e as permanências nessa parte do Império. Das colocações a respeito da natureza de uma província específica, as reflexões sobre o país e seu processo histórico adquirem feições mais complexas. Desta forma, vamos refletir sobre as apropriações feitas pela historiografia brasileira do século XIX a respeito do meio natural, e em seguida o *Ensaio* e as *Memórias* serão analisados considerando os três tipos de abordagem que se mesclam nesses textos, a saber: de uma natureza que é útil, agradável e desagradável. Para, a partir daí, pensarmos que tipo de experiência (ou experiências) no tempo se evidencia para a realidade provincial e nacional.

3.1 Natureza e civilização na historiografia do século XIX

Apesar de tanta vida e variedade das matas-úrgens, apresentam elas um aspecto sombrio, ante o qual o homem se contrista, sentindo que o coração se lhe aperta, como no meio dos mares, ante a imensidade do oceano. Tais matas, onde apenas penetra o sol, parecem oferecer mais natural guarida a tigres e aos animais trepadores do que ao homem; o qual só chega a habitá-las satisfatoriamente depois de abrir nelas extensas clareiras, onde possa cultivar os frutos alimentícios ou preparar prados e pastos, que dêem sustento aos animais companheiros inseparáveis da atual civilização. Ainda assim, o

braço do homem, com auxílio do machado, mal pode vencer os obstáculos que de contínuo encontra na energia selvagem da vegetação.²³⁶

No trecho acima, parte da “Descrição geral do Brasil” feita por Francisco Adolfo Varnhagen, os dilemas que dizem respeito a natureza brasileira aparecem com contornos de exultação, temor e expectativa. A exultação pela grandiosidade da natureza foi na primeira metade do século XIX um dos argumentos que mais sustentavam os discursos otimistas a respeito da nação. Mas a passagem acima deixa a exultação para um segundo plano logo no início com o uso da conjunção (“apesar...”). Com tanta variedade e tanta vida, o homem diante de tal grandiosidade tende a se tornar pequeno, e fica tão limitado, que mesmo com árduo trabalho “mal pode vencer os obstáculos”. A empolgação cede ao desânimo, a exultação ao temor. O agradável torna-se desagradável.

Mas o alento vem numa passagem posterior:

Mas ânimo! Que doma a indústria humana! Cumprir à civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau. Tempos houve em que nalgumas das terras, hoje cultivadas ou povoadas de cidades na Europa o feroz urso se fazia temer...E o lobo carniceiro surpreende e devora ainda ovelha descuidada pelo rafeiro do pastor; e a peçonhenta víbora, e os lacraus e as tarântulas, e as nojentas osgas e salamandras, ainda se não extirparam dos mais belos jardins das penínsulas pelas águas do Mediterrâneo...²³⁷

Cabe ao homem se sobrepor às adversidades impostas pelo meio, suprimindo o mau e aprimorando o bom. E assim, tanto o que agrada quanto o que desagrada devem ser revertidos ao domínio da “indústria humana”. Tal como os europeus conseguiram dominar a sua realidade natural por meio de sua civilização, o mesmo acontecerá no Brasil. Quando Varnhagen destaca a riqueza do solo e aos portos favoráveis ao comércio deixa ver que, independente de ser agradável ou desagradável, a natureza deve

²³⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil*: antes da sua separação e independência de Portugal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1978, p. 16. (Não há trecho correspondente a esse na 1ª edição publicada em 1854, mas as noções sobre a natureza grandiosa, densa e obscura aparecem em toda a descrição feita por Varnhagen).

²³⁷ Ibid. Esse trecho na 1ª edição encontra-se assim: “Mas animo! que tudo doma a industria humana! Cumprir á civilização aproveitar ainda aperfeiçoar o bom, prevenir ou destruir o máu. Tempos houve, em que n’algumas das terras, hoje cultivadas ou povoadas de cidades na Europa, o feroz urso se fazia temer... E o lobo carniceiro surpreheende e devora todavia a ovelha descuidada pelo rafeiro do pastor; e a peçonhenta víbora, e os lacraus e as tarantulas, e as nojentas osgas e salamandras, ainda se não extirparam dos mais bellos jardins das penínsulas banhadas pelas águas do Mediterrâneo”. Portanto não há diferença de sentido. (VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Laemert, 1854, p. 96.

se converter aos interesses do homem e da civilização. Mas essa conversão ainda era uma realidade distante do Brasil oitocentista. O bom ainda não fora aprimorado, e o mau não fora subjugado. O dissabor ampliava-se quando o parâmetro de comparação, o modelo a ser seguido, estava tão distante da realidade brasileira – as muitas milhas de distância que por águas separavam o Brasil da Europa, pareciam ser mínimas se comparadas ao nível de desenvolvimento – aqui podendo ser entendido como a imposição do homem sobre o meio convertendo-o em prosperidade, algo evidenciado na expansão dos espaços urbanos e das áreas de cultivo. E assim, é provável que o agradável tornava-se desagradável por não ser devidamente útil. Se a realidade de prosperidade vista na primeira metade do século XIX decepcionava²³⁸, o otimismo passava a ser projetado para um futuro.

A expectativa de um futuro próspero e civilizado conduzia a novas experiências no presente. Para saber tudo o que o Brasil poderia ser, era preciso conhecê-lo em sua diversidade natural e dimensão territorial – como dissera Varnhagen “hoje em dia um dos Estados de maior extensão no globo, de cuja superfície terrestre abrange aproximadamente a décima quinta parte”²³⁹ – surgia a necessidade de desbravar a potencialidade do território, e a historiografia produzida no século XIX não se furtou a, de algum modo, fazê-lo.

Quando da fundação do IHGB, ainda na primeira metade dos oitocentos, predomina uma visão bastante motivadora sobre a natureza brasileira. Esta visão aparece nos relatos em geral, e afirmam a fertilidade do solo brasileiro, a beleza de suas matas e a abundância de animais, rios e minas. São apresentadas também várias formas de aproveitamento desses recursos. Não obstante, a grandiosidade da natureza brasileira despertava certo temor, pois diante da suntuosidade e poder da natureza, o homem poderia ser subjugado. O cenário natural maravilhoso do Brasil precisava ser domado e

²³⁸ Na análise feita por Arno Wheling sobre a obra de Varnhagen, os fatores naturais aparecem em várias situações como adversos e difíceis à colonização portuguesa. As dificuldades em relação ao meio físico (muitas vezes atrelada à resistência indígena) foram muito maiores para os portugueses do que para os espanhóis e ingleses. Entendia o meio natural como desfavorável, mas enaltecia os portugueses por terem se imposto heroicamente à natureza hostil. Mas, mesmo assim, de modo geral há uma valorização do espaço e da natureza, mas sempre ressaltando as dificuldades para dominá-los. Ver: WHELING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 158; p. 70.

²³⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1978, P. 13.

submetido ao controle dos homens. Muitas vezes, a grandiosidade da natureza diminuía o homem e fazia-o se perder. Impera uma visão ambígua sobre a natureza, embora a visão positiva sobreponha-se a visão negativa.

Eram evidentes as probabilidades de sucesso proporcionadas por uma natureza tão rica e variada, mas também era certo o temor sobre o desconhecido e sobre a falta de controle do homem para com a natureza. Mas, no século XIX a natureza por si só não representava algo bom ou ruim para a sociedade, o trabalho realizado sobre ela é que levaria ao progresso. O empreendimento humano pela transformação dos recursos naturais em prol dos seus interesses é que converteria a natureza da situação de possibilidade de futuro próspero para uma situação de realidade. Fato possível, como pensavam os homens oitocentistas, também com o auxílio da ciência. O tripé ciência, natureza e trabalho seriam os elementos necessários para desenvolver o Brasil²⁴⁰. As riquezas naturais só são elementos do progresso quando atreladas às ações humanas, no caso o trabalho e a ciência.

Para a historiografia brasileira oitocentista, a natureza emerge como agente de coesão nacional. Tão certos de que pensar o tempo dos brasileiros, era inevitavelmente pensar o seu espaço. Mais do que isso, era valorizar este espaço em suas configurações locais, paisagísticas e naturais. Tanto para o orgulho nacional, quanto para a utilidade nacional. Os textos produzidos no seio do IHGB, ou sob o seu aval, desenhavam uma natureza capaz encantar os compatriotas e os estrangeiros, uma natureza que é cenário e condicionante dos acontecimentos históricos. Mas que também assinalava o futuro nacional, com seus desafios e sucessos.

Aspectos perceptíveis já, em meio ao contexto da fundação do IHGB, no discurso de Januário da Cunha Barbosa, quando expunha a necessidade e importância da constituição de uma história nacional, dizendo:

[...] nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria e os nomes dos seus melhores filhos; nós vamos assinalar com possível exatidão o assento de suas cidades e vilas mais notáveis, as correntes dos seus caudalosos rios, a área dos seus campos, a direção das suas serras, e a capacidade dos seus inumeráveis portos. [...]²⁴¹

²⁴⁰ BARBATO, 2009, p. 111.

²⁴¹ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *RIHGB*, t. 1, p. 9-17, 1839, p. 12.

A missão de conhecer o Brasil em sua dimensão temporal e espacial era complementar. Conhecer o território significava conhecer suas potencialidades e possibilidades. A exatidão das localidades, dos rios, dos campos, das serras – discurso que aponta para um rigor na coleta e avaliação das informações. E nesse processo, tratar da história nacional é também tratar da sua geografia, e para o que nos interessa, é também falar das condições naturais. Dito de outra forma: construir um discurso histórico envolve a construção de um discurso sobre a natureza. Tempo e espaço eram indissociáveis no erigir da história nacional, para Barbosa. E essa história a ser levantada pode se voltar para a luta pela defesa da “nossa fortuna” contra os inimigos externos invejosos, ou pode se voltar para as riquezas das matas, das minas, para os grandes campos e serras, rios e baías, “variedades e pompas dos seus vegetais, abundancia e preciosidade de seus frutos, pasmosa novidade de seus animais”, não se esquecendo da “benignidade de um clima que faz tão fecundos os engenhos”²⁴². A natureza já se afirma aqui como força nacional. Se em algumas linhas anteriores Barbosa já afirmara a importância de uma história que fosse geral, e que não atendesse às particularidades das províncias, ele lança aqui um dos elementos fundamentais para dar a liga à biografia da nação. Para ele, a natureza nacional é motivo de orgulho por ser rica, abundante, variada e benigna. Já no discurso de fundação da instituição que traria para si a legitimidade sobre a constituição e avaliação dos constructos históricos do país, os recursos naturais figuram como elementos de afirmação da nacionalidade nascente.

Segundo Janaina Losada²⁴³, a natureza foi referenciada no IHGB como ordem das coisas e como meio natural, atravessando várias camadas de pensamento do século de XIX e dos séculos anteriores²⁴⁴, a necessidade de conhecer o território vinha da

²⁴² Ibid, p. 13.

²⁴³ Em sua tese de doutorado, Janaina Zito Losada se volta para a análise das publicações da Revista do IHGB até 1896 que tratam da natureza, buscando compreender as ideias e sentimentos expressos, e como isso foi usado para a construção da história nacional. Ver: LOSADA, Janaina Zito. *A paixão, a natureza e as ideias da História: o IHGB no século XIX*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2007.

²⁴⁴ Para o bem ou para o mal, os relatos dos viajantes dos séculos anteriores, e mesmo os viajantes do início do século XIX, repercutiam nas percepções e descrições que estavam sendo feitas e nas que ainda estariam por se fazer. Perdurava ainda a complexa apropriação da imagem de si a partir do olhar do outro²⁴⁴. Os relatos dos viajantes “apontam modos como as culturas se olham e olham as outras, como estabelecem igualdades e desigualdades, como imaginam semelhanças e diferenças, como conformam o mesmo e o outro”, como disse Ana Maria Belluzzo em “A propósito dos Brasil dos viajantes” (publicado na *Revista USP*, vol. 3, 1996). A natureza é o tema mais corrente nos relatos de viajantes, e estes se mostram atraídos pelos animais e vegetações estranhos e exóticos. Ao longo dos séculos XVII e XVIII os viajantes procuravam agrupar os seres da natureza em ordens científicas de conhecimento do universo. Enquanto no século XIX as idealizações paradisíacas, visões da floresta frequentada pelo homem

importância de conduzi-lo aos rumos da civilização. A escrita da história da Revista do IHGB

[...] traz a experiência e o exercício da erudição do inventário, a sensação de fazer uma coleção do passado e sobre ele deitar raios de luz. Um tempo no qual se pretendia construir um passado honroso, repleto de grandes nomes, grandes descobertas e uma surpreendente natureza.²⁴⁵

A intenção era dar à nação uma imagem do seu passado baseada numa tradição capaz de ligar passado, presente e futuro. No contexto de fundação do IHGB, a história deveria mostrar uma nação de lugares, riquezas naturais, animais e plantas; na falta de uma nação de homens ilustrados, homens dedicados ao trabalho já valeriam²⁴⁶, por serem capazes de transformar as referidas riquezas naturais em riquezas nacionais para a condução nos trilhos da prosperidade e do progresso.

Em muitas publicações do IHGB, a percepção de uma natureza sublime e descomunal confunde-se com a ideia do próprio Criador. Visões teológicas, utilitárias, românticas e predatórias convivem e interagem nas formulações existentes sobre a natureza. Ora apresentado como obstáculo ao progresso, ora como meio para atingi-lo, o meio natural

“natural” são novamente revividas por artistas românticos. A importância que adquirem as informações sobre as espécies naturais, território e paisagem pode ser estimada pela sua valorização artística.

Segundo Leyla Perrone-Moisés em artigo publicado em 1996 pela *Revista USP*, desde o século XVI viajantes franceses relataram uma terra de beleza, fertilidade e alegria. A visão sobre os bons ares e a boa impressão sobre os habitantes é unânime, impressão somente colocada em dúvida diante do temor causado pela antropofagia. Em momento nenhum viajantes como Gonneville, Thevet e Léry evocaram o mito do paraíso terrestre, mas predominou o encantamento e o fascínio pelas plantas, e paisagens, a variedade e a densidade da natureza. Outros tantos viajantes se esforçaram pela coleta tropical, arriscando suas vidas em meio à dificuldades e privações extremas num contexto desconhecido, e adverso do europeu. Mesmo assim, por séculos as riquezas tropicais brasileiras vinham despertando a atenção de naturalistas. As verdes florestas, os animais e plantas desconhecidas para a ciência, trepadeiras gigantes e borboletas, a magnífica paisagem, os povos indígenas— tudo isso atraía a atenção de viajantes, colecionadores e cientistas estrangeiros, segundo Janet Brownie (Coleta de história natural e tradição da biogeografia. In: [História, Ciências, Saúde-Manguinhos](#), vol 8, suplemento, Rio de Janeiro, 2001).

Muitos viajantes relataram o caráter edênico das terras brasileiras, por seu caráter pródigo e generoso. Gândavo e Rocha Pitta as assemelhavam ao paraíso terrestre. Os portugueses que vieram nos séculos XVI e XVII enalteciam as terras e o clima, o mesmo ocorreu com os franceses do mesmo período. Mas em muitas passagens o clima era atrelado a doenças e animais peçonhentos. Houve a tendência a edenização, mas essa visão não foi exclusiva. Até porque as percepções sobre a natureza tropical nunca foram unânimes. No início do século XIX as muitas teorias produzidas inferiorizavam os trópicos e o condenavam, com seus habitantes, a ocupar um lugar secundário entre as grandes nações (BARBATO, Luis Fernando Tosta. *Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889)*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas-SP, 2011)

²⁴⁵ LOSADA, Op. Cit., p. 41.

²⁴⁶ Ibid, p. 45.

figurava-se como paisagem, arrebatamento e fascínio, mas principalmente enquanto discurso da história²⁴⁷.

As descrições voltavam-se, principalmente, para as questões da lucratividade, do Estado e do poder²⁴⁸. Da natureza viriam os recursos necessários para a efetivação do progresso e a inserção do Brasil no patamar das nações civilizadas. O pragmatismo justificava o discurso, e o romantismo lhe dava feições, e ambos se fundiam nas publicações do IHGB²⁴⁹. Vistos como propulsores da industriabilidade, de fonte de medicamentos, de usos para a alimentação ou vestuário, os elementos naturais também eram enaltecidos por sua beleza e valor de ornamento. Os conhecimentos da natureza nacional instituem o inventário da riqueza a disposição da nação para seu sustento e desenvolvimento de sua população²⁵⁰. A beleza e a utilidade da natureza marcaram os olhares e os discursos a seu respeito, mas não somente por olhares de encantamento. Nas publicações do IHGB, ocorre a exaltação do mundo natural brasileiro, reconhecidamente grandioso, mas justamente por ser grandiosa essa natureza despertava certo temor. Havia o receio de o homem acabar sendo dominado pelo ambiente. Existia o medo do desconhecido e da falta de controle, daí a necessidade de fazer o território nacional com sua natureza ser conhecido e de o homem controlar essa natureza. O trabalho realizado sobre a natureza é que levaria ao progresso²⁵¹.

Ao se debruçar sobre a produção historiográfica do IHGB, entre os anos de 1838 e 1857, Manoel Salgado Guimarães esclarece como a história participou do ensejo de afirmação do Estado nacional e de construção da nação²⁵². E destaca que a identidade de uma nação denota também o conhecimento dos elementos físicos e geográficos do Estado, por isso muitas publicações e pesquisas de relevância abordavam tais temáticas, principalmente, a questão das fronteiras – o que era fundamental para um Estado que ainda se construía, por dar contornos exatos da soberania nacional. Por meio da leitura

²⁴⁷ Ibid, p. 80.

²⁴⁸ Ibid, p. 85.

²⁴⁹ Ibid, p. 157.

²⁵⁰ Ibid, p. 180.

²⁵¹ BARBATO, Luis Fernando Tosta. Os perigos do paraíso: a visão trágica da natureza brasileira no século XIX. *Anais do V Encontro de História da Arte*. Unicamp. Campinas/SP, 2009.

²⁵² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 158.

de relatórios de viagens é perceptível o interesse em levantar conhecimentos sobre as diversas regiões do país: a atenção não se voltava somente para rios e montanhas, mas para as possibilidades de exploração e aproveitamento econômico, assim como para a realidade dos índios na respectiva região. Tais relatórios de viagens evidenciam a pretensão de integração político-administrativa e a devida exploração da infraestrutura do país, o que era dificultado pela precariedade do sistema de estradas que impunha duras dificuldades para efetuar a ligação entre as províncias e a capital do novo Estado²⁵³. As várias descrições de viagem para o interior do Brasil publicadas na Revista do Instituto pretendiam, segundo Guimarães, tornar conhecidas as regiões inexploradas do país para estabelecer rotas para a sua exploração econômica e viabilizar a integração política, contribuindo para a consolidação do Estado nacional.

A historiografia oitocentista não tinha como meta fazer da sua percepção de natureza o centro das atenções, mas se voltava para o mundo do homem, já que “os desejos da civilização deixavam expresso o distanciamento do mundo da natureza e o IHGB o tomava como paisagem, recurso e ciência”²⁵⁴. A partir de tais intenções surgem então uma explosão de referências sobre o meio natural envolvendo os reinos animal, vegetal e mineral, sobre as produções e as topografias, descrições da flora, e de jacarés, de minas e matas e plantações. Referências estas usadas como sustentáculo na formação do país, marcada pelo apoio exaustivo ao meio natural a partir da produção de uma imagem idealizada. O desejo de fundar uma nação levou os indivíduos a descreverem o império belo, cheio de flores e frutos, mapeado, inventariado. Talvez com a intenção de eliminar o risco da imprevisibilidade da natureza e as limitações à civilização advindas de tais riscos. Nesse processo, os viajantes se empenhavam em transpor montanhas e rios, cortar árvores, transportar sementes, domesticar as feras, e escreviam os relatos desses processos; o dia a dia transcrito nos diários traziam sensações e sofrimento. A descrição da paisagem natural “através do exótico e do desejo pelo rigor evocava uma tradição

²⁵³ Ibid, p. 160.

²⁵⁴ LOSADA, Janaina Zito. A natureza brasileira oitocentista: ideias e histórias nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Anais do XXVI do Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011, p. 1. Consulta ao site: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308171635_ARQUIVO_LOSADA,Janaina.Anaturez-anahistoriografiabrasileiraoitocentistaANPUH2011corrigido.pdf. Dia 16 de janeiro de 2014.

romântica, onde o culto à natureza fundamentava o culto a nação²⁵⁵.

Os discursos sobre a natureza eram em geral marcados pelo raciocínio ilustrado, racionalista e utilitário, o esgotamento da natureza era impensável ao homem oitocentista. As descrições são conduzidas pela necessidade de explorar os recursos, aprofundar os veios e retirar a riqueza. Em muitos discursos a natureza brasileira surgia como pródiga e os indivíduos limitados. A natureza riquíssima era subutilizada pela falta de gente esclarecida o suficiente para explorar a dita riqueza²⁵⁶.

Do todo modo, a paisagem nacional precisava ser mapeada e apresentada aos integrantes do Império, e principalmente para aqueles dispostos a organizarem o Estado e definirem os contornos da nação. No processo pela busca por tais contornos ocorre uma relação um tanto complexa com a realidade europeia: o afastamento e a aproximação contrapõem-se e permeiam-se num arrolamento de ideias protagonizadas pelos discursos sobre a natureza. Os contornos da nação consistem nos elementos identitários nacionais capazes de construir uma alteridade em relação à Europa, ao mesmo tempo essa alteridade é relativizada pelo desejo civilizar a nação. O afastamento se dá pelo ensejo de se afirmar perante as nações civilizadas, diferindo-se delas. As descrições do Brasil são carregadas de idealizações, nas quais o exotismo surge como recurso, discussão bem colocada por Eduardo Cardoso²⁵⁷. O exótico se liga ao encanto ou fascinação pelo não familiar, possibilita pensar a alteridade para o europeu e a identidade para o americano²⁵⁸. A dessemelhança imposta pela alteridade leva a crítica e formação da identidade. Nas obras dos viajantes europeus, a natureza americana representa o ‘outro’, pois ocorre a ênfase no que especificamente a América não é, ou seja, ela não é a Europa, e assim animais, plantas, clima e paisagens diversas são carregados de fascínio e estranhamento. Mas, nas obras do século XIX, viajantes,

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Ibid, p. 6.

²⁵⁷ Num texto em que se volta para os usos do recurso narrativo denominado *cor local* na historiografia brasileira do século XIX, Eduardo Cardoso ressalta o quanto esse recurso foi fundamental para a construção do argumento historiográfico, pois atua como elemento de comprovação da escrita da história ao valer-se da retórica-pictórica. Além disso, contribui para a delimitação da nacionalidade ao fornecer critérios de identificação pertinentes ao Brasil. Desta forma, Eduardo Cardoso, utilizando-se de Todorov, discute os recursos conformados para a construção do exotismo na historiografia oitocentista. CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica-pictórica na historiografia nacional*. Dissertação de Mestrado, UFOP, Mariana-MG, 2012.

²⁵⁸ Ibid, p. 60.

literatos e historiadores preocupados em destacar os elementos nacionais constroem ideias assentadas na natureza e na paisagem brasílicas que remetem à noção de ser a Europa o ‘outro’, pois há o empenho em valorizar a especificidade do Brasil, mas trata-se do ‘outro’ próximo, exemplar. O Velho Mundo está onde o Brasil almeja chegar, a Europa é ideal, pois é civilizada²⁵⁹.

O afastamento é então relativizado, porque ser diferente da realidade europeia significa também ser diferente da civilização. Por vezes, os discursos sobre a natureza brasileira são construídos em relação à noção de civilização, onde a pujança natural adquire relevância pela possibilidade de ser domada e se converter em benefício dos homens – algo já efetivo da Europa. Vigorava entre os letrados brasileiros do século XIX a perspectiva de ser o Velho Mundo modelo, auxílio, capaz de oferecer experiência, meios e braços. A imaturidade (confessada) brasileira só poderia ser superada à luz da Europa, essa era uma convicção sólida já que era constantemente repetida pelos brasileiros dezanove²⁶⁰.

Seria algo como o dito por Márcia Naxara: “ao projetar o desejo de parecer, projeto o desejo de ser”²⁶¹. Mas o querer ser como a Europa e não o ser provocaria nos homens oitocentistas do Brasil um conjunto de percepções provocadas pelo fato de a Europa não ser simplesmente diferente, ela é melhor. Desejo e realidade tornam-se inconciliáveis. Principalmente, pelo fato de considerarem estar fora da civilização significar estar fora também da história, do que merece ser registrado para a posteridade²⁶².

Em “Como se deve escrever a história do Brasil”, texto vencedor do concurso promovido pelo IHGB, Karl Philipp von Martius atenta para a importância de explicar os acontecimentos históricos pela particularidade do solo habitado pelo homem. E prossegue, “quão diferente é o Pará de Minas! Uma outra natureza, outros homens,

²⁵⁹ Ibid, p. 69.

²⁶⁰ ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação da literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 118.

²⁶¹ NAXARA, Márcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (re) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª edição. Campinas; São Paulo: Editora da Unicamp, 2004, p. 428.

²⁶² Márcia Naxara diz ainda que esse ideal de civilização imaginado gerou ao longo dos séculos XIX e XX um sentimento de impotência diante da impossibilidade de alcançá-lo. Ibidem.

outras precisões e paixões, e por conseguinte outras conjunturas históricas”²⁶³. Eis o paradoxo: se na fala de Barbosa a natureza é agregação nacional, em Martius ela surge como evidencia de aspectos regionais, e por isso fragmentária. A natureza do lugar imputa precisões e paixões específicas nos homens, e aspectos diferentes na sua história. A natureza determina a história. Mas em seguida Martius explica. A diversidade das regiões não é bem conhecida pelos brasileiros. O historiador deve conhecer as particularidades históricas e naturais das diversas províncias, “para dar úteis conselhos a administração”, e fazer com que os habitantes espalhados pelo território se identifiquem com a história a ser escrita. Além disso, as descrições das particularidades locais da natureza seriam capazes de despertar o interesse do leitor das diferentes partes do país e do leitor europeu²⁶⁴.

No transcorrer do debate sobre a questão etnográfica no IHGB, segundo Kaori Kodama, os índios foram destacados por seu conhecimento da natureza do Brasil, e foram associados a ela. E tanto a natureza como os índios foram enaltecidos como características próprias da identidade brasileira, como elementos determinantes na reformulação dos sentidos de “brasileiro”. A paisagem natural passou a ser utilizada pela elite letrada como elemento que desce base para a definição do que de fato é nacional. A paisagem configurava-se como base para uma nação que ainda se definia e por si só fornecia argumento para o discurso de grandeza e unidade nacionais – tal discurso se valeu de inúmeras descrições de naturalistas e viajantes. No entanto, havia a falta de um conhecimento geográfico mais preciso. Delinear e esquadrihar de maneira eficaz o território tornaram-se iniciativas primordiais para a efetivação de um projeto que constituía o espaço territorial como contínuo, no qual a natureza dava legitimidade para a unidade nacional. E o discurso sobre a natureza tinha força persuasiva, pois além de se firmar em discurso científico, era capaz de indicar a riqueza de uma determinada região e de reafirmar o seu valor simbólico. Os discursos que se valiam de elementos da natureza eram de teor político visando fortalecer a ideia de unidade. Assim como o índio sustentava o mito de origem da nação brasileira, o conhecimento geográfico dava

²⁶³ MARTIUS, Karl Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. 1845, p. 400.

²⁶⁴ Ibid, p. 401.

força ao mito da unidade do território nacional, de tal forma que a unidade territorial era tida como produto direto da própria natureza.²⁶⁵

O anseio por conhecer a complexa realidade de um país com proporções continentais aponta a necessidade de estudos sobre as diversas regiões que o compõem, é nesse contexto que surgem as corografias. A apreensão sobre a dimensão espacial brasileira enquanto subterfúgio para a construção de uma escrita da história foi discutida por Adriana Mattos Macedo²⁶⁶. Percebe-se por meio dos textos históricos produzidos pelo IHGB a preocupação com a fundação de uma origem para a história nacional através de ‘marcos iniciais’, como o descobrimento do Novo Mundo e a independência em relação a Portugal, e tanto nesses marcos iniciais quanto no desenvolvimento dos vários acontecimentos que marcaram a história nacional as informações sobre os espaços em que ocorrem tais acontecimentos acabam tendo finalidade claramente política: a de afirmação do poder central, localizado no Rio de Janeiro, sobre as diversas localidades descritas, com seus aspectos físicos e naturais. “As narrativas presentes nas corografias produzidas no século XIX, buscam na História o papel de significar temporalmente a

²⁶⁵ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

Os discursos científicos sobre a natureza foram carregados de ideias e noções por vezes contraditórias, mas permitem possibilidades de usos para fins políticos e ideológicos. Cultura, história, natureza e território interagem-se no processo de construção das identidades nacionais. Sobretudo porque a natureza é capaz de instigar a identidade e a alteridade, desenhar o território e definir as fronteiras. Por isso se justifica o fato de nas produções historiográficas dos Oitocentos as descrições sobre o território terem adquirido relevância notável. Vemos essa reflexão em: MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: EDUNESP, 1997; KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, volume 23, nº 37, Belo Horizonte, Janeiro-Junho, 2007; MACHADO, Lia Osório. A questão da unidade territorial do Brasil. *Anais de 8º Encontro Nacional de Geógrafos*, vol. 2, Salvador, AGB, 1990; PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. IFCS-UFRJ, Programa de Pós-graduação em História Social, 2005. Tese de doutorado; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. *Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil*. *Revista Urutágua*, nº 15, Abril-Julho, 2008, Maringá-PR. Extraído de: www.urutagua.uem.br/015/15oliveira.doc. Consulta no dia 17/01/2014, as 18 horas; CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico. In: *Ágora*, Santa Cruz, vol. 11, nº1, jan-jun. 2005; CARLOS, Lilian Beatriz. *Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Vale do Sinos, São Leopoldo, 2008, p. 27.

²⁶⁶ Em sua dissertação de mestrado, ela procurou pensar os usos das corografias na prática da escrita da história no século XIX brasileiro, pois estas corografias constituíam uma das formas de representação do território brasileiro (através dos quadros e descrições da natureza) por meio de suas relações com a história, e surgiam como uma possibilidade de afirmação do regime monárquico. MACEDO, Adriana Mattos. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2007. Disponível no site: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=115258.

espacialidade conferindo um caráter simbólico, político e pedagógico à ideia de construção da Nação²⁶⁷, entendendo aqui as corografias como textos com múltiplas feições voltados para os aspectos regionais ou locais, tratando das descrições do espaço, da natureza e da história. As corografias relacionam o passado da colonização e da civilização brasileira com as características físicas de um lugar, expressam a preocupação latente nos sócios do IHGB em tornar o conhecimento acerca do passado e da natureza brasileira objetivo e racional²⁶⁸. A geografia assumia um papel fundamental para a escrita da história. As corografias refletem o esforço empreendido pelo IHGB de memorização dos eventos e dos lugares da pátria, por meio da catalogação e inscrição dos elementos naturais e humanos no quadro da civilização brasileira.

Nos textos produzidos pelos sócios do IHGB a natureza aparece regida pelos desenvolvimentos da história, é ela que encaminha a mudança das paisagens, dos cenários naturais e que modifica e estabelece os limites e as fronteiras. Vê-se nas descrições da natureza e na catalogação de seus elementos a possibilidade de inserção do país entre as nações civilizadas, mostram possibilidades para o presente e para o futuro²⁶⁹. O controle e compreensão sobre os eventos humanos e as características da natureza são uma forma de garantir certas continuidades políticas. A associação entre elementos naturais temporais e espaciais cumpre em grande parte das produções oitocentistas a função de inventariar as produções naturais ao lado das descrições dos mais notáveis acontecimentos da nação, desta forma escrita da história e elementos naturais (pouco conhecidos) da nação se associam numa visão utilitária, herdeira da filosofia das Luzes²⁷⁰. Por isso, em tantos textos aparece a preocupação com o melhor aproveitamento de rios, florestas, matas, agricultura e produções naturais diversas, pois

²⁶⁷ Ibid, p. 11.

²⁶⁸ Ibid, p. 19.

²⁶⁹ Ao discutir a interação entre o conhecimento geográfico e o conhecimento histórico no *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará* de Raimundo José da Cunha Mattos, Kaori Kodama mostra a grande preocupação em catalogar dados, ocorre a preocupação em construir um conhecimento prático sobre o território e baseado na experiência. Num esforço de se fazer conhecer o vasto território e mostrar os níveis de desenvolvimento das várias regiões. Cunha Mattos fala da miséria dos sertões, o quanto a agricultura é negligenciada, mas na sua trajetória fazer conhecer o sertão equivale a incorporá-lo ao centro, o Rio de Janeiro, submetendo-o. KODAMA, Kaori. Entre a experiência e o registro: o conhecimento geográfico e histórico no *Itinerário do Rio ao Pará...* de Raimundo José da Cunha Mattos. In: LESSA, Mônica Leite, FONSECA, Sílvia Carla P. de B. *Entre a Monarquia e a República*. Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

²⁷⁰ MACEDO, 2007, p. 29

suas descrições e apontamentos serviriam tanto para o conhecimento sobre o Brasil, como também destacavam as principais questões presentes na sociedade e a forma de resolvê-las.

Conhecer a região e suas produções surge como ferramenta fundamental para avaliar o desempenho da indústria e economia, e traçar o desenvolvimento da civilização em nível local e nacional. A construção da ideia de região nos textos do século XIX produzidos no Brasil, como as corografias, a denota como “preenchida por marcas naturais e eventos históricos na qual a elite imperial pudesse exercer seu controle político e administrativo”²⁷¹. O conhecimento do território se assentava em interesses políticos marcados pela garantia da unidade nacional e do fortalecimento do Estado monárquico, com sua elite da Corte. Em meio a vastidão do território brasileiro, o conhecimento a respeito das regiões tornava-se, no século XIX, o conhecimento do próprio espaço nacional, cujas informações eram demasiadamente limitadas. Assunto de amplo interesse político, pois conhecer o território nacional remete a um saber que é próprio da nação, isto é, lhe confere identidade, ao mesmo tempo apontando para as possibilidades de usos das riquezas naturais para o progresso dessa nação.

As corografias foram expressões maiores do esforço pelo conhecimento das regiões, e por conta disso foram tão constantemente estampadas na Revista do IHGB. Revelam descritivamente as características naturais, econômicas e históricas das várias províncias. O que também é perceptível no *Ensaio* de Vasconcellos, e nas *Memórias* de Costa Rubim, mesmo que esses textos não tenham se colocado como corografias, mas por se tratarem de obras voltadas para a escrita do passado de uma região em específico, no caso a Província do Espírito Santo, as descrições e o cenário natural articulados com as narrativas vinculam o espaço e o tempo na abordagem do meio. Cabe, aqui, refletir se o discurso histórico se valeu dos discursos sobre a natureza para justificar as mudanças e as continuidades, ou se os discursos sobre a natureza atrelam-se de tal forma ao discurso histórico a ponto de tornam-se indissociáveis.

Podemos inferir, portanto, que o útil, o agradável e o desagradável mesclavam-se nos discursos sobre a natureza brasileira. De forma que o meio natural se inseriu no saber histórico do século XIX brasileiro sob as seguintes perspectivas: 1) Numa visão

²⁷¹ Ibid, p. 60.

romântica de exaltação da natureza, o otimismo sustentava um encantamento servindo como recurso para a constituição e consolidação da identidade nacional; 2) Numa visão pragmática na qual a natureza era o caminho para a prosperidade da nação, para isso o emprego da ciência e do trabalho converteria os recursos naturais em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, dentro dessa perspectiva pragmática e utilitária, a natureza surgia como estratégia de conformação do território para o fortalecimento da unidade nacional e a consolidação de um projeto político a ele articulado; 3) Numa visão temerosa que chamava a atenção para a força da natureza e fraqueza do homem, desenhando assim um futuro de incertezas onde o desafio de o homem se impor ao meio tornava-se uma tarefa tão urgente como necessária.

3.2. Natureza e civilização no *Ensaio* e nas “Memórias”

Em meio a vastidão do território brasileiro, o conhecimento a respeito das regiões tornava-se, no século XIX, o conhecimento do próprio espaço nacional, cujas informações eram demasiado limitadas. Assunto de amplo interesse político, pois conhecer o território nacional remete a um saber que é próprio da nação, isto é, lhe confere identidade, ao mesmo tempo apontando para as possibilidades de usos das riquezas naturais para o progresso dessa nação. As expressões maiores desse duplo interesse foram as corografias, tão constantemente estampadas na Revista do IHGB, por revelarem descritivamente as características naturais, econômicas e históricas das várias províncias.

Tomando o *Ensaio histórico e estatístico da província do Espírito Santo*, escrito por José Marcelino de Vasconcellos, e as *Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo*, escrita por Braz da Costa Rubim, percebe-se uma semelhança com as corografias. No entanto, estas obras se voltam prioritariamente para a história de uma determinada região – no caso a província do Espírito Santo. Veremos que o conhecimento das características naturais e territoriais da província do Espírito Santo, bem como seus usos, aponta para os elementos justificadores da situação então presente e para recursos que possibilitam seu progresso futuro.

As terras capixabas desde os séculos anteriores eram enaltecidas, como mostra Vasconcellos²⁷². Padre Manoel da Nobrega quando este em uma carta em 1560 dizia: “Esta capitania se tem por a melhor coisa do Brasil depois do Rio de Janeiro”. Mém de Sá expressou ao rei o desejo de fundar uma cidade real no Espírito Santo. Varnhagen, em sua *História do Brasil*, disse que se a colonização tivesse caminhado com mais gente e com maior participação de capital da coroa (como ocorreu com o Rio de Janeiro e a Bahia), a província do Espírito Santo seria hoje uma das mais ricas do Brasil; o Padre Antônio Pires escrevia em 1551 que o Espírito Santo era “a terra mais abastada e melhor de toda esta costa”; Affonso Braz enaltecia o solo fértil. Encerra essa série de citações de tantos que reconheceram as riquezas e potencial capixabas com a seguinte frase: “Affonso Braz, engrandecia a fertilidade do solo, e acompanhava a opinião que até hoje não foi destruída”²⁷³.

Várias questões surgem a partir do *Ensaio* de Vasconcellos e das *Memórias* de Costa Rubim: como a natureza regional foi apreendida enquanto argumento historiográfico; qual é a pertinência do meio natural para o desenvolvimento da província, buscando saber em que nível se processava tal desenvolvimento? Como (e se) as descrições da natureza conferem especificidade regional à província? Qual a relação entre natureza e civilização, ou entre o homem e a natureza, perceptíveis nestas obras? Disso trataremos daqui para frente.

3.2.1. O agradável: percepções e apreensões sobre a natureza

Vasconcellos descreve a província do Espírito Santo destacando suas amplas e múltiplas riquezas naturais: variedades de madeiras para a construção e marcenaria²⁷⁴; a diversidade de plantas e animais²⁷⁵; a fertilidade do solo²⁷⁶; riquezas minerais²⁷⁷; areis

²⁷² VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira de. *Ensaio histórico e estatístico da Província do Espírito Santo*. 1858, p. 34-35.

²⁷³ Ibid, p. 35.

²⁷⁴ Ibid, p. 44.

²⁷⁵ Ibid, p. 58. Nesta passagem, como em tantas outras, Vasconcellos cita Theodoro Descourtilz, botânico enviado pelo governo imperial à província do Espírito Santo para coligir produtos de história natural. Boa parte das considerações feitas por Vasconcellos e Rubim sobre as aves, animais e plantas das terras espírito-santenses se baseiam em Descourtilz.

²⁷⁶ Ibid, p. 34.

amenos e “vivificadores”²⁷⁸; enseadas pitorescas e espaçosas²⁷⁹. No entanto, em quase todos os trechos descritivos do seu *Ensaio*, em características gerais da província ou em características específicas de cada município, Vasconcellos chama a atenção para a existência de muitas terras devolutas e despovoadas²⁸⁰. Faltavam pessoas para que as citadas riquezas naturais se convertessem para o progresso e desenvolvimento da província.

Ao descrever os rios da província se ocupa de falar de suas profundidades, larguras, navegabilidade, peixes e fertilidade de suas margens²⁸¹, enfatizando suas possibilidades de uso comercial e econômico. Em todos os rios e enseadas do Espírito Santo, Vasconcellos destaca a abundância de peixes e mariscos, com variedade e qualidade. No entanto, a atividade da pesca permanecia pouco explorada²⁸².

O rio Doce recebe amplo destaque: majestoso, situa-se em Linhares e possui “uma largura maior de cem braças, e sobre o qual nunca será demasiado todo o estudo por mais assíduo que pareça, e jamais deve ser desprezada qualquer notícia, que dele se possa obter”²⁸³. As terras a sua volta são demasiadamente férteis, a ponto de “os que plantam um alqueire colhem duzentos”; em sua planície se desenha uma paisagem tão “aprazível, que não se pode descrever”²⁸⁴.

Tudo isso não poderia ser desprezado, mas somente a partir de 1819 é que se empenharam esforços para sua devida exploração, e ainda sem sucesso algum. Os documentos transcritos por Vasconcellos mostram um interesse por parte da Corte até, pelo menos, 1836 para que companhias brasileiras e/ou estrangeiras empreendessem em

²⁷⁷ Ibid, p. 39.

²⁷⁸ Ibid, p. 198.

²⁷⁹ Ibid, p. 202.

²⁸⁰ Ibid, p. 33. Lembrando aqui, que a referência a terra “despovoadas” se aproxima muito da de Sarmiento sobre o pampa argentino: a terra está despovoadas dos “nossos”, não necessariamente de pessoas, já que existiam os indígenas. Na obra de Sarmiento a descrição da imensidão e do vazio dos pampas apresenta-se negativamente, pois a imensidão produz insegurança, conduz a uma vida sem política, na qual o gaúcho é incapaz de se organizar em sociedade, e por isso o pampa é propício ao despotismo, e avesso a civilização.(PRADO, 2004, p.213)

²⁸¹ Ibid, p. 35-36.

²⁸² Ibid, p. 41.

²⁸³ Ibid, p. 142.

²⁸⁴ Ibid.

prol da navegação, comércio e agricultura no rio Doce. Diversos decretos e disposições assinalaram regimentos e estratégias, tudo em vão, seja por falta de proteção ou de má fé por parte do governo²⁸⁵, seja pelas investidas indígenas que sempre foram um dos entraves ao desenvolvimento e exploração das riquezas do rio²⁸⁶. O desalento de Vasconcellos com o descaso diante do dito rio fica evidente em seu texto, por este oferecer os elementos que poderiam inaugurar uma nova fase na trajetória da província do Espírito Santo: o rio oferece comunicação com Minas Gerais, e propicia amplo comércio entre as duas províncias, mas também facilita o contato com Goiás e Cuiabá²⁸⁷; a fertilidade e diversidade oferecidas pelo Doce indicam o potencial natural para a agricultura, tão necessária e carente à província²⁸⁸; o povoamento da província poderia, enfim, se efetivar. Mas, para que isso de fato ocorresse deveriam ser desenvolvidos esforços para seu maior aproveitamento e navegação²⁸⁹.

Vasconcellos toma parte das palavras do major engenheiro Luiz D'Alincourt, quando este faz o reconhecimento, a pedido da Corte, do rio Doce em 1833:

Mas que outras e grandes vantagens resultarão de facilitar-se a navegação do Rio Doce? A indústria, a agricultura, o comércio, e a mineração partilham estas vantagens. Os terrenos adjacentes a este rio produzem exuberantemente diversas e ricas plantas, frutas e legumes; por eles se estendem longas e pingues vargens, fundas e piscosas lagoas, dilatadas e virgens matas, auríferos rios, preciosas e ainda não revolvidas serras e morros; finalmente terrenos, tanto na Província do Espírito Santo, como na de Minas, em que a Natureza prodigalizou seus dons, para ventura e regalo da espécie humana: todavia tão grandes bens tem sido até agora desprezados!²⁹⁰

As riquezas oferecidas pela natureza permaneciam em desuso, em desprezo, todo o potencial econômico que o Doce se colocava a oferecer à província permanecia sendo inutilizado. Numa fala que transita entre o lamento e o protesto, é fácil perceber o eco de D'Alincourt em Vasconcellos: na lamúria pela oportunidade, até então, perdida; na inquietude pelo dom desprezado. Os recursos naturais não adquirem relevância por si só, ou por sua mera existência – tal relevância se constitui quando se voltam para o

²⁸⁵ Ibid, p. 143.

²⁸⁶ Ibid, p. 154. Como colocara Barbato, os rios ocupavam um lugar de destaque nas produções do IHGB pois possibilitariam o desenvolvimento econômico, integração, povoamento e comunicação. (BARBATO, 2009, p. 107)

²⁸⁷ Ibid, p. 150.

²⁸⁸ Ibid, p. 154.

²⁸⁹ Ibid, p. 150.

²⁹⁰ D'ALINCOURT apud VASCONCELLOS, p. 150.

proveito humano, ou “para ventura e regalo da espécie humana”. Vigora a visão pragmática e utilitária da natureza. E, apesar da visão otimista sobre os recursos naturais, impera o pessimismo gerado pelo não aproveitamento destes na província, a ponto de permanecer em atraso em relação a outras províncias vizinhas.

Rubim destaca a existência de muitos rios caudalosos, navegáveis e ricos em peixes²⁹¹, a variedade da vegetação, dos quadrúpedes, das aves, dos répteis e dos insetos²⁹². Citando Theodore Descourtilz, ressalta que a província possui ampla diversidade, como todo o império do Brasil – portanto, nada disso distingue o Espírito Santo das outras províncias²⁹³. As riquezas do território brasileiro atraíram, no período colonial, a cobiça de estrangeiros, o mesmo ocorreu com o Espírito Santo²⁹⁴.

Refere-se ao rio Doce como um dos mais formosos do Império, e em uma das poucas passagens que se deixa tomar pelo encantamento da paisagem, Costa Rubim descreve assim o rio Doce:

[...] reunido de suas cabeceiras, uma rede de rios mais ou menos arrebatados, desce a serra geral precipitando-se de extensas cachoeiras, e entra na província majestoso, alargando-se em um leito, que em partes tem duzentas braças, semeado de ilhas inumerosas, em grupo de singulares vistas, e dividindo a província em duas partes desiguais. Outros correm nas direções N-S e S-N, e vão levar-lhes os tributos de suas águas. E além destes, há outros muitos pequenos rios que não podem servir à navegação, e límpidos córregos, que regam e refrescam os campos e os valles. Como se tantos dons não fossem suficientes, estão distribuídas por todo país lagoas formosas [...] que dão a esta parte da província, onde a natureza se mostrou mais generosa, um aspecto magnífico, que arrouba o viajante.²⁹⁵

Rio majestoso, que produz vistas singulares, com límpidos córregos, cheio de dons, com lagoas formosas, natureza generosa, com aspecto magnífico... tantos adjetivos em um só parágrafo chamam a atenção pela sua escassez nas *Memórias*. Costa Rubim descreve a paisagem pretendendo transportar o leitor para as margens do rio Doce; um cenário que instiga a imaginação e a sensibilidade. Parece um convite a ir conhecer o lugar... mas só até o início do parágrafo seguinte, quando fala que a existência dessas muitas correntes de águas podem dar ao lugar um aspecto de insalubridade. Prossegue dizendo a respeito

²⁹¹ RUBIM, Braz da Costa. *Memórias históricas e documentadas*. 1861, p. 197.

²⁹² Ibid, p. 199-200.

²⁹³ Ibid, p. 199.

²⁹⁴ Ibid, p. 221.

²⁹⁵ Ibid, p. 198.

do curso do rio Doce que “nas planícies do litoral se estendem as águas inundantes, e formam extensos alagados que ocasionam febres intermitentes”²⁹⁶.

Sobressaem, em Costa Rubim, os aspectos negativos a respeito das condições naturais da província. As matas que cobrem o território abrigam os indígenas ferozes, e dificultam a civilização da região²⁹⁷. A natureza dificulta também a comunicação com outras províncias, por conta de suas serras, montanhas e penhascos, pelos perigos que nela se ocultam, como também pela destruição que a vegetação, os rios e o clima fazem nas estradas²⁹⁸. O solo, que não é de todo fértil, juntamente com o clima dificulta o desenvolvimento das lavouras²⁹⁹. O aproveitamento dos bens naturais foi ao longo da história prejudicado pelas incursões indígenas³⁰⁰. E assim, a maior parte dos recursos que a natureza poderia oferecer para o desenvolvimento da civilização nesta parte do império se acha inexplorada³⁰¹. Mas, de qualquer forma as riquezas naturais do Espírito Santo não foram capazes de despertar o interesse de exploradores e colonizadores, desde a procura por pau-brasil até a busca por ouro³⁰². As árvores ou plantas que oferecem frutos para o agrado do paladar, ou para a elaboração de doces e conservas, “não estão na proporção que era para desejar”³⁰³. A vegetação das serras apresenta um aspecto “sombrio e triste”³⁰⁴.

“Em um país coberto em grande parte de mato virgem, só noções imperfeitas se podem ter sobre a sua mineralogia; é certo porém que não é rico nesta parte[...]”³⁰⁵, embora houvesse registros da existência de ouro, ferro, cristal, argila, cal e granito. Na navegação pelo rio Doce foram encontrados ouro e pedras preciosas³⁰⁶, da mesma forma

²⁹⁶ Ibid, p. 198.

²⁹⁷ Ibid, p. 196; p. 202.

²⁹⁸ Ibid, p. 232; p. 284; p. 293; p. 308. Boa parte das investidas feitas para modificar a realidade natural (construção de estradas, povoamento, lavoura) acabavam sendo derrotadas pela força da natureza. A construção de Costa Rubim deixa ver uma natureza que sufoca o homem e limita seu desenvolvimento.

²⁹⁹ Ibid, p. 203.

³⁰⁰ Ibid, p. 245.

³⁰¹ Ibid, p. 223.

³⁰² Ibid, p. 230; p. 268; p. 269.

³⁰³ Ibid, p. 313.

³⁰⁴ Ibid, p. 197.

³⁰⁵ Ibid, p. 200.

³⁰⁶ Ibid, p. 222.

foi encontrado por bandeirantes no sertão da província, nas chamadas minas do Castelo³⁰⁷. Mesmo as breves e esporádicas acusações de riquezas minerais terem sido encontradas ao longo dos séculos XVI e XVIII, em inícios do século XIX, escreve Costa Rubim, o governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar tentou promover novamente as minas do Castelo – no entanto, prossegue o autor, essas minas haviam sido abandonadas mais pela sua pobreza do que pelo medo dos botocudos, como muitos pensavam – enviou para a Corte uma quantidade considerável de ouro, “sabe Deus de onde extraído”, protesta o autor³⁰⁸. E ainda em meados do século XIX as minas do Castelo vinham sendo exploradas, mas este esforço não compensava as despesas³⁰⁹.

Ao falar do clima da província, Costa Rubim por diversas passagens destaca a insalubridade³¹⁰. Um clima quase sempre desfavorável a agricultura, dificultando o processo de colonização por conta do calor e da umidade³¹¹, deixando o indivíduo sujeito a moléstias endêmicas³¹², e agrava o estado de saúde de um adoecido³¹³.

³⁰⁷ Ibid, p. 231.

³⁰⁸ Ibid, p. 268. Neste ponto Costa Rubim discorda de Vasconcellos por não fazer proselitismo às minas da província, deixando bem claro as limitações do território capixaba nesse sentido.

³⁰⁹ Ibid, p. 316.

³¹⁰ A insalubridade do clima da província já havia sido colocada por Inácio Acioli de Vasconcellos em 1828, nos seguintes termos ao falar do Espírito Santo: “A sua atmosfera podia passar por saudável se não aparecessem na primavera e outono febres de diferentes caracteres, cuja causa se pode atribuir aos muitos lagos, ao alimento salgado, e às matas vizinhas que contornam as povoações”. VASCONCELOS, Inácio Acioli de. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Consulta ao site: http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/historia/achiam/acioli/acioli_1.html. Dia 24 de julho de 2007.

³¹¹ Ibid, p. 203.

³¹² Ibid, p. 269.

³¹³ Ibid, p. 304. Essa percepção negativa do clima tropical maléfico ao homem é herdada do século anterior quando era associado a degeneração e a doenças.

Durante os Setecentos Portugal empreendeu uma política de saúde, mesmo que precária voltada para a América Portuguesa. A ideia era obter informações sobre as enfermidades que proliferavam e resultavam na diminuição da população de colonos e escravos. Os esforços se voltaram para considerar os impactos das doenças tropicais sobre a população colonial, e ficou constatado que o clima foi um dos principais fatores para tantas mortes. O clima quente provocava um calor de dia e de noite, e associado às inundações provocadas pelas chuvas, resultava no apodrecimento de matérias que infectavam o ar, e assim surgiam febres pestilentas. Por causa do clima existiam insetos extremamente perigosos à saúde e tantas outras moléstias vulgares. Acreditava-se que por causa do clima a própria terra liberava odores mórbidos. (ABREU, Jean Luiz Neves. A colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das “luzes” e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, ciência, saúde-Manguinhos*. Vol. 14, nº 3, Rio de Janeiro, jul-set. 2007.)

Segundo Sandra Caponi, ao final do século XVIII era comum a associação do nível de desenvolvimento dos povos com clima de sua região. Nesse sentido, o médico Cabanis buscou analisar os efeitos do clima nos organismos para buscar explicações médicas para as observações feitas por Buffon, nas quais alegava que o clima tropical, por ser mais quente e úmido, degenerava as características físicas e morais dos

Assim como Vasconcellos, Costa Rubim volta seu olhar para os recursos naturais sob uma ótica pragmática, em que o solo, as plantas, os animais e o clima são analisados na perspectiva do seu uso. E no caso de Costa Rubim, isso é mais direcionado: seu uso em prol da civilização. O olhar de Vasconcellos sobre a natureza do Espírito Santo é carregado de paixão, deslumbramento e lamento. O olhar de Costa Rubim é um tanto mais sóbrio. Vasconcellos enaltece a natureza do Espírito Santo ao enfatizar a fertilidade do solo, os ares vivificadores, as enseadas pitorescas, a paisagem encantadora, as muitas riquezas ainda a serem exploradas. Costa Rubim, por outro lado, destaca muito mais as limitações dessa natureza notadamente abundante – o solo não de todo fértil, o aspecto triste e sombrio da vegetação, os frutos que poderiam ser mais abundantes, a mineralogia pobre.

3.2.2. O desagradável: o sertão como problema e a natureza a ser superada

Uma das soluções, de acordo com Vasconcellos, para a situação de atraso em que se encontrava a província, ainda no início do século XIX, estaria numa maior comunicação com outras províncias, por isso investe muitas linhas ao tratar da construção da estrada de comunicação que ligaria o Espírito Santo a Minas Gerais, mais especificamente Vitória a Vila Rica. Iniciada em 1814 e concluída em 1818, pelo então governador Francisco Alberto Rubim, as obras receberam o apoio e incentivos (inclusive financeiro) do rei D. João VI. A “filha querida de Francisco Rubim” ajudaria a estabelecer os limites entre as duas capitanias, seria capaz de facilitar e engrandecer o comércio entre as províncias, possibilitaria o melhor aproveitamento das riquezas disponíveis no sertão das capitanias, facilitaria o contato dos indígenas com a civilização e, por conseguinte, com as instituições de poder, promoveria o povoamento do sertão do Espírito Santo, e permitiria o melhor conhecimento do território³¹⁴.

indivíduos. Cabanis não se prende aos aspectos externos, busca analisar o que acontece no interior do organismo, e assim consta que a degeneração ocorre nos órgãos, tecidos e fluidos, e por isso compromete a inteligência. Pode provocar o delírio momentâneo e até a loucura irreversível, o que torna os trópicos uma região mais suscetível às distorções morais e aos atos criminosos. Para alterar os efeitos nocivos do clima, Cabanis propõe uma série de medidas higiênicas de modo que a ciência colabore para a regeneração desses indivíduos. (CAPONI, Sandra. Clima, cérebro y degeneración em Cabanis. In: *História, ciência, saúde-Manguinhos*. Vol. 16, nº 4, Rio de Janeiro, out-dez, 2009, p. 961-979.)

³¹⁴ VASCONCELLOS, *Ensaio...* 1858, p. 102-108.

O governador Rubim se empenhou em cuidar e melhorar a estrada, mesmo passando por muitos embaraços e entraves. Ainda em 1820, o governador Balthasar de Souza Botelho e Vasconcellos informou ao rei que havia descido a primeira boiada pela estrada, e isso gerou bons negócios ao proprietário. No mesmo ano encontraram ouro em alguns córregos da estrada, e também foram vistos alguns índios Puris procurando aldeamento³¹⁵. Houve instrução do rei para que fossem distribuídos terrenos às margens da estrada, e seus possuidores deveriam tratar dos concertos necessários e da conservação da estrada³¹⁶.

Mas os trabalhos na estrada foram parados em 1822, quando o empresário responsável pela obra foi preso pelo comandante das armas. O ocorrido gerou um sério conflito entre a junta provisória e o comandante. A prisão foi atribuída às articulações do ex-governador Rubim com o juiz ordinário, “que declarou pronunciados em devassa por conventículos e sedição”, isto é, por motim ou rebelião³¹⁷.

Nos anos seguintes, a estrada ficou desabitada e sem reparos. Em meados do século XIX, permanecia a estrada em desuso. Diz Vasconcellos: “vê-se bem, que até hoje não tem governos provinciais compreendido quais os meios de fazer transitável a estrada”³¹⁸, pois independente dos grandes investimentos feitos, todo esforço será desaproveitado enquanto não for povoada a estrada de comunicação. A estrada não vingou por conta de conflitos políticos, maus cuidados e, principalmente, falta de povoamento.

Na obra de Costa Rubim os aspectos naturais são constantemente associados à ideia de civilização, sendo tomados como fatores que impulsionam ou que impedem a sua concretização. Tantas vezes as matas são indicadas como obstáculo à civilização, ou até lugar de oposição a esta.

A história desta província nos tempos anteriores ao do descobrimento do Brasil está, como a de todo o império, envolvida em espessas trevas; algumas fábulas, algumas tradições de mesma origem, é tudo o que se sabe. Os índios que a habitavam entranhados nas matas que cobriam todo o país, separados

³¹⁵ Ibid, p. 115.

³¹⁶ Ibid, p. 117.

³¹⁷ Ibid.

³¹⁸ Ibid, p. 130

de todas as nações civilizadas, nada nos transmitiram da história dos seus antepassados.³¹⁹

Parte da história do país está envolta em “espessas trevas”, pois os índios, que permaneciam embrenhados nas matas estendidas sobre todo o território do Brasil, não transmitiram as informações sobre sua história. As matas que lhes ofereciam abrigo, também os separavam das nações civilizadas; as mesmas matas limitam o acesso e o contato com os indígenas, dificultando a comunicação, e por extensão o próprio conhecimento a respeito dos nativos.

As matas como lugar de refúgio para os indígenas aparecem por vezes na narrativa de Costa Rubim. Logo na chegada de Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário da Capitania do Espírito Santo, os indígenas atacaram violentamente os colonos que chegavam, depois de muito esforço os indígenas foram derrotados e adentraram as matas³²⁰. Quando o jesuíta Affonso Braz conseguiu estabelecer um aldeamento indígena houve um período de paz entre nativos e colonos, mas por aqueles não aceitarem se submeterem à lavoura e fugiram para as matas, em seguida retomaram os ataques aos colonos encerrando o período de paz³²¹. O processo de civilizar os indígenas se ligava diretamente, para Costa Rubim, ao estabelecimento de aldeamentos, e, por conseguinte a saída dos indígenas das matas³²². Apesar da proximidade do mar facilitar o contato com o exterior, o local escolhido para o início da colonização era arenoso e infestado de formigas, e, diante de constantes investidas indígenas e da pequena população de colonos, a colônia não prosperava; a solução estaria em explorar o interior para encontrar melhores terras para a lavoura, mas nesse interior escondia-se o grande perigo que constantemente assolava os colonos, isto é, os indígenas³²³. Mesmo no início do século XIX, a lavoura no interior não se desenvolvia por conta dos ataques indígenas³²⁴. Ao tratar das investidas de aventureiros e bandeirantes para explorar as margens do rio Doce, atrás de ouro e pedras preciosas se refere ao desbravamento dos sertões³²⁵. Na

³¹⁹ RUBIM, 1861, p. 196.

³²⁰ Ibid, p. 202.

³²¹ Ibid, p. 217.

³²² Ibid, p. 224.

³²³ Ibid, p. 203.

³²⁴ Ibid, p. 293.

³²⁵ Ibid, p. 223.

Capitania de São Thomé, depois chamada de Campos, as campinas frescas e amenas despertaram cobiças, e muitos sesmeiros foram para esta região, mas para se estabelecerem tiveram que travar fortes oposições aos ferozes goitacazes, conseguindo derrotá-los, estes foram obrigados a adentrarem o sertão, e foi assim que se iniciou a civilização daquele território³²⁶.

Matas, interior e sertão³²⁷ são configurados com o mesmo sentido em Rubim: como lugar a ser civilizado, cheio de perigos, como lugar de refúgio aos indígenas, e até condicionante da sua selvageria. E por isso mesmo, enquanto o sertão não fosse civilizado, seria um entrave à própria civilização, pois permaneceria enquanto lugar de crescente hostilidade dos índios. Civilizar para Costa Rubim seria transformar a natureza e o território pelo esforço do trabalho humano.

No relato sobre o governo de Francisco Alberto Rubim, relata que ele

[...] passou a estudar o estado da Capitania, e quais seriam os meios que mais prontamente a pudessem erguer da decadência a que tinha chegado. Reconheceu logo que povoada, como estava, unicamente no litoral com quatro vilas, e algumas povoações de pescadores índios, com um grande sertão onde vagavam muitos selvagens, e sem estradas de comunicação para as províncias vizinhas, seriam baldados todos os esforços que se empregassem para desenvolver a agricultura e o comércio, uma vez que não fossem destruídos ou modificados esses estorvos [...].³²⁸

O povoamento do sertão seria um dos caminhos a civilização do Espírito Santo. Não que ele estivesse despovoado, mas os selvagens que por ele vagavam não possuíam as qualidades para fazê-lo, somente os brancos, europeus (ou seus descendentes) e cristãos seriam dotados de tal capacidade. A construção de estradas, sua conservação e aperfeiçoamento oportunizam o aumento da civilização e do trato social, uma vez que possibilitariam a comunicação com outras províncias, e seria capaz de promover a circulação de pessoas, estimular o comércio e a expansão da lavoura³²⁹. Outros

³²⁶ Ibid, p. 253.

³²⁷ Vale retomar aqui à elucidação feita por Renato Peixoto sobre a exploração do sertão. Este termo surgiu desde o século XV quando da expansão portuguesa sobre o território africano, e explora-lo pode ser entendido como um esforço que “visava gerar conhecimentos estratégicos que possibilitassem a dilatação ou projeção econômica ou militar, constituía este espaço enquanto periférico em relação ao estabelecimento colonial” (PEIXOTO, 2005, p. 7). Logo, sertão pode ser entendido como uma região periférica à organização do Estado imperial, e sobre a qual este Estado busca estratégias para expandir seu poder e influencia.

³²⁸ Ibid, p. 275-276.

³²⁹ Ibid, p. 263, 276, 282.

instrumentos para a civilização do sertão seriam o aldeamento de indígenas e o desenvolvimento da agricultura.

O estabelecimento de aldeamentos indígenas, nos quais os jesuítas empenhariam esforços para, por meio da religião, inserirem os indígenas na civilização³³⁰; o desenvolvimento da agricultura permitira a expansão da lavoura para o interior, oferecia as condições para o fim do desregramento social, pois “a ela se devem os primeiros elementos de polícia social, e o meio de satisfazer a maior parte das necessidades dos povos”³³¹ – em todos os momentos em que Costa Rubim se refere a um período em que a Capitania prosperou ou se desenvolveu, ele ressalta a expansão da lavoura³³².

Outro elemento civilizador das matas indicado por Costa Rubim é o bandeirante. No seu *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*, publicado em 1853, o verbete “bandeira” apresenta o seguinte significado:

Bandeira: um determinado numero de homens, que provido de armas, munições, e mantimentos necessários para sua subsistência e defesa, entram nas matas virgens com o intuito de descobrir minas, reconhecer o país ou castigar os selvagens, que assaltam as propriedades rurais e os viajantes, ou ainda para os civilizar.³³³

Desta forma, impulsionavam às bandeiras a busca por minas, pelo reconhecimento do território, pelo apresamento de indígenas que atentavam contra propriedades ou viajantes, seria ainda um caminho para civilizar os indígenas.

Voltando às suas *Memórias*, Costa Rubim relata o empenho de “ousados aventureiros” que adentraram o sertão do Espírito Santo, e enfrentando os perigos advindos dos animais ferozes e dos selvagens antropófagos, encontraram ouro e pedras preciosas, e novas vias de comunicação entre as Minas Gerais e o Espírito Santo³³⁴. As bandeiras dariam condições para o conhecimento do território e de suas possibilidades econômicas, além de, de alguma forma, favorecerem o contato com os indígenas, e propiciar sua civilização.

³³⁰ Ibid, p. 216, 220.

³³¹ Ibid, p. 280.

³³² Ibid, p. 224, 226, 231, 295.

³³³ RUBIM, Braz da Costa. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Typographia Dous de dezembro de Paulo Brito, impressor da casa Imperial, 1853, p. 19.

³³⁴ RUBIM, “Memórias históricas...”, 1861, p. 223, p. 232.

Predomina nos discursos de Vasconcellos e de Costa Rubim a oposição dicotômica civilização e barbárie sobre o território capixaba. Assunto amplamente desenvolvido por Maria Elisa Noronha de Sá quando destaca a importância do meio natural na constituição das identidades nacionais, e como as representações espaciais dicotômicas pampa/cidade e sertão/litoral são utilizadas como instrumentos de análise por Sarmiento e pelo Visconde de Uruguai. Já que em sua obra Sá se dedica a analisar a ideia de nação e identidade nacional nos textos de Domingos Faustino Sarmiento e Paulino José Soares de Souza (o Visconde de Uruguai), centrando-se na dicotomia civilização e barbárie como diretrizes centrais para a representação que esses autores tinham de nação nas Américas. Tanto para Sarmiento quanto para Uruguai a natureza configura-se como elemento fundamental para a constituição da nacionalidade. Nas suas elaborações de projetos de nação as ideias de civilização e barbárie aplicadas à natureza aparecerão em imagens dicotômicas como pampa/cidade para a Argentina de Sarmiento, e sertão/litoral para o Brasil de Uruguai.

Sarmiento acreditava na natureza como caminho para consagrar a Argentina como nação, mas ela deve ser domada, e os desertos devem ser extintos. A noção de deserto de Sarmiento é relacionada a “espaços vazios”, espaço onde a lei, a religião e a educação não vigoram, tais espaços são correspondentes ao pampa, que por ser “espaço vazio” é colocado como lugar fértil ao despotismo. Sarmiento constrói a imagem do pampa em oposição a imagem das cidades, estas seriam lugar de civilização – onde se concentram as instituições, os letrados; lugar de acesso à cultura europeia, e no caso de Buenos Aires viabiliza o contato com a Europa³³⁵. Do pampa brotava a originalidade do povo argentino, e o gaúcho expressa bem isso, pois é bárbaro, mas pode domar a hostilidade do pampa.

Para o Visconde de Uruguai, a natureza propicia a singularidade, mas a grandeza do território e a dispersão configuravam dificuldades a serem superadas. A parte civilizada da nação era o litoral, onde se concentravam as cidades e as elites letradas, havia maior facilidade de contato com a civilização. O sertão marcava a especificidade brasileira, mas era associado ao atraso, semisselvageria, violência, sem população e sem governo. Lugar de barbárie, deserto, inculto, violento, no sertão há o predomínio de facções e

³³⁵ SÁ, Maria Elisa Noronha. *Civilização e Barbárie: a construção da ideia de nação – Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 126-141.

interesses particulares, já que não há imprensa para cobrar determinadas posturas, não há punições, cumprimento de leis ou ordem. Muitas vezes Uruguai assimila o sertão com pequenas localidades. Para civilizar o sertão era necessário ampliar o alcance da ordem, pois quanto mais centralizado, maior o controle, reduzindo a dispersão e seus males. Para Uruguai, o homem deve transformar a natureza para atingir o progresso e a civilização.

Da análise de Sá percebe-se que o pampa e o sertão ao mesmo tempo em que eram vinculados a ideia de barbárie, por Sarmiento e Uruguai respectivamente, dão especificidade identidade nacional argentina e brasileira. Do impasse entre a civilização e barbárie emergia a singularidade, algo único e específico ao povo e à realidade americana.

Civilizar o sertão era não só uma expectativa para os homens do século XIX, era também uma necessidade. Civilizar o sertão implicava em transformar a natureza por meio do empenho da ciência e do trabalho, e seria o único caminho para a nação atingir o progresso. Pensamento visivelmente compartilhado por Vasconcellos e Rubim.

3.2.3. O útil: a relação homem-natureza

Vasconcellos entende a natureza como obra divina, o que se evidencia na passagem inicial do seu texto:

Chegada era a época, em que o providente Autor da natureza tinha disposto, que fossem patentes e manifestas a homens racionais as riquezas que se achavam ocultas na terra do Brasil: chegada era a época em que um novo (*fiat lux*) ia descortinar aos olhos de Portugal, e mesmo do mundo inteiro, as belezas que se escondiam como debaixo de um tenebroso caos, e que se encerravam em tão abençoado torrão[...].³³⁶

Para ele tanto a natureza como o próprio descobrimento do Brasil haviam sido fruto da intervenção divina, de maneira que graças a esse descobrimento as riquezas ocultadas, ou as belezas escondidas, seriam enfim acessíveis á Portugal e ao mundo – ou, mais especificamente, a homens racionais. Como se todo o esplendor natural só fizesse sentido se devidamente direcionado a obra da civilização, pois as “belezas” e “riquezas”

³³⁶ VASCONCELLOS, 1858, p. 7.

do Brasil já se achavam aqui, mas passaram a adquirir relevância a partir do uso devido por homens racionais, o que se iniciou com a obra da colonização.

Em pelo menos três passagens³³⁷, deixa clara sua percepção da primazia da agricultura para a economia da província ao criticar todo o movimento que repele do lavrar a terra, induzindo a uma improdutividade geralmente fruto da acomodação. Fato evidenciado quando Vasconcellos, ao censurar a extração de madeiras, acusa os madeireiros de destruição e diz que esse negócio os atrasa e atrasa a província, pois deveriam voltar-se para a agricultura, que em meados do século XIX carecia a província, e que era a nossa verdadeira fonte de riqueza³³⁷. Quando trata de Guarapari diz que a vila

[...] oferece todas as proporções para ser importante, já por sua excelente barra, já pelos férteis terrenos que possui, e já pelo pitoresco local em que se acha situada, vê-se um grande número de indivíduos de ambos os sexos, ricos de saúde e tipos da robustez, conduzindo cestos e gamelas até as pedras e recifes, em que vão buscar nos mexilhões e nas ostras o sustento diário, que lhes oferece uma natureza ociosa e inativa [...]³³⁸

Em Linhares ocorre algo semelhante: “sua população ocupa-se muito da pesca, e da caça, porque a pesca, e a caça, sendo abundante e fácil, e os habitantes contando com a nutrição certa, entendem que não tem necessidade de lavrar a terra”³³⁹.

A extração de madeiras, a coleta de mariscos, a pesca e a caça não constituem o problema em si. A acomodação gerada por tais atividades a ponto de dificultar/impossibilitar a agricultura, isso sim. Percebe-se, então, a outra face da riqueza e abundância natural: a acomodação como fruto da facilidade de adquirir sustento, e leva ao entrave do usufruto de todas as possibilidades dispensadas pela natureza.

Tratando da diversidade e qualidade de madeiras encontradas na província, Vasconcellos alerta para a destruição que vem então ocorrendo (lembramos que a obra foi escrita em meados do século XIX) nas matas dos diversos municípios. Sobre o assunto transcreve dois artigos escritos por ele e publicados em 1854 no jornal *Regeneração*, de Vitória. Nestes artigos chama a atenção para a devastação das matas, e é incisivo ao chamar os madeireiros de destruidores. “Quando veremos os denominados

³³⁷ Ibid, p. 45-46.

³³⁸ Ibid, p. 41-42.

³³⁹ Ibid, p. 141.

madeireiros, enchente inútil de industriosos, destruidores, abandonarem esse ramo de negócio, que os atrasa sempre, e entregarem-se a agricultura, de que tanto carecemos, e que é nossa verdadeira fonte de riqueza?”³⁴⁰. Questiona quando a assembleia provincial irá impor taxas mais pesadas e rigorosas para impedir a devastação que compromete o futuro da província. Essa atividade (extração de madeiras), é uma “afronta á natureza”, e aos olhos de Vasconcellos não vem trazendo qualquer prosperidade para o país, muito menos para a província³⁴¹.

[...] A conservação das matas e arvoredos tem em todos os tempos merecido dos diversos povos maior consideração. Os antigos germanos denegavam os direitos de chefe de família àqueles que não provassem haver plantado em suas herdades certo número de árvores; os Gauleses e Romanos proclamaram e asseguraram as vantagens desta conservação, consagrando aos seus deuses, ou dedicando ao culto de suas divindades seus bosques e florestas. Na legislação portuguesa se encontram alguns alvarás, que inibiam, sob severa punição, que alguém fizesse queimadas prejudiciais às matas e arvoredos nos lugares não apropriados para a agricultura, [...]. Mesmo hoje na França, na Inglaterra, [...] a cultura e conservação das matas e bosques ocupa atenção dos governos, tanto porque a madeira é um material indispensável a marinha, como porque a vegetação exerce notável influencia na economia geral da natureza.³⁴²

Evocando os exemplos dos germanos, gauleses e romanos, de Portugal, França e Inglaterra, Vasconcellos alerta também para os prejuízos futuros para a marinha e equilíbrio natural. Os males da devastação já estavam perceptíveis, tanto que para se encontrar madeira para a marinha, já era, na ocasião, necessário adentrar mais para o interior das províncias para encontrar o cedro, antes tão abundante, e que passou a ser substituído pelo pinho importado³⁴³. Por isso, era fundamental que leis mais rigorosas fossem feitas e cumpridas com solidez pelas diversas autoridades, pelo bem do país³⁴⁴. Mas, no caso da província do Espírito Santo, a extração de madeiras além de não promover o crescimento e prosperidade, restringia o desenvolvimento da agricultura.

Para Vasconcellos os recursos naturais, manifestação da Providência, devem ser manuseados de acordo com os interesses e necessidades humanas. Mas também existe uma responsabilidade sobre esses recursos e seus usos futuros. Esse embrião de

³⁴⁰ Ibid, p. 45.

³⁴¹ Ibid.

³⁴² Ibid, p. 46-47.

³⁴³ Ibid, p. 47.

³⁴⁴ Ibid, p. 48.

sustentabilidade (com a licença do anacronismo) dá espaço facilmente ao que realmente interessa a Vasconcellos: o desenvolvimento da agricultura. Os tantos chamados para a necessidade de se desenvolver a atividade agrícola evidenciam o quanto ela carecia de atenção e empenho na província.

O limitado desenvolvimento da agricultura também aparece em Costa Rubim. Ocasionalmente pelo solo as vezes infértil, pelo clima quente e úmido que dificultava a adaptação e trabalho dos colonos, pela falta de conhecimentos sobre a atividade da lavoura e do solo, pelo ataque dos indígenas que aterrorizava a população e destruía sua plantação, e pela escassa população que teria que se dividir em lavrar, desbravar o interior e ainda se proteger dos indígenas. A relação entre a agricultura e a civilização que Costa Rubim estabelece deixa ver que esta atividade deveria ter prioridade no trabalho dos habitantes da província, e que o atraso desta também se devia ao pouco desenvolvimento da agricultura. Tudo concorria para o pouco aproveitamento do solo e dos recursos naturais – nem tão abundantes na opinião de Costa Rubim, como pensava Vasconcellos.

Nas muitas páginas que se ocupa de falar do governo de seu pai, Francisco Alberto Rubim, deixa claro que este foi reconhecido amplamente por ser civilizador. Logo que assumiu o governo da Capitania em 1812, o governador Rubim procurou conhecer o território, para assim impulsionar a agricultura e o comércio. Logo, para civilizar era necessário primeiro conhecer o território e sua situação, as estradas de comunicação, a agricultura e o comércio foram os empreendimentos estratégicos do governo de Rubim, o que fez este merecer o título de “civilizador”³⁴⁵.

As paisagens eram sempre analisadas a partir da ótica de sua utilidade e transformação, desejava-se encontrar plantações, como colocara Janaina Losada³⁴⁶. As florestas encantavam e assustavam, mas as lavouras eram sinais de industriiosidade. – do homem se impondo a natureza³⁴⁷. Noção que desde o século XVIII imperava sobre os intelectuais lusitanos, quando os intelectuais da Academia Real de Ciências de Lisboa

³⁴⁵ RUBIM, 1861, p. 275.

³⁴⁶ LOSADA, Op. Cit., 2007, p. 184.

³⁴⁷ Não é por menos que Raimundo José da Cunha Mattos, expressava seu dissabor com o descaso para com a agricultura (KODAMA, 2008, p. 177-178). Frustração também muito evidente em Vasconcellos e Costa Rubim.

destacavam a importância do empenho à pesquisa “dos novos métodos que deveriam ser utilizados no desenvolvimento do cultivo da terra”³⁴⁸, a ciência era entendida como fundamental para o desenvolvimento da agricultura, e esta era considerada o veículo de reestruturação portuguesa rumo a retomada de Portugal entre as nações mais prósperas³⁴⁹.

Os termos derivados da palavra ‘civilização’ aparecem constantemente na obra de Costa Rubim, o que não ocorre no mesmo nível na obra de Vasconcellos, apesar dos dois autores fazerem uso e aplicação do termo. Lavrar a terra, fazê-la produzir riquezas, explorar os bens naturais se configuram em Vasconcellos em caminhos para a prosperidade, e em Costa Rubim como caminhos para a civilização – os termos acabam assumindo o mesmo sentido, o de subjugar o meio natural aos interesses humanos, e fazê-lo atender às suas demandas. Civilizar significava tornar semelhante às nações civilizadas, no caso as nações europeias, civilizar seria adotar e implantar os padrões europeus na Província.

3.3. A natureza, a civilização, a parte e o todo

As percepções sobre a natureza encontradas no *Ensaio* e nas *Memórias* deixam ver a necessidade de fazer o território provincial ser conhecido e reconhecido como território nacional. Os dilemas encontrados pela historiografia oitocentista sobre o meio natural brasileiro se evidenciam nas obras de Vasconcellos e de Costa Rubim: um território vasto ainda por ser descoberto, cujas potencialidades estavam longe de serem devidamente convertidas aos interesses do progresso da nação. Território, desenhado pelos quadros naturais, e ainda estava para ser plenamente conquistado, haja vista a hostilidade indígena e da própria natureza. Natureza a ser domada, civilizada. Os historiadores do século XIX ocuparam-se de descrever a natureza no propósito de engrandecer a nação pelo que lhe é peculiar, e para evidenciar a prosperidade possivelmente advinda desta natureza. Romantismo e utilitarismo iluminista fundiam-se na apreensão sobre a natureza brasileira.

³⁴⁸ MUNTEAL FILHO, Op. Cit, 1999, p. 96.

³⁴⁹ ARAÚJO, Op. Cit, 2011, p. 33.

A natureza a ser contemplada e admirada predomina no discurso de Vasconcellos. Esta natureza seria capaz de promover a identificação do indivíduo com o território e com a nação, instigando o nacionalismo. A natureza a ser civilizada, que existe para o interesse e benefício do homem predomina em Costa Rubim. Muitas vezes, essa natureza por si só representa um obstáculo ao desenvolvimento do homem, mas por meio do emprego do trabalho ela pode ser devidamente direcionada para ele. Mas, é certo que em ambos os autores a visão contemplativa e a pragmática estavam presentes – assim como em Barbosa, Martius e Varnhagen, e nas produções da revista do IHGB.

Em Vasconcellos o lamento é contínuo: “Pena é que a província do Espírito Santo não tenha atingido ao grau de prosperidade, a que tem tocado outras em idênticas circunstâncias, porque não lhe faltam proporções, e riquezas naturais para chegar a esse resultado”³⁵⁰. A opinião sobre o solo fértil permanecia a mesma destacada em Nóbrega, Rocha Pitta e Affonso Braz, as percepções sobre a província não mudaram; o tesouro natural por ser descoberto, gerador de uma prosperidade que era vocação da província, continuava ali: intocado ou pouco aproveitado. Tão próximo, e tão distante. A promessa persistia, mas não se cumpria. Como um tempo marcado pela ausência de rupturas, a visão sobre a natureza capixaba em Vasconcellos é otimista pelo dom dado pelo Criador – até onde vai a ação da Providência as expectativas se alargam e promovem o surgimento de promessas de prosperidade e desenvolvimento. Mas, como já fora colocado, esta natureza é avaliada sob a perspectiva utilitária, sua mera existência direciona possibilidades para um futuro, aponta para um horizonte de ruptura, onde plantas, animais, rios e solos adquirem relevância para a (e quando da) devida exploração/utilização do homem, para a promoção da civilização. E o horizonte de mudanças permanecia, para Vasconcellos, distante, inatingível. A pujança natural, o majestoso rio Doce, a fertilidade em abundância: dons; frutos da ação do Autor da natureza. Não obstante, da ação que cabe ao homem para tirar proveito próprio desses dons só resta lamento (“pena é...”) por uma ação não concretizada, pelas muitas oportunidades perdidas. Prosseguia a província como nos tempos de Vasco Fernandes Coutinho, até Francisco Alberto Rubim, e enfim ao tempo de Vasconcellos sem essa ação capaz de redesenhar o direcionamento do Espírito Santo para um futuro em que ele

³⁵⁰ VASCONCELLOS, *Ensaio...* p. 34.

seja tudo o que *pode* ser. Possibilidade dada pelo Autor da natureza, mas que só pode ser concretizada por meio da ação das sociedades.

Permanece, também em Costa Rubim, a inação do homem sobre a natureza. A natureza impõe uma dura vitória sobre o homem: o clima que provoca moléstias, o solo que não produz tanto, as matas que consomem as construções dos homens (como o que acabou acontecendo com a estrada aberta por Francisco Rubim). A força da natureza e a fraqueza do homem são estridentes em Costa Rubim. As ações que inverteram esse quadro vieram de iniciativas individuais – como as iniciativas de civilização promovidas pelo frei Affonso Braz, pelo governador Rubim e pelo jesuíta Anchieta – mas só duraram enquanto existiram/atuaram esses indivíduos.

A continuidade se evidencia em Costa Rubim, mas com os contornos de um pessimismo sobre a paisagem e sobre os recursos naturais delineados por um olhar distante – talvez tão distante quanto Lisboa, onde Costa Rubim passara boa parte de sua vida, ou tão distante quanto o Rio de Janeiro, onde residia então – incrédulo, sem muitas expectativas. Ora, de fato as condições econômicas e sociais da província do Espírito Santo na primeira metade do século XIX, sobretudo se comparada ao Rio de Janeiro, não eram motivadoras. A motivação poderia estar não presente, ou no passado. Mas no que a província poderia ser. E é aí que papel desempenhado pela natureza é fundamental. Engrandecer a natureza, sobretudo na ótica utilitária do século XIX, é depositar a confiança no devir. No que pode ser, no “ainda não” que um dia enfim se concretizará. Apesar de alguns elogios e reconhecimento de aspectos positivos do meio natural capixaba, em Costa Rubim saltam as críticas. Talvez quisesse justificar o atraso na região em que seu pai foi governador, a pouco mais de quarenta anos atrás. Talvez.

Interessante perceber como, sob o ponto de vista da abordagem sobre a natureza, o atraso e problemas decorrentes do mau uso, pouco uso e até desuso dos recursos naturais advindos do período colonial persistiam no contexto pós-independência, para Vasconcellos e Costa Rubim. Mas ela ainda estava lá. Esperando por ser utilizada. As riquezas naturais, resultado da ação Divina, adquirem relevância por possuírem relevância para a vida prática. Elemento capaz de unir passado, presente e futuro – mais do que isso, o aproveitamento da natureza pode mudar o futuro.

Nesse sentido, para os autores, a particularidade da província se assenta sobre a prosperidade não atingida, mesmo diante das possibilidades dadas pelas condições naturais. Apesar das riquezas naturais, diversidade e abundância, o Espírito Santo não atingiu o estágio de progresso que as províncias em seu entorno e com circunstâncias similares atingiram. Os fatores que explicam isso, para Vasconcellos e Costa Rubim são: a população escassa, a acomodação, as investidas indígenas, e as limitações das ações dos governos. A comparação com outras províncias produz decepção, frustração. A tal prosperidade não atingida é relativa, pois se constitui como fruto da comparação com as províncias da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Surge assim, uma alteridade negativa sobre o Espírito Santo. Do que se poderia ser, mas que não é. Tais províncias foram marcadas por mudanças, enquanto a província do Espírito Santo foi marcada pela continuidade.

O esforço metonímico desenvolvido aqui possibilita pensar o que a parte diz sobre o todo, e assim permite ver que a natureza brasileira na historiografia se figurou como palco e alavanca da história nacional. Pois foi nela que as tramas da história se desenrolaram, e ela articula o passado, o presente e o futuro. O passado a ser recuperado e escrito, o presente a ser instruído e agregado, e o futuro a ser garantido. É também alavanca, pois nela encontram-se os elementos da potencialidade nacional para o progresso e prosperidade. A análise das obras de Costa Rubim e Vasconcellos estampa um Brasil no qual os sonhos de civilização esbarram na realidade dos entraves oferecidos pelo sertão que se agiganta perante o homem; por uma natureza sonhada como propulsora da história, mas que até então limitava essa própria história por restringir a ação humana. O prazer e o desprazer se mancomunam numa natureza que é e que pode ser: é limitadora da ação humana, mas é elemento de orgulho nacional por sua beleza, exuberância e grandiosidade, mas, sobretudo, pelas possibilidades por ela oferecidas. E esse “poder ser” enseja um dever marcado pela civilização, pelo domínio do homem sobre meio natural – realidade na qual a natureza enfim deixaria o lugar de agente histórico para a proeminência do homem. Enquanto isso não se efetiva, a natureza prossegue sendo entendida pela historiografia do século XIX como agradável por ser útil á civilização, e desagradável por dificultar esta civilização. Um dever certo no otimismo nacionalista de Barbosa, Martius e Varnhagen, mas tão distante em Vasconcellos e Costa Rubim.

CONCLUSÃO

José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Braz da Costa Rubim produziram seus discursos de lugares diferentes, aquele das vivências na Província do Espírito Santo e este das vivências na Corte. Os dois refletiram sobre um mesmo objeto, mas a partir de espaços de experiências distintos: o primeiro passou toda sua vida na Província, o segundo teve sua infância e formação em Portugal, e depois fixou residência no Rio de Janeiro. As distintas experiências ecoam em suas visões sobre a Província: a fala de relativo otimismo, carregada de afeto de Vasconcellos, contrasta com o olhar nostálgico e pessimista de Costa Rubim. No entanto, as referências interpretativas para a escrita da história do Espírito Santo foram as mesmas nos dois autores: o descobrimento como maior marco de ruptura; a colonização como início da civilização da Província; a esperança de um futuro de prosperidade; a natureza e o indígena como entrave a civilização; ao mesmo tempo que essa natureza era usada como subsídio para uma expectativa sobre o futuro.

Se as experiências foram fundamentais para a distinção entre os dois autores, as expectativas projetadas não se diferenciavam. Ambos expressaram em suas narrativas a mescla entre angústia e esperança sobre o futuro. A angústia do que ainda não aconteceu, e a esperança do que pode acontecer. As expectativas investidas vislumbravam um futuro de civilização para a Província: o gentil dominado, a fé católica difundida, as áreas de cultivos expandidas, o sertão povoado, as cidades proliferadas. A expectativa era de europeização da província.

O tempo desses historiógrafos não era o tempo do Brasil. Suas experiências não eram retrato da situação brasileira, não eram as experiências da maioria da população. Seus discursos eram dissonantes. Suas interpretações supunham um tempo ideal, um tempo de progresso, de civilização, de ser como a Europa. Mas o olhar aproximado vislumbrava o tempo real de uma população sem esclarecimento, de indígenas indóceis, de uma natureza que parecia imperar sobre o homem. Orientados pelo ideal de civilização, as referências de mudanças e processos não eram as do solo brasileiro. A referência conceitual que tornava a parte o todo, que fazia o Espírito Santo ser Brasil era o ideal de civilização iniciado com os portugueses e continuado pelo Estado

monárquico. Logo a referência que orientava os historiógrafos no tempo era externa ao objeto ao qual eles tentavam aplicá-la. De maneira mais acentuada em Costa Rubim, havia a expectativa de ver os padrões europeus vingarem aqui. Permanecia o olhar externo sobre o Espírito Santo. Almejavam ver no Espírito Santo, e por extensão no Brasil, o resultado de uma experiência que não era a sua. A expectativa da civilização implicava na experiência européia. Com isso, a leitura feita era carregada de “ainda não”.

Vemos em Vasconcellos e Rubim, que as noções de civilização é que ligavam as partes ao todo, pois se vinculava a defesa da monarquia como propulsora da civilização através da garantia da unidade nacional. O que não abre espaço para provincialismos, para fragmentação, identidades locais. A defesa de uma história lusófona, baseada numa concepção de que os agentes de promoção das mudanças eram os portugueses, sustentava também a defesa da monarquia brasileira cuja missão era dar continuidade ao projeto civilizador iniciado com os portugueses. Algo que funcionava, em termos ideológicos, como fator de agregação e consolidação da unidade nacional.

A tensão entre o experimentado e o esperado fazia surgir uma noção de tempo marcado pela negatividade. O passado constitui um projeto não acabado de civilização, a trajetória heróica e de superação dos portugueses enquanto colonos no novo mundo é então relativizada, o sertão se agigantava, os indígenas ameaçavam, e a província não prosperava. A esperança se adiava, e no discurso sobre o passado o futuro era então projetado: não foi, não é, mas vai ser. A projeção se ampliava diante da retenção, tornando o pertencer a um “todo” uma necessidade que dava esperança diante do atraso vislumbrado na “parte”. Ser esse “todo” era ser parte das nações civilizadas. O conceito de civilização é que dada orientação no tempo para Costa Rubim e Vasconcellos, orientava também a dimensão espacial relacionada à integração nacional. A expectativa da civilização orientava as interpretações sobre o tempo e sobre o espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes manuscritas

Carta de José Marcelino Pereira de Vasconcellos a Antônio Pereira Pinto. de 8 de dezembro de 1856. Disponível na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

“Carta de aforamento”. de 21 de agosto de 1861. Manuscrito disponível no Arquivo Público Nacional.

“A nomeação foi feita por Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Ministro e Secretário de estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional”. Consulta ao documento disponível da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional: “Aviso a Braz da Costa Rubim”, de José Pedro Dias de Carvalho, Ministro dos Negócios da Fazenda, Rio de Janeiro, 10 de janeiro 1846.

2. Periódicos

(Consultados em três lugares: na Sala de Leitura do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no acervo da Biblioteca Nacional e na Hemeroteca Nacional, disponível no link: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>)

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, Laemmert. Consulta às publicações dos anos: 1851 a 1871

CORREIO DA VICTÓRIA, Vitória. Consulta às publicações dos anos: 1849; 1850; 1855; 1856; 1857; 1859.

CORREIO MERCANTIL E INSTRUCTIVO, Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 116, 1851,

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. Consulta às publicações dos anos: 1846.

O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, Rio de Janeiro. Consulta às publicações dos anos: 1852; 1854; 1856; 1858; 1859; 1864; 1867 185 a 1872.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro. Consulta às publicações dos anos: 1839; 1855; 1857; 1859; 1861; 1872;

3. Bibliografia

3.1. Digitais

ARAÚJO, Valdeci Lopes. Formas de ler e aprender com a História no Brasil joanino. *Acervo*, v. 22, nº 1, jan/jun de 2009, p. 85-98. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/67>. Consulta no dia 10 de dezembro de 2015, as 19 horas.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. *Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889)*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas-SP, 2011. Consulta ao site: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000782523>, dia 02 de dezembro de 2013, as 18h.

_____. Os perigos do paraíso: a visão trágica da natureza brasileira no século XIX. *Anais do V Encontro de História da Arte*. Unicamp. Campinas/SP, 2009. Consulta ao site: <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2009/BARBATO,%20Luis%20Fernando%20Tosta%20-%20VEHA.pdf>, dia 02 de dezembro as 19h.

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito dos Brasil dos viajantes. *Revista USP*. Vol 3, 1996. Consulta ao site: www.usp.br/revistausp/30/01-beluzzo.pdf. Dia 15 de janeiro de 2014, as 17 horas.

BROWNE, Janet. Coleta de história natural e tradição da biogeografia. In: [História, Ciências, Saúde-Manguinhos](#), vol 8, suplemento, Rio de Janeiro, 2001. Consulta ao site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500009. Dia 12 de janeiro de 2014, as 16 horas.

CHACHAM, Vera. Passado e natureza nas narrativas de viagem ao Brasil e ao Oriente (século XIX). *Em tese*, Belo Horizonte, vol. 7, 2003. Consulta ao site: [www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em Tese 07/10-Vera.pdf](http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em%20Tese%2007/10-Vera.pdf). Dia 15 de janeiro de 2014, as 17 horas.

GONÇALVES, Sérgio Campos. O pensamento civilizador e a cultura historiográfica brasileira no século XIX. *Revista Fazendo História*, Natal, CCLHA-UFRN, v. 1, nº 2, p. 128-147. Consulta ao site: [file:///C:/Users/Rocha/Downloads/2008_pensamentocivilizadoreculturahistoriograficanoXIX%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rocha/Downloads/2008_pensamentocivilizadoreculturahistoriograficanoXIX%20(1).pdf), dia 4 de abril de 2015, as 9 horas.

_____. O processo civilizador e colonização em Norbert Elias: uma teoria interpretativa através da sociologia, da história e da psicologia. *OPSI*, Catalão, v. 13, nº 1, p. 200-221, jan/jun. 2013. Consulta ao site: file:///C:/Users/Rocha/Downloads/2013_ProcessocivilizadorecolonizacaoemNorbertElias.pdf, dia 4 de abril de 2015, as 8 horas.)

LOSADA, Janaina Zito. A natureza brasileira oitocentista: ideias e histórias nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Anais do XXVI do Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011, p. 1. Consulta ao site: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308171635_ARQUIVO_LOSADA_Janaina.AnaturezanahistoriografiabrasileiraoitocentistaANPUH2011corrigido.pdf. Dia 16 de janeiro de 2014.

MACEDO, Adriana Mattos. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2007. Disponível no site: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=115258.

MORAES, Roberto Menezes de. Outras visões para a observação de algumas das famílias que atuaram no Vale do Paraíba Fluminenses durante o ciclo cafeeiro. Consulta em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/27_roberto-menezes.pdf. Dia 27 de novembro de 2015, as 19h.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Produção e formas de circulação do tema do Descobrimento do Brasil: uma análise de seu percurso e do filme *Descobrimento do Brasil*(1937), de Humberto Mauro. *Revista Brasileira de História*, vol.20, n.39, São Paulo, 2000. Consulta ao site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100006, dia 15 de maio de 2015 as 22 horas.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, volume 23, nº 37, Belo Horizonte, Janeiro-Junho, 2007. Consulta no site: www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a05.pdf, dia 16 de janeiro de 2014, as 15h.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil. *Revista Urutágua*, nº 15, Abril-Julho, 2008, Maringá-PR. Extraído de: www.urutagua.uem.br/015/15oliveira.doc. Consulta no dia 17/01/2014, as 18 horas.

PAVIANE, Jayme. O ensaio como gênero textual. In: *Anais do V Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais*, Agosto de 2009, Caxias do Sul- RS. Consulta ao site:

https://www.escrevendoofuturo.org.br/EscrevendoFuturo/arquivos/65/o_ensaio_como_genero_textual.pdf. Dia 12 de janeiro de 2015, as 10 horas.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Alegres Trópicos: Gonneville, Thevet e Léry. *Revista USP*, São Paulo, vol. 30, junho/agosto, 1996. Consulta ao site: www.usp.br/revistausp/30/07-leyla.pdf. Dia 15 de janeiro de 2014, as 18 horas.

PRADO, Maria Emília. Herança colonial e atividade intelectual no Brasil do século XIX. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005. Consulta ao site: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0708.pdf>. Dia 29 de janeiro de 2014, as 10 horas.

VASCONCELOS, Inácio Aciolli de. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Consulta ao site: http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/historia/achiame/acioli/acioli_1.html. Dia 24 de julho de 2007.

3.2. Impressos

ABREU, Jean Luiz Neves. A colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das “luzes” e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, ciência, saúde-Manguinhos*. Vol. 14, nº 3, Rio de Janeiro, jul-set. 2007.

ARAÚJO, Valdeci Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 181.

ACADEMIA ESPIRITO-SANTENSE DE LETRAS. Patronos & Acadêmicos. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, Lei Rubem Braga, 2006.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória chonologica, histórica e corográfica da Província do Piauí. *RIHGB*, Tomo XX, 1857.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *RIHGB*, t. 1, p. 9-17, 1839.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Atena*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2009.

BENEVISTE, Êmile. Problema de lingüística general I. 19ª edição. Mexico: Siglo Veintiuno, 1997.

- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. 1º volume. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883.
- BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza*. Tomo I .Reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeu Ferreira, 1785.
- CANDIDO, Antônio. *Um funcionário da Monarquia*. Ensaio sobre o segundo escalão. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2002.
- CAPONI, Sandra. Clima, cérebro y degeneración em Cabanis. In: *História, ciência, saúde-Manguinhos*. Vol. 16, nº 4, Rio de Janeiro, out-dez, 2009, p. 961-979.
- CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica-pictórica na historiografia nacional*. Dissertação de Mestrado, UFOP, Mariana-MG, 2012.
- CARLOS, Lilian Beatriz. *Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Vale do Sinos, São Leopoldo, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico. In: *Ágora*, Santa Cruz, vol. 11, nº1, jan-jun. 2005.
- _____. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*. São Paulo. Vol. 24, n. 2, p. 207-240, 2005, p. 208.
- CLÁUDIO, Afonso. *História da literatura espírito-santense*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Xérox, 1981.
- COELHO, Olga. Léxico, ideologia e a historiografia lingüística do século das identidades. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, especial, p. 153-166, 2003. Editora UFPR
- CORREIA, Manoel Francisco. Fundação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: documento official offerecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por interessar à primeira sociedade civil fundada no Brazil – a Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: *RIHGB*, Tomo LXIII, 1900.
- D. PEDRO I. *Provisão de Estabelecimento da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1825.

- DAEMON, Basílio de Carvalho. *Província do Espírito-Santo: sua descoberta, história crhonológica, synopsis e estatística*. Vitoria: Typ. do Espírito Santense, 1879.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Volume 1, 2º edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio e sua liderança na história política do Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.
- GOMES, Sandro Aramis Richter. *Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das memórias históricas de Antônio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, 1840-1850)*. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2012.
- GONÇALVES, Sérgio Campos. *Pensamento civilizador e escrita da História: origens da historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Dissertação de mestrado, UNESP, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil. 1838-1857*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves [et al.]. (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.
- _____. Entre a experiência e o registro: o conhecimento geográfico e histórico no *Itinerário do Rio ao Pará...* de Raimundo José da Cunha Mattos. In: LESSA, Mônica Leite, FONSECA, Sílvia Carla P. de B. *Entre a Monarquia e a República*. Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006
- KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*. Vol VIII (suplemento), 2001.

- LACERDA, José Maria D'Almeida e Araújo Correa. *Diccionario da lingua portugueza*. Para uso dos portuguezes e brasileiros. Lisboa: Escripório de Francisco Arthur da Silva, 1859, Tomo I, p. 428-429.
- LOPES, Marco Antônio. Prefácio. In: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. *A constituição da História como ciência*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 7
- LOSADA, Janaina Zito. *A paixão, a natureza e as ideias da História: o IHGB no século XIX*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2007.
- MACHADO, Lia Osório. A questão da unidade territorial do Brasil. *Anais de 8º Encontro Nacional de Geógrafos*, vol. 2, Salvador, AGB, 1990.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: EDUNESP, 1997.
- _____. Por uma arqueologia da narrativa nacional. *Revista da USP*, nº 44, São Paulo, março-maio 2001.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p. 40.
- MARTINS, Maria Fernanda. O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007.
- MARTIUS, Karl Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*, 1845.
- MATTEDI, José Carlos. *História da imprensa Oficial do Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], 2005.
- MONTAIGNE, M. de. *Ensaio*. 3ª edição. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1984.
- MORAES, Alexandre José de Mello; SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira. *Ensaio corográfico do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Dous de Dezembro, 1854.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec-Vip, 1985.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Política e natureza no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: PRADO, Maria Emília. *O Estado como vocação*. Ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista, Rio de Janeiro, Access, 1999.
- NAXARA, Márcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (org.). *Memória e*

(re) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. 2ª edição. Campinas; São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília. *O Estado como vocação*. Ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 25-27.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Bras da Costa Rubim e a historiografia do Espírito Santo. *RIHGB*, tomo 457, 2012.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OLIVEIRA, Ana Rosa. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro e as paisagens da Corte. In: KURY, Lorelai e GESTEIRA, Heloísa. *Ensaio de História das Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012,

OLIVEIRA, J. J. Machado de. Memórias sobre o descobrimento do Brasil. Algumas considerações. *RIHGB*, Tomo XVIII, 1855.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PARLAMENTO BRASILEIRO. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Camara dos Srs. Deputados, Sessão de 30 de junho de 1860. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1860.

PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. IFCS-UFRJ, Programa de Pós-graduação em História Social, 2005. Tese de doutorado.

PRADO, Maria Lígia. Natureza e identidade nacional nas Américas. In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2004.

ROCHA, Levy. *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*. Vitória: Terra Capixaba, 1977.

ROSA, Giorgio de Lacerda. *A Suprema Causa Motora: O providencialismo e a escrita da história no Brasil (1808-1825)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. 2011.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação da literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

RUBIM, Braz da Costa. Memória sobre a revolução no Ceará. *RIHGB*, tomo XXIX, 1866.

_____. Memória sobre os limites da província do Espírito Santo. *RIHGB*, Tomo XXIII, 1860.

_____. Notícia chronológica dos factos mais notáveis da história da província do Espírito Santo, desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório. *RIHGB*, Tomo XIX, 1856.

_____. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Dous de Dezembro de Paula Brito, 1853.

_____. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Typographia Dous de dezembro de Paulo Brito, impressor da casa Imperial, 1853.

_____. Memórias históricas e documentadas. In: *RIHGB*, nº 24, 1861.

SÁ, Maria Elisa Noronha. *Civilização e Barbárie: a construção da ideia de nação – Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Quinto volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

SENRA, Nelson de Castro. *Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2009.

SILVA, Innocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo Primeiro e Quinto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória histórica e documentada das aldeãs de índios da Província do Rio de Janeiro. *RIHGB*, Tomo XVII, 1854.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Sobre o descobrimento do Brazil. *RIHGB*, Tomo XV, 1852.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. “*Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia*”: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880. Dissertação de Mestrado. PPGHIS-UFRRJ, 2011.

TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo*. Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1978.

_____. *Florilégio da poesia brasileira*. Tomo I. Lisboa: Imprensa nacional, 1850.

VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira de. *Ensaio histórico e estatístico da Província do Espírito Santo*. 1858.

_____. *Selecta braziliense*. Primeira série. Rio de Janeiro: Laemmert, 1868.

_____. *Arte de requerer em juízo*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897.

WHELING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.